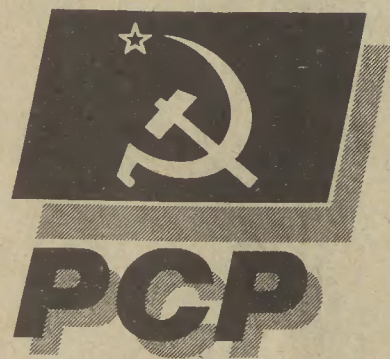


Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 – Série VII – N.º 841
8 de Fevereiro de 1990
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa



- Encontro de Álvaro Cunhal com militantes do Sector de Saúde de Lisboa
- Comité Local de Lisboa prepara encontros autárquicos
- DORS analisa situação no distrito de Setúbal
- Incúria do Governo face aos problemas do Ribatejo – conclui a DORSA
- 3000 postos de trabalho destruídos no Alentejo – denuncia a Comissão Distrital de Évora
- Profunda remodelação orgânica na Organização da Direcção Regional do Alentejo
- DORP toma posição sobre prejuízos dos temporais no Porto
- Concelhia de Almada analisa acordo PCP-PS para gestão autárquica
- Encontro no Luxemburgo de militantes comunistas da emigração



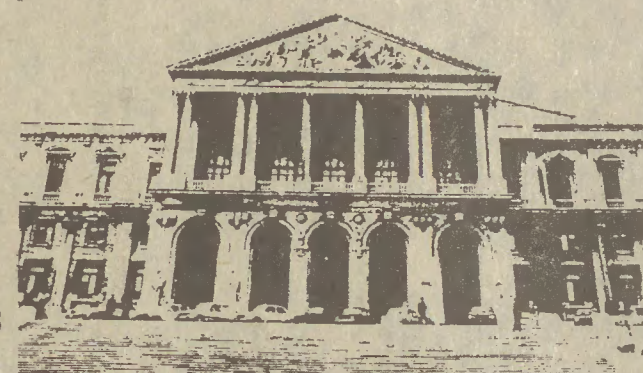
Págs. 4, 5, 6 e 7/Semana

JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP

AGIR EM DEFESA DAS ASPIRAÇÕES POPULARES

Grupo Parlamentar do PCP anuncia a apresentação de um vasto conjunto de iniciativas legislativas

Págs. 1, 2 e 3
/Semana



A POLÓNIA NA HORA DA MUDANÇA

Reportagem de Anabela Fino

Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Em Foco

NO CAMINHO DA VITÓRIA

Governo sul-africano
anuncia a legalização do ANC
e a libertação de Nelson Mandela

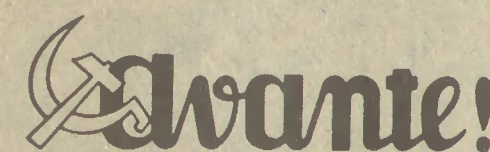
Pág. 12
/Semana



Nelson Mandela:
a luta do seu povo e a
solidariedade internacional
impuseram a libertação
mas os dirigentes do
Congresso Nacional Africano
consideram insuficientes
as medidas anunciadas

Delegação do PCP visita a URSS

Uma delegação do PCP, dirigida pelo camarada Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central, partiu ontem para a União Soviética, que visita a convite do CC do PCUS. A delegação integra também os camaradas João Amaral e Jorge Cordeiro, ambos suplentes do Comité Central. A viagem, que se insere no quadro das relações de amizade entre os dois partidos, prolonga-se até dia 17. A delegação manterá diversos contactos com personalidades da URSS e estudará o sistema político e a actividade dos Soviéticos.



A partir do próximo número o preço de capa do «Avante!» subirá de 60\$00 para 80\$00. Este aumento torna-se inevitável pelo aumento dos custos de produção do nosso jornal, nomeadamente do papel, situação, que tem tido reflexos a toda a imprensa. O novo preço mantém-se contudo substancialmente mais baixo do que o dos restantes semanários, que oscila entre os 120\$00 e os 200\$00.

O anunciado aumento de páginas do «Avante!» no período de preparação do XIII Congresso (Extraordinário) não envolverá qualquer aumento relativamente ao novo preço.

Correspondendo a numerosas sugestões, o «Avante!» anuncia no presente número (Pág. 10/Em Foco) o lançamento de uma campanha de assinaturas com condições especiais.

Editorial

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 841

8 de Fevereiro de 1990

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Na primeira linha do combate

Dois factos políticos recentes merecem na semana em curso menção particular: a entrevista de Cavaco ao jornal «Expresso» e o seu encontro de Carmona (Sevilha) com Filipe Gonzalez, chefe do Governo espanhol.

A entrevista de sábado ao «Expresso» é um documento notável da personalidade do Primeiro Ministro português, da sua mentalidade de classe, da sua filosofia do Poder.

O caso em si não mereceria destaque por aí além se o entrevistado não fosse simultaneamente chefe do Governo português e do partido que detém há dois anos e meio a maioria parlamentar da Assembleia da República, isto é, do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

A entrevista fornece um elucidativo retrato psicológico do homem que tem nas mãos há mais de quatro anos uma parte substancial dos destinos do País.

Para melhor o compreendermos parecem-nos útil lembrar aqui algumas das circunstâncias que estiveram na base da sua rápida ascensão às posições cimeiras que hoje, em termos de duvidosa legitimidade política, ocupa na hierarquia do Estado.

É questão assente que não por méritos próprios mas por factores conjunturais externos, Cavaco Silva conseguiu alcandorar-se aos cargos de chefia que actualmente ocupa.

Deve, contudo, ressaltar-se a forma hábil como soube capitalizar a seu favor o profundo descontentamento popular provocado pela política do «bloco central», de que o PSD detinha uma larga fatia de responsabilidades, e como soube desalojar Balsemão, substituindo-o na chefia do partido.

Mas o que fundamentalmente esteve na base da sua fulgurante carreira política, em particular dos sucessos eleitorais do PSD em Outubro de 85 e sobretudo em Julho de 87 foi o ter podido aproveitar-se em cheio de uma conjuntura externa transitoriamente favorável, traduzida em termos políticos pelo apoio aos seus planos restauracionistas de direita por parte dos círculos mais conservadores dominantes na Comunidade Europeia e em termos financeiros pelas substanciais ajudas de adesão comunitárias mas sobretudo pelo vasto afluxo de dinheiros oriundos da queda brusca das cotações do dólar nos primeiros meses de 86 e do voluminoso diferencial de preços de importação relativamente ao mercado interno dos combustíveis, dos cereais, das oleaginosas que permitiram ao Governo amealhar no seu «saco azul» centenas de milhões de contos.

A título documental recorde-se que só no ano de 86 com a queda de 28 para 8 dólares no preço do barril de petróleo, de 37,3% no dos cereais e de 30,3% nas oleaginosas o Governo arrecadou mais de 103 milhões de contos a somar aos 174 milhões resultantes da queda do dólar - receitas a que deve acrescentar-se as constantes subidas dos preços no mercado interno numa tendência inversa à quebra dos preços no mercado mundial de que o povo

português não colheu quaisquer benefícios no melhoramento das suas condições de vida.

Na entrevista ao «Expresso» Cavaco Silva revela com toda a clareza o objectivo político fundamental de toda a sua acção governativa.

«A minha grande ambição - diz ele - mais que ganhar eleições é a de enterrar definitivamente a herança do 11 de Março» Isto é, liquidar totalmente o Sector Público e Empresarial do Estado, a Reforma Agrária, reduzir a uma caricatura os direitos liberdades e garantias sociais dos trabalhadores e dos cidadãos na sua expressão mais geral.

Naturalmente procura «encaixar» e minimizar a pesada derrota do seu partido nas autárquicas, a séria redução da sua base de apoio que elas revelaram e ao mesmo tempo iludir as causas profundas da remodelação ministerial dos primeiros dias do ano - que ele sempre se recusou admitir até às eleições de 17 de Dezembro.

Foi uma remodelação que fez lembrar os célebres despachar de ministros se Salazar.

«Em 24 horas - confessa Cavaco Silva - entre as 15 da tarde do dia 1 (o dia de Ano Novo) e a hora do almoço do dia 2 decidi a remodelação».

Com método verdadeiramente salazarista, diga-se: «Estava tudo esquematizado, quase ao minuto: a hora em que cada pessoa entrava e a hora em que saía».

As razões das saídas são curiosas: «Saíram os que tiveram de realizar reformas estruturais (...) e que portanto sofreram maior desgaste». Calou o facto embaraçoso de ele, o principal «reformador», o mais contestado e «desgastado» não ter saído...

Na «esquematisação» da sua «grande ambição» de «coveiro» da «herança do 11 de Março» Cavaco define os «ciclos». A remodelação de Janeiro «encerrou o ciclo das reformas estruturais» - agora inicia-se outro, o da sua «consolidação» e para ele o «diálogo» não é na AR com as forças da oposição parlamentar mas «com os parceiros sociais».

A projectada criação do novo Conselho Económico e Social, uma nova «câmara corporativa», é quem regulará as questões dos preços e salários - na Assembleia da República nada de diálogo, a simples e implacável ditadura da maioria domesticada do PSD que Cavaco sonha eternizar.

«O PSD vai ganhar a maioria nas legislativas de 1991 - diz ele - precisa de mais 4 anos para continuar a obra que iniciou».

Como se sabe «as reformas estruturais», em número de catorze, estão no essencial realizadas e num processo de concretização.

Nos campos do Alentejo e do Ribatejo intensifica-se a ofensiva de destruição da Reforma Agrária; a reprivatização das empresas públicas e nacionalizadas, de todo o Sector Empresarial do Estado, está em plena aceleração nos planos e nas medidas do Governo.

A «reforma das reformas» como ele chamou à revisão da Constituição, debilitou as barreiras constitucionais ao avanço do processo contra-revolucionário.

O PS, que tornou possível com os seus votos a revisão constitucional, começa agora a dar-se conta, diante das reprivatizações indiscriminadas, da gravidade do seu voto.

O PS - que Cavaco acusa na sua entrevista do «máximo da hipocrisia» - verifica agora que de nada serve votar contra ou abster-se, Cavaco não precisa já dos dois terços para avançar na concretização do seu objectivo estratégico fundamental: a restauração do capitalismo monopolista de Estado em Portugal.

A febre da privatização invade todos os domínios das empresas e serviços públicos. A aprovação mais que certa da lei-quadro das privatizações na sessão parlamentar de hoje reduz a cacos os pudicos «consensos» previstos no acordo de revisão entre o PS e o PSD. Que o PS tire do facto as necessárias conclusões.

Nem mesmo nos tempos de Salazar foi tão longe a privatização de empresas e serviços públicos.

O Governo já anunciou o programa para 1990 no qual se prevê uma receita de 160 milhões de contos. No sector da saúde materializa-se em força a célebre máxima de um antigo ministro do PSD: «Quem quer saúde paga-a!»

Está já anunciada a privatização dos Hospitais de Santa Cruz (Linda-a-Velha), de Matosinhos e Almada - o primeiro um hospital-piloto de cardiologia, o segundo e terceiro grandes unidades hospitalares a inaugurar em 1991. O Governo pretende manter com estatuto público apenas os Centros de Saúde que pensa transformar em policlínicas.

Na perspectiva das grandes negociatas na operação privatizações mobilizam-se activamente os grandes grupos monopolistas da economia portuguesa de antes do 11 de Março e agora em rápida reconstituição e novos pretendentes - os Espírito Santo, os Mellos, os Champalimaud, os Boullosa, os Amorim, Belmiro de Azevedo, Roquete e outros todos mais ou menos associados ao capital estrangeiro juntamente com grandes grupos multinacionais que disputam o bolo.

É na perspectiva da intensificação dos investimentos estrangeiros e nas suas consequências para a independência de Portugal e Espanha que deve ver-se o encontro de Carmona entre Cavaco e Gonzalez.

Os 360 milhões de contos de investimento estrangeiro em Portugal em 1989, dos quais 300 milhões são investimento directo, vêm de multinacionais como as Ford, General Motors, Valmet, Benedetti, Bouygues e outros que principalmente não se propõem montar em Portugal novas instalações mas sim comprar empresas portuguesas já instaladas.

É significativo que apenas 20% se situem na indústria transformadora e que os restantes 80% incidam sobre os sectores Imobiliário, Turismo, Banca, Comércio, Seguros, Serviços,

Agricultura e Pescas e Extractivas. E é também significativo que a Espanha ocupe já o 3º lugar nos investidores estrangeiros e simultaneamente tenha sido o 3º país exportador para Portugal nos primeiros 11 meses de 1989, uma Espanha onde também o capital estrangeiro alarga as suas posições de domínio preclusivamente com as características verificadas em Portugal.

Vários dos produtos alimentares que importamos de Espanha são de facto de outras origens. A indústria alimentar espanhola é dominada em mais de 60% pelo capital estrangeiro; 8 das 10 maiores indústrias alimentares são maioritariamente estrangeiras assim como os sectores da indústria automóvel, os seguros, o turismo, os hipermercados (na totalidade), a indústria química, os computadores, as telecomunicações, a indústria farmacêutica, a publicidade, os cimentos (dominados em 60% como os laboratórios), etc. Na indústria alimentar, numa produção total de 640 mil milhões de pesetas só 103 mil milhões são de empresas espanholas.

A perspectiva, não é, pois, como se vê, apenas a da colonização económica de Portugal pelas multinacionais mas da própria Península Ibérica na concretização da «grande ambição» de Cavaco Silva.

Que discutiram em Carmona os Primeiros Ministros de Portugal e Espanha? A cooperação no enfrentamento da colonização económica e financeira pelas multinacionais ou a coordenação do alargamento das posições económicas do capital estrangeiro nos dois países?

Que pensarão disto os empresários portugueses, designadamente os que não se dispõem a aceitar a canga dos monopólios na economia do seu país?

A internacionalização monopolista das economias de Portugal e Espanha é naturalmente necessário responder com a cooperação e a solidariedade social dos interesses e da luta dos trabalhadores portugueses e espanhóis.

No que a Portugal respeita o PCP mobiliza todas as suas energias e capacidade de acção para dinamizar a luta dos trabalhadores e de todas as camadas populares intermédias pela elevação das suas condições de vida, por melhores salários e horários de trabalho mais racionais, contra o desemprego, pelo melhoramento da segurança social, pelo direito à Saúde e à Habitação, pela defesa dos seus direitos liberdades e garantias sociais.

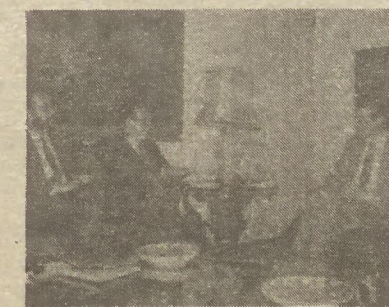
Na Assembleia da República o Grupo Parlamentar do PCP faz-se eco no plano institucional das reivindicações e aspirações mais sentidas dos trabalhadores.

No momento em que alguns semeiam a confusão, a descrença e a falta de perspectivas, os comunistas portugueses estão firmemente na primeira linha deste difícil combate.

Resumo

31 Quarta-feira

O mau tempo provoca novos estragos em diversos pontos do país, nomeadamente na foz do Douro (Oporto) e na ilha de Faro ■ O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio, acompanhado pelo ve-



reador do PCP Rui Godinho são recebidos pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva ■ O secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, admite ter existido negligência no caso da maré negra de Porto Santo ■ É reduzida a ajuda militar dos Estados Unidos a Portugal em 15 por cento ■ O Governo anuncia a privatização do «Jornal de Notícias» ■ Realiza-se em São Bento o III Encontro Jornalistas Parlamentares/Parlamentares Jornalistas que contesta a criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social ■ Produtores de leite do Norte bloqueiam a estrada nacional em Cacia em protesto contra discriminações por parte das entidades oficiais ■ É criada a Associação Contra o Alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, que reúne 40 entidades e organizações ■ A Polónia formaliza o pedido de adesão ao Conselho da Europa ■ Mikhail Gorbachov desmente rumores que anunciavam o seu próximo pedido de demissão ■ A oposição espanhola, na sua maior parte, pede a demissão do vice-presidente do Governo, Alfonso Guerra, suspeito de estar envolvido em casos de corrupção.

1 Quinta-feira

É divulgada a assinatura de um acordo entre o PCP e o PS de Almada para a gestão autárquica do conceito ■ A Associação Socioprofissional da Polícia de Segurança Pública revela que os profissionais daquela corporação do Comando Distrital do Porto não receberam os salários de Janeiro ■ A TSF (Lisboa) e a Rádio Nova (Porto) deixam de emitir os seus noticiários em simultâneo depois do secretário de Estado Mário Soares ter ordenado aos CTT que desligassem o circuito telefónico que o permitia ■ O PCP do Algarve considera que o traçado da Via do Infante «compromete seriamente as linhas de desenvolvimento» da região ■ O primeiro-ministro da RDA, Hans Modrow, preconiza a reunificação das duas Alemanhas, de forma gradual ■ Os combates em Angola entre as FAPLA e a UNITA têm como resultado a recuperação de Mavinga pelas tropas governamentais.

2 Sexta-feira

Cavaco Silva encontra-se em Carmona com o primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzalez. Reclamam fundos europeus após 1992, e defendem uma política comum em questões como o ambiente ■ Os maquinistas da CP decidem em plenário prolongar as greves parciais até ao dia 19 de Fevereiro ■ Também os sindicatos da EDP anunciam 48 horas de greve ■ Reúne a Comissão Nacional das Mulheres da CGTP-IN que aprova um plano de acção para este ano ■ O presidente sul-africano, Frederik de Klerk, anuncia medidas de legalização de organizações políticas negras como o Congresso Nacional Africano e a «próxima libertação» do seu líder histórico, Nelson Mandela.

3 Sábado

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, manifesta ao jornal «Expresso» o seu apoio a uma eventual recandidatura de Mário Soares à Presidência da República ■ O grupo parlamentar do PCP aprova, nas suas Jornadas Parlamentares, um projecto-lei de bases de saúde e um conjunto de iniciativas na área do ensino, incluindo a regulamentação de acesso ao ensino superior, a apresentar no início dos trabalhos parlamentares ■ O Conselho Nacional da CGTP-IN defende a não governamentalização e a valorização da representação dos trabalhadores no Conselho Económico e Social ■ O presidente do PRD, Hermínio Martinho, afirma «não discutir neste momento» a eventual dissolução do seu partido ■ Em Angola as autoridades confirmam a queda de Mavinga, a última praça forte da UNITA antes da Jamba. A UNITA desmente.

4 Domingo

O Conselho Nacional de «Os Verdes» critica a política «anti-social» e «antiecologica» do Governo ■ Dezenas de populares cortam a linha ferroviária da Lousã, em protesto pelo encerramento de um apeadeiro anunciado pela CP ■ O Partido Socialista Unificado da Alemanha (RDA) muda de nome para Partido do Socialismo Democrático ■ Winnie



Mandela, mulher de Nelson Mandela, transmite uma mensagem do líder negro sul-africano, onde se afirma que se «mantém obstáculos» que impedem a sua libertação anunciada sexta-feira por Frederik de Kler ■ Uma tempestade em França mata vinte e três pessoas, enquanto uma outra na RFA vitima seis.

5 Segunda-feira

Alfredo Barroso, porta-voz do Presidente da República, manifesta à comunicação social «surpresa» pelo apoio expresso no fim-de-semana pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, a uma eventual recandidatura de Mário Soares à Presidência ■ Os deputados na Assembleia da República do PCP anunciam os principais objectivos da sua actuação no relançamento da actividade parlamentar: Fundos Comunitários, regionalização e direitos dos trabalhadores são alguns dos temas ■ Os estudantes de enfermagem concentram-se em frente ao Ministério da Educação, durante a realização de uma greve com 90 por cento de adesões em protesto contra a decisão governamental de abrir novos cursos a 18 de Abril ■ Mikhail Gorbachov propõe a antecipação do XXVIII Congresso do PCUS de Outubro para Junho ■ Na RDA são marcadas eleições parlamentares para 18 de Março e proibidos os partidos nazis.

6 Terça-feira

A Confederação Nacional da Agricultura manifesta a sua discordância com a eventual descida do preço do leite no produtor, que considera contrária aos interesses do sector ■ O CDS informa que foram apresentadas nove moções de estratégia à comissão organizadora do 9.º Congresso daquele partido ■ Cerca de 150 trabalhadores da empresa de matérias plásticas «Nobre e Silva» concentram-se frente às instalações da empresa para exigir o pagamento de salários em atraso ■ As autoridades militares de Luanda informam que o exército está a desenvolver «acções de limpeza» contra a UNITA a sul de Mavinga, após a tomada daquela base no dia 2 ■ O Comité Central do PCUS decide prolongar a sua reunião por mais um dia para aprovação da plataforma para o XXVIII Congresso ■ A OLP lamenta o atentado contra um autocarro israelita que provocou dez mortos e 16 feridos.

Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Seio
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEx. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Seio Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEx
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matrícula: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais,
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
R. João de Deus, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02
ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora, Tel. 90 00 44
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terra da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394
Composto e Impresso na Heska
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP

Combater perversões do Governo agir em defesa das aspirações populares

Na decorrência da análise global que efectuou nas suas Jornadas à situação política actual, o Grupo Parlamentar do PCP decidiu como linhas de orientação essenciais para a sua actividade o reforço da contestação à pretensa legitimidade invocada pelo Governo em conduzir a sua política em face aos resultados das legislativas de 87, propondo-se ainda contrariar decididamente, citamos «as perversões governamentalizadoras introduzidas pelo Executivo de Cavaco Silva em toda a vida institucional», desencadeando para o efeito as competentes iniciativas que as eliminem da vida parlamentar.

Em simultâneo, os parlamentares comunistas decidiram avançar com as mais variadas propostas que possam ir «ao encontro de profundas aspirações e reivindicações sociais, laborais e profissionais», do mesmo modo que irão insistir na necessidade de ser intensificada a informação aos portugueses por parte dos órgãos do Poder político, bem como nas garantias de participação de todos os cidadãos nas grandes decisões nacionais.

Ao tomar estas decisões, o Grupo Parlamentar do PCP teve sobretudo em conta aquele que é em seu entender um dos aspectos mais notórios da actuação governamental no momento presente, aspecto esse para o qual Carlos Brito em conferência de imprensa na segunda-feira chamou a atenção, definindo-o como o propósito governamental de prosseguir e agravar — pese embora a inequívoca condenação popular produzida através do sufrágio e das grandes movimentações sociais — «todos os traços essenciais mais negativos da sua política», para o que dispõe, alertou, de importantes meios institucionais, alguns deles acrescentados pela segunda revisão da Constituição.

Não obstante ser notório o enfraquecimento do Governo e a tendência para o desentendimento na área governamental, enquanto a oposição se revela mais forte e melhoram as condições para o diálogo, a aproximação e a convergência das forças democráticas — traço que as Jornadas realizadas nos dias 2 e 3 consideraram com o «mais saliente da nova situação política resultante da derrota do PSD nas eleições autárquicas —, a verdade é que



Reunidos nos dias 2 e 3 de Fevereiro, os deputados comunistas organizaram o relançamento da actividade do Grupo Parlamentar na nova situação política resultante da derrota do PSD nas eleições autárquicas, tendo aprovado ou adiantado a preparação de projectos-de-lei e outras iniciativas parlamentares visando contribuir para a solução de importantes problemas nacionais e responder a sentidas aspirações populares

todas as declarações do Primeiro-Ministro e do Governo apontam — e este foi justamente o segundo aspecto posto em relevo pelo líder parlamentar comunista — para «uma nova campanha de demagogia eleitoralista, feita com os recursos do Estado, através do qual o Governo tenta disfarçar a essência antipopular da sua política e procura ultrapassar os reveses experimentados e o isolamento para que tem sido remetido».

Foi tendo em linha de conta estes aspectos da situação política e as correlativas orientações que definiu para a sua actividade, que o Grupo Parlamentar do PCP aprovou nas suas Jornadas um conjunto de iniciativas tendentes a contribuir, como refere o documento de conclusões, para a «solução de importantes problemas nacionais e dar resposta a sentidas aspirações populares».

Dessas acções concretas, incidindo em seis áreas essenciais (integração na CEE e gestão dos fundos comunitários; regionalização; direitos dos trabalhadores; política de saúde; política de educação; melhoria do funcionamento da Assembleia da República), damos o devido relevo nesta edição, dando a conhecer as principais conclusões a que chegaram os deputados comunistas.

Política de Saúde

Caracterizando-se a actual situação no sector da Saúde pelo agravamento das condições de acesso aos cuidados de saúde, de desmotivação dos profissionais do sector e de degradação dos serviços, e considerando que a Proposta de Lei de Bases de Saúde apresentada pelo Governo configura a ameaça ao próprio direito à saúde, as jornadas decidiram a apresentação de dois projectos de lei: um de **Lei de Bases de Saúde** e outro de **Regionalização dos Serviços de Saúde**.

Do Projecto de Lei de Bases de Saúde, em adiantada fase de preparação, assinalam-se as seguintes ideias centrais:

- O reforço da garantia do direito à saúde para todos os cidadãos em conformidade com o preceito constitucional.

- A consagração da gratuidade, da facilidade de acesso e circulação dos utentes nos serviços de saúde.

- A melhoria permanente da qualidade do SNS através da criação de um Instituto de Controlo de Qualidade de Saúde e de incentivos à inovação e à produtividade.

- A descentralização e regionalização da gestão do SNS dotando os órgãos regionais de autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica.

Questões comunitárias

No âmbito da preparação da Interpelação ao Governo apresentada pelo PCP para a abertura de um debate de política geral centrado nas questões comunitárias, as jornadas apreciaram as grandes linhas que definem o actual momento do processo de integração e as circunstâncias e políticas que caracterizam a actuação do Governo nesse processo.

Foram, nomeadamente, realçadas, por um lado, a elevada ineficiência, a discricionariedade e a corrupção que têm rodeado a aplicação dos fundos comunitários no nosso país — que ainda recentemente foram assinaladas pelo próprio Tribunal de Contas das CE —, e, por outro lado, a governamentalização e o secretismo com que o Governo encara as negociações nas instâncias comunitárias, a estreita visão financeira que coloca nessas negociações, a marginalização a que são submetidas a Assembleia da República, as Autarquias Locais e os agentes económicos e sociais na preparação e definição das posições

a assumir por Portugal, e a incapacidade política do Governo para mobilizar a sociedade portuguesa num projecto nacional que permita enfrentar com êxito as ondas de choque que o Mercado Único provocará na economia portuguesa.

Direitos dos trabalhadores

No âmbito dos direitos dos trabalhadores realça-se a decisão das Jornadas Parlamentares de apresentação de um Projecto de Lei de «Combate à discriminação de representantes sindicais e de membros das Comissões de trabalhadores», assente nas seguintes ideias essenciais:

- Clarificação de que os representantes eleitos dos trabalhadores mantêm o direito a gratificações, prémios, participação nos lucros ou quaisquer subsídios, ainda que excedam o número de faltas permitido pelos regulamentos da empresa, quando tais faltas sejam devidas ao exercício da actividade de representante eleito dos trabalhadores.



aTalhe deFOICE

Os cursos

Até há pouco tempo as relações entre o poder e o povo, no nosso País, decorriam com grande tranquilidade.

O poder discursava.
O povo ouvia.

Desta tranquila dinâmica por assim dizer «relacional» emanavam a pachola e os sempre celebrados brandos costumes, que tão boa fama nos deram.

Agora, no cavaquismo e na CEE, a coisa mudou de figura. O poder mexeu no verbo e no substantivo e, em substância, se o poder continua a discursar, o povo já não ouve: tira cursos.

Quem discursar, diz cursar.

Portanto hoje o poder discursa como sempre.

Mas o povo tira cursos como nunca.

É verdade que estes cursos da CEE não nos apanharam descalços.

Em primeiro lugar porque somos um país de doutores. Ser doutor em Portugal é muito mais que um grau académico ou um certificado profissional — ele é a **competência** «elle-même», a qualidade absoluta às voltinhas num canudo. Daí sermos um País tradicionalmente governado por doutores e um povo habituado à doutorice.

Em segundo lugar porque somos um povo de longo curso. Oito séculos de história devidamente certificada, a última metade dos quais gasta em embarcações de todos os tipos a viajar por impérios e diásporas, transformam o «ET», o Flash Gordon e os cursos da CEE em definitivas figuras de ficção.

Por isso a CEE que não julgue vir para aqui excitar-nos muito com os seus cursos. Ainda ela não sabia o que era a Europa já nós cursávamos por esses mares fora um saber de experiência feito, trazendo de volta um mundo tão grande que ainda hoje não cabe no Tratado de Roma.

Todavia quem anda verdadeiramente extasiado com os cursos da CEE não é a europaconnosco, mas o Governo português.

Fiel à tradição lusitana do canudo, o executivo de Cavaco Silva parece decidido a fazer de cada português, se não um proprietário, como no tempo da «AD» (promessa que a vida se encarregou de desmentir), ao menos o proprietário de um curso. Da CEE.

E há-os para todos os gostos e disponibilidades: de uma semana ou de um mês, semestral ou anual, sobre tecelagem ou computadores, agricultura ou artes gráficas, para saber que adubos levam as batatas ou produzir empresários num trimestre.

Acresce a vantagem de se poder tirar os que se quiser, liberalidade que teve sem dúvida em conta a avidez intelectual deste povo, definida aliás em várias máximas do estilo «o saber não ocupa lugar», «vale mais três cursos a brincar que um a sério» ou «não guardes para amanhã o curso que podes tirar hoje». Como não podia deixar de ser, toda a gente ganha com estes cursos da CEE.

Os formandos — é assim que se chamam os novos cursistas — têm direito geralmente ao passe social, dinheiro para tabaco se não fumarem muito, uma sandes ao meio da tarde e a sólida convicção de que a partir dali, e lá mais para a frente, se lhes abre o imenso mercado de trabalho da Comunidade. Enquanto esperam podem-se entreter a tirar outro curso.

Os formadores — chamemos assim à miríade de indivíduos e instituições que supervisionam e organizam estes cursos — executam o milagre de transformar os milhões de ECU's vindos da CEE em certificados de habilitações, enriquecendo extraordinariamente os talentos pedagógicos nacionais.

Quanto ao País e a este ritmo, está em vias de se transformar no fenómeno cultural mais relevante desde Gutenberg, com metade da população, que está empregada, a dar cursos de formação à outra metade, que está desempregada, o que, de uma penada, elimina o desemprego e o analfabetismo.

Compreende-se assim que o Governo de Cavaco Silva obrigue metade dos candidatos à Universidade a ficar à porta da dita, não cuide das instalações escolares, achincalha a carreira docente e prossiga a metódica degradação do Ensino oficial.

Quem quiser estudar, que vá tirar um curso da CEE.

As escolas não são para quem tira cursos.

São para quem faz discursos.

■ H. C.

Assembleia da República

JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP

● Instituição de um sistema de controlo judicial do processo disciplinar, no decurso deste, por iniciativa do trabalhador.

● Obrigação de a entidade patronal comunicar à Inspeção de Trabalho a instauração do processo disciplinar.

● Obrigatoriedade de intervenção da Inspeção de Trabalho no processo de revogação do contrato de trabalho por acordo.

● Inverter o ónus da prova nas acções judiciais em que o trabalhador alegue ter sido discriminado na sua carreira profissional.

Foram ainda tomadas decisões no sentido da preparação de um projecto de lei sobre «Comissões de higiene e segurança no trabalho» e de requerer a urgência para apreciação das propostas de alteração à Lei dos despedimentos e do Projecto de Lei do PCP de «Revalorização das Reformas e Pensões e alteração da forma de cálculo».

Política de educação

O Grupo Parlamentar tomará um conjunto de iniciativas para fazer um levantamento da situação das escolas (particularmente nos distritos de Lisboa e Setúbal) e abordar os vários problemas da gestão democrática, compreendendo visitas a estabelecimentos de ensino, encontros com órgãos de gestão, delegados regionais do Ministério de Educação e Câmara Municipais. Serão adoptadas no seguimento destes contactos tomadas de posição na Assembleia e junto da comunicação social.

O Grupo Parlamentar porá todo o empenhamento na rápida apreciação pelo Plenário, em sede de ratificação, do Estatuto da Carreira Docente e do decreto-lei sobre o acesso ao ensino superior, preconizando em relação a este último a não ratificação.

As Jornadas consideraram da maior importância que a Assembleia da República se associe às comemorações dos 700 anos da Universidade portuguesa com, além aprovação de um voto, iniciativas próprias a concretizar em ligação com a Comissão das Comemorações e a Universidade de Coimbra.

Com este objectivo o Grupo Parlamentar do PCP diligenciará junto do presidente da Assembleia da República e da Conferência de Presidentes dos Grupos Parlamentares.

Regionalização

O Grupo Parlamentar do PCP apreciou a situação parlamentar do processo de regionalização, tendo concluído que os resultados eleitorais de 17 de Dezembro, dando a maioria no País e nas Câmaras e assembleia municipais às forças que defendem o avanço do processo de regionalização, não podem deixar de ter tradução na actividade da Assembleia, pon-do-se termo ais sucessivos bloqueamentos que o PSD tem imposto à votação da Legislação necessária.

Neste quadro, nas Jornadas Parlamentares os Deputados Comunistas deliberaram **requerer o agendamento urgente do projecto de deliberação n.º 71/V**, do PCP, que propõe um calendário dos trabalhadores parlamentares conducente à aprovação final da lei quadro das regiões administrativas, já votada na generalidade em 30 de Maio de 1989.

Os deputados comunistas manifestam o seu empenhamento em que o **próximo mês de Abril seja o mês da aprovação da Lei Quadro das Regiões Administrativas**.

Por outro lado, as Jornadas tomaram conhecimento do conteúdo do programa de Visitas do Grupo de trabalho para a Regionalização da Comissão Parlamentar de Poder Local, tendo considerado que esse programa, aprovado isoladamente pelo PSD, constitui um verdadeiro escândalo, que tem por objectivo principal o protelamento do processo da aprovação da Lei. Efectivamente, essa é a única legítima conclusão a tirar de um programa que, em vez de utilizar os modernos meios de acesso à informação de que a Assembleia aliás já dispõe, pretende fazer 6 viagens ao estrangeiro, uma por mês até Julho, pelo período de 1 semana cada, à Bélgica (CEE), a Espanha, a França, à Holanda, a Itália e à Suécia!



As conclusões das Jornadas, de entre as quais se destaca a marcação por iniciativa do PCP de uma das ordens do dia do próximo mês de Março para um debate geral sobre a situação da mulher portuguesa, foram tornadas públicas em conferência de imprensa na qual participaram os deputados Carlos Brito, Jerónimo de Sousa, João Amaral e Octávio Teixeira

Funcionamento da Assembleia

As Jornadas aprovaram as linhas gerais de um **Projecto de Resolução para revisão do Regimento da Assembleia** e de um **Projecto de Lei de alteração do regime jurídico dos inquéritos parlamentares**.

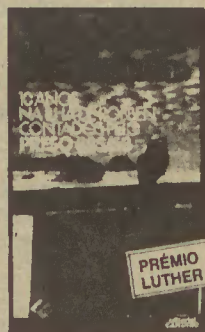
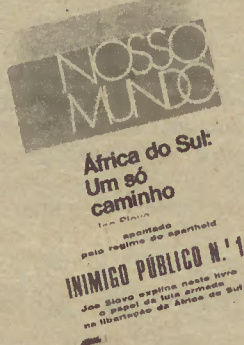
Quanto à **revisão do Regimento**, ela visará **três objectivos essenciais**: Primeiro, **reforçar os poderes de fiscalização** da Assembleia da República sobre o Governo; Segundo, **garantir a democraticidade de funcionamento e o respeito das competências constitucionais da Assembleia da República**; Terceiro, **reforçar os direitos dos cidadãos perante a Assembleia**.

Nesse quadro, o grupo Parlamentar do PCP proporá, entre outras, as seguintes alterações ao Regimento: **modificação radical do regime de perguntas ao Governo**, garantindo a presença semanal dos membros do Governo, eventualmente do Primeiro-Ministro, para responderem às questões que no momento lhe forem colocadas; criação da figura das **interpe-lações urgentes**, permitindo debates com o Governo de carácter sectorial, sobre temas de actualidade imediata; criar a figura das **moções de apreciação de política sectorial**, a serem votadas no termos das interpe-lações; garantir a **efectiva e prioritária apreciação das ratificações**, hoje imprescindível face ao regime de caducidade decorrente da revisão constitucional; garantir a reserva de **ordens do dia para debates de entidades que os devem apresentar à Assembleia da República** (como o Conselho Superior de Informação, Alta Autoridade para a Comunicação Social, etc.); instituir a **primeira leitura** dos projectos de lei possibilitando a sua apresentação e um mini debate; **reforçar o direito de petição**, garantindo designadamente a apreciação pelo Plenário das petições subscritas por um número mínimo de mil cidadãos; garantir o **debate público obrigatório** de diplomas de relevância geral ou sectorial; consagrar o **direito de audição das Associações Nacionais de Municípios e Freguesias** (ANMP e ANAFRE) em relação à legislação respeitante às autarquias; restabelecimento do direito a fazer **declarações de voto orais**; **alargar o número de marcações** dos partidos da oposição; assegurar aos **deputados independentes** direitos fundamentais de expressão.

Quanto ao **Projecto de lei de alteração do regime jurídico dos inquéritos parlamentares**, tem em vista, no essencial, fazer cessar a actual situação de ineficácia e bloqueamento pela maioria. Nesse quadro, para além de outras medidas agora em estudo, o Grupo Parlamentar proporá: garantir o **direito dos membros das Comissões de Inquérito de requerer e obter os elementos e informações que considerem úteis** ao exercício das suas funções; garantir a gravação integral e **divulgação pública das inquirições e debates**, salvaguardados os casos de segredo de Estado e a autorização dos depoentes; admitir as **reuniões públicas**, quando designadamente a tal não se oponham os depoentes; criar meios de garantia de uma **efectiva coadjuvação pelas autoridades judiciais e administrativas**; assegurar que o **sistema de elaboração do relatório vise o efectivo apuramento de factos**, tornando obrigatória a **especificação dos factos** provados e não provada, na sequência da elaboração de um **questionário**.

África do Sul

A violência
não salvará
o apartheid



Assembleia da República

Para corrigir normas gravosas

PCP chama diplomas à ratificação

A forma como o Governo tem desrespeitado no processo de privatizações em curso os direitos constitucionais dos trabalhadores a título individual e colectivo constituiu o principal motivo que levou o Grupo Parlamentar do PCP a requerer a ratificação dos decretos-lei que transformaram treze empresas públicas em sociedades anónimas. Analisados na semana finda, estes pedidos de ratificação tiveram assim em vista corrigir normas consideradas gravosas para os trabalhadores e que põem em causa, no entender do PCP, direitos que a Constituição da República claramente lhes consagra.

A Lei Fundamental, com efeito, como lembrou o deputado comunista Jerónimo de Sousa, reafirma o princípio fundamental do aprofundamento da democracia participativa, indo mesmo mais longe na sua parte laboral e económica ao municiar os trabalhadores e as suas organizações representativas de direitos de participação e intervenção democrática a diversos níveis, inequivocamente expressos na Lei das Comissões de Trabalhadores.

Foi com base nesta matriz, colocada no centro do debate pelos parlamentares comunistas, que estes conseguiram demonstrar com inegável clareza que o Executivo tem provocado «entorses constitucionais» e aplicado «soluções contrárias não só aos interesses dos trabalhadores como às leis da República.

Jerónimo de Sousa, socorrendo-se de alguns exemplos reveladores de como o Governo é «avesso à participação democrática dos trabalhadores», lembrou o caso do processo de transformação do BNU, EP, em SA, no qual as organizações de trabalhadores foram marginalizadas — contrariamente ao disposto na lei — da aprovação das alterações introduzidas ao estatuto da empresa.

Recordado foi também o caso da Petroquímica e da Petrogal, empresas onde os conselhos de gerência enveredaram não só pela sonexação desses direitos como pela adopção de medidas repressivas contra elementos das CTs, isto é, pela retaliação, como frisou o deputado comunista, «sobre quem lhes resiste».

Não menos importantes, na opinião de Jerónimo de Sousa, são ainda os direitos dos trabalhadores reconhecidos na contratação colectiva e em acordos específicos, direitos esses de natureza social e laboral que o Governo, alertou, quer igualmente mutilar.

Costa Vicentina

Objecto de um pedido de ratificação, igualmente por iniciativa do PCP, foi ainda o Decreto-Lei que cria a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina.

Na base desta iniciativa da bancada comunista, a salvaguarda das competências das autarquias e a sua capacidade de intervenção nas acções de protecção daquela importante área, quer no domínio do ambiente, quer dos seus valores tradicionais e culturais.

É que, como foi sublinhado pela deputada Ilda Figueiredo, apesar de terem sido as autarquias locais as primeiras entidades a tomarem iniciativas concretas em defesa da preservação das suas paisagens naturais e do seu rico património, a verdade é que as medidas de gestão preconizadas no Decreto-Lei que cria aquela Área Protegida — resultado da «fúria centralizadora do Governo» — «põem em causa as competências dos municípios, ignoram o planeamento municipal e, na prática, não protegem nem ordenam a Área e não promoveram o seu desenvolvimento».

Do que se trata, pois, na perspectiva do Grupo Parlamentar do PCP é de conferir aos municípios a «efectiva capacidade de decisão» e o exercício de competências que a Constituição consagra e a lei prevê, tanto mais que como salientou Ilda Figueiredo, só com o empenhamento total dos municípios é possível «promover o desenvolvimento económico, social e cultural da região, de forma equilibrada, ordenada e com respeito pela protecção da paisagem».

Estatuto remuneratório dos docentes

Ao abrigo da figura regimental e constitucional da ratificação, foram ainda apreciados na mesma sessão plenária, também por iniciativa do PCP, os Decretos-Lei 408 e 409/89 respeitantes ao estatuto remuneratório dos docentes de todos os graus de ensino e do pessoal de investigação científica e à estrutura da carreira do pessoal docente da educação pré-

escolar e dos ensinos básico e secundário.

Considerada de grande importância para o desenvolvimento do nosso sistema educativo, esta matéria voltou assim a plenário por forma a nela serem introduzidas — esse era pelo menos o propósito dos parlamentares comunistas — alterações capazes de minorarem os efeitos perniciosos para os professores, resultantes da sua aplicação.

Alterações que, no concreto, no que diz respeito ao Decreto-Lei n.º 408, e de acordo com a exposição do deputado comunista Victor Costa, vão no sentido das grelhas salariais vigorem somente até 30 de Junho próximo o que pressupõe a abertura de novo processo de negociação.

Quanto ao Decreto n.º 409/89, as alterações propostas incidem sobre vários artigos do seu articulado. Referenciando-as, Victor Costa citou o caso do artigo 8.º, relativamente ao qual a proposta do PCP vai no sentido da redução de um ano nos primeiro, segundo e terceiro escalões e de dois anos no nono, enquanto, no que se refere ao artigo 10.º, se propõe a sua supressão pura e simples.

No artigo 13.º, ainda de acordo com as suas palavras, o N, em vez de ser sempre igual a 35 horas, deverá ser igual sim ao n.º de horas da componente lectiva do professor, sendo, por outro lado, relativamente ao artigo 21.º, proposto que seja antecipada a entrada em vigor do NSR de Janeiro de 91 para Julho de 1990.

Victor Costa defendeu ainda várias alterações aos artigos 24.º e 25.º com vista a garantir que no período da transição para o novo sistema seja contado o tempo integral de serviço de todos os docentes.

Redução do horário de trabalho

Mais bem-estar mais empregos

A redução do horário semanal de trabalho constituiu o tema central da sessão plenária de terça-feira. Matéria de inegável importância pelas repercussões que tem no plano social e do emprego, pôs em confronto duas perspectivas distintas.

Enquanto para o Governo — forçado claramente a avançar com a sua proposta de lei depois de o PCP ter há mais de um ano desencadeado o processo — o nó da questão passa por um arremedo de soluções que na prática pouco alteram o quadro vigente, para o PCP e o PS, do que se trata, no fundamental, para lá da abolição definitiva da duração das 48 horas semanais, é da melhoria das condições de trabalho e bem estar dos trabalhadores e da utilização desta redução como instrumento de luta contra o desemprego.

Estes foram, de resto, está bem de ver, dois princípios que nortearam toda a arquitectura do projecto comunista, apostado em dar resposta a uma funda aspiração de grande parte dos trabalhadores, preconizando para o efeito uma redução realista para as 40 horas semanais.

Ao ficar-se pela redução para 44 horas, excluindo desta o trabalho rural, o Governo, como foi sublinhado pelos deputados comunistas Odete Santos e Júlio Antunes, revelou uma vez mais a sua incapacidade para compreender as realidades actuais, não respondendo às justas reivindicações dos trabalhadores, nem respeitando as orientações comunitárias e as recomendações da OIT.

Diferentemente da proposta governamental e indo mais longe que o projecto socialista — este, assinale-se, apenas fixa a redução para as 40 horas no ano de 1993 e nada estabelece quanto ao trabalho penoso, insalubre e perigoso —, o projecto do PCP estrutura assim todo o seu articulado com a preocupação de que esta diminuição do período de trabalho corresponda a uma forma de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, sendo, ainda evidente o propósito de contribuir para a criação de novos postos de trabalho.

Defender os animais dignificando os homens

A questão da salvaguarda dos direitos dos animais, designadamente o que diz respeito à sua protecção, foram objecto de debate numa das sessões plenárias da passada semana. No essencial — dado o carácter deficiente e mesmo antigo da nossa legislação — tratou-se de definir as normas reguladoras quanto a esta problemática.

Para o efeito, dois projectos de lei foram submetidos à apreciação dos deputados, tendo ambos baixado à comissão especializada com vista à elaboração de um texto único. Da autoria do Partido Ecologista «Os Verdes», um, e da iniciativa conjunta do PSD, PS, PRD, CDS e independentes da ID, o outro, os dois diplomas, apesar de versarem matérias semelhantes, apresentam contudo algumas diferenças, visíveis sobretudo na questão das penas aplicáveis aos infractores da lei.

Diferenças estas que na perspectiva da bancada comunista não devem deixar de merecer ponderação, uma vez que, como frisou o deputado comunista António Mota, a existência de pesadas penas como as actualmente propostas podem ser um convite à sua não aplicação, perdendo assim o seu efeito persuasor, com o evidente risco de serem os animais os penalizados.

Apesar de não ter apresentado projecto próprio, a bancada do PCP não deixou de sublinhar o alcance dos dois projectos em análise, referindo nomeadamente a importância de eles virem «dar eco no nosso direito a ideias e

princípios que têm vindo a colher apoio no plano internacional».

Simultaneamente, foi expressa a disponibilidade dos parlamentares comunistas para em sede de especialidade contribuírem para a elaboração de uma lei que, nas palavras de António Mota, «defendendo os animais, nos dignifique também a nós».

Uma chamada de atenção particular por parte do deputado do PCP foi ainda feita para o esforço das sociedades que, sem apoios oficiais, têm a seu cargo a guarda de animais abandonados.

Referindo o caso concreto da Sociedade Protectora dos Animais do Porto — instituição que tem ao seu cuidado 800 cães abandonados, 500 gatos e largas dezenas de aves de espécies variadas — António Mota sublinhou o «O grande espírito humanitário» que anima os seus associados, observando, todavia, numa crítica explícita aos órgãos do Poder, que «não basta publicar leis generosas quando não se reconhece o esforço de associações que lutam pelo cumprimento de tais leis, aplicando-as na prática».

«Contrabando legislativo» denunciado pela oposição

A apresentação à Assembleia da República de pedidos de autorização legislativa sem que estes sejam acompanhados da definição do respectivo sentido tem constituído uma prática inconstitucional em que frequentemente o Governo tem incorrido.

Agora que o faça, agendando para o efeito a referida proposta de autorização legislativa, mas apresentando em simultâneo no próprio dia do debate o documento onde revela o conteúdo do decreto que quer publicar — no caso uma densa peça de 61 artigos distribuídos por mais de 220 páginas —, tal configura já um procedimento a todos os títulos incomum no debate e no trabalho legislativo do Parlamento.

Ora foi exactamente isto que aconteceu faz hoje oito dias com a discussão da proposta de lei sobre cooperação judiciária internacional em matéria penal, proposta que uma vez mais vinha em branco, apenas com a diferença, desta feita, de ter essa particularidade de ser precedida horas antes pela divul-

gação do correspondente decreto-lei, cujo conteúdo foi materialmente impossível aos deputados conhecer.

Fortemente verberado por todos os quadrantes da oposição, este procedimento acabaria por fazer arrastar consideravelmente o debate, gorando-se deste modo a intenção do Governo de proce-

der em poucos minutos a mais uma acção de «contrabando legislativo», para utilizar uma expressão do deputado comunista José Manuel Mendes, em conversa com o «Avante!».

Mas se esta iniciativa legislativa foi criticada no plano formal por todos os partidos da oposição — a bancada do PCP chegou mesmo a classificar esta forma de discutir uma «agressão qualificada à Assembleia da República» — o isolamento do Governo não foi menor quando se tratou de apreciar alguns aspectos materiais do diploma.

A definição do regime em que polícias estrangeiros poderão actuar no nosso país na perseguição de criminosos foi, por exemplo, uma das questões levantadas no decorrer do debate, tendo a este respeito os parlamenta-

res comunistas sustentado a intransigente defesa dos direitos e garantias dos cidadãos e da soberania nacional.

Polémicas foram também as mudanças preconizadas pelo Governo no que diz respeito à extradição, uma vez que, recorde-se, ainda há bem pouco tempo foi aprovada por unanimidade a Convenção Europeia sobre aquela matéria.

A questão de saber qual a margem de discricionariedade da intervenção dos polícias foi outro dos aspectos para o qual os partidos da oposição mais chamaram a atenção, tendo os parlamentares comunistas defendido que a cooperação internacional deve fazer-se segundo as regras claras e no quadro do restrito respeito pela Lei Fundamental do País.

PCP

DORSA faz o ponto da situação no distrito e interroga:

Para quando a regularização do vale do Tejo?

«Mais uma vez se verifica que o actual Governo, na elaboração das Grandes Opções do Plano e no Orçamento do Estado para o ano de 1990, subestimou os interesses das gentes do Ribatejo e a necessidade urgente de se dar início à **Regularização do Vale do Tejo**», refere a Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP em nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social com as conclusões essenciais de uma reunião em que aquele organismo de direcção distrital analisou «a situação política e social, o processo de instalação dos órgãos autárquicos e a actividade partidária na preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP».

A DORSA do PCP manifesta a sua apreensão pelas notícias vindas a lume relativamente à tentativa do Governo de passar a Central Termo-Eléctrica do Pego para as mãos do capital privado estrangeiro, bem como quanto ao desmembramento e privatizações, anunciadas, na EDP, RN e Companhia das Lezírias.

As inundações e a «normalidade»...

No plano social — comentam os comunistas ribateja-

nos —, o Governo prossegue a sua política de aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais. É indesmentível que continua a acentuar-se a perda do poder de compra dos salários, que se agravam as condições de trabalho em muitas empresas e sectores, que encarece o crédito para a habitação, tendo graves incidências na juventude, que pioram as condições de vida dos reformados e pensionistas.

«As populações ribeirinhas



Regularização do vale do Tejo: uma necessidade imperiosa que o «Terreiro do Paço» parece não querer reconhecer

e os agricultores defrontam-se com graves problemas, devido às inundações que devastaram toda a região, enquanto que o Governo não só não tomou as medidas urgentes que se impunham de forma a colmatar os prejuízos, como ainda assumiu que as pessoas da nossa região encaravam as inundações com «normalidade», subli-

nha aquela Direcção Regional do PCP.

A DORSA manifesta o seu total apoio aos trabalhadores nas lutas pela reposição do poder de compra, por carreiras dignas e pela defesa dos postos de trabalho, sendo de realçar as dos ferroviários, dos professores, dos trabalhadores das autarquias e os processos em curso nos

sectores metalúrgico, papel e químico, particularmente na «Renova».

O apoio às populações do distrito atingidas pelas cheias é destacado no documento que a DORSA fez chegar aos órgãos de Informação. Aí se sublinha que os comunistas procuraram intervir através dos seus militantes eleitos nas organizações de massas e autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, no sentido de repor a justiça e a dignidade a que as populações atingidas têm legítimo direito.

Pela regionalização

Foi analisado o processo decorrente da instalação dos órgãos autárquicos no distrito, sendo de assinalar os esforços que os eleitos da CDU têm efectuado na busca de convergências com o PS para a defesa do Poder Local Democrático e dos interesses das populações.

O PCP continuará, a todos os níveis, a desenvolver esforços para a unidade ou convergência com todos os

democratas, para a defesa dos interesses dos trabalhadores, com o objectivo de uma alternativa democrática à política de direita do Governo Cavaco Silva, observa a DORSA do PCP, que declara mais adiante:

Os eleitos comunistas e outros democratas da CDU, nos órgãos autárquicos do distrito, continuarão a trabalhar com honestidade e dedicação com todos aqueles que estejam verdadeiramente interessados na defesa e reforço do Poder Local, na resolução dos problemas das populações, pelo desenvolvimento económico, social e cultural da região e pela concretização efectiva da Regionalização.

A DORSA apreciou a actividade do PCP na região, no quadro da preparação do XIII Congresso (Extraordinário), tendo aprovado uma Resolução com linhas de orientação para o debate nas organizações do Partido, e apela a todos os militantes para participarem de forma aberta, franca e criativa no debate que se vai realizar nas organizações.

Reforma Agrária

Cavaco tem «razões» para estar «orgulhoso»: já destruiu 3000 postos de trabalho!

Com o Governo PSD/Cavaco Silva, foram retirados às UCP/Cooperativas 121 432 hectares de terra, e destruídas 27 UCP/Cooperativas da Reforma Agrária, assim como diminuíram 3000 postos de trabalho, o que veio agravar ainda mais o desemprego já existente e as condições de vida dos trabalhadores agrícolas, sublinha uma breve nota de Imprensa recentemente divulgada pelo Secretariado da Comissão Distrital de Évora do PCP.

Só nos últimos dias de Janeiro e no quadro de uma política de destruição propositada, foram entregues, revela aquele organismo do PCP, nove reservas, a saber: na UCPSafira, 610 hectares; na 25 de Abril, 245 hectares; na União dos Silveiras 296 hectares; na Salvador Joaquim do Pomar, 20 hectares — (Montemor-o-Novo; na UCP N. Sr.ª da Es-

perança, 298 hectares — (Alcôvas); na Sol Nascente, 413 hectares — (Pavia); na Flor do Alentejo, 303 hectares — (Évora); na 23 de Setembro, 132 hectares — (Redondo); na 1 de Setembro, 42 hectares — (Reguengos de Monsaraz). Foram destruídas as UCP/Cooperativas: Tempo é Dinheiro; 25 de Abril, em Montemor-o-Novo, e Nossa Senhora da Esperança em Alcôvas.

Destruição e êxodo

Os comunistas de Évora recordam, a propósito:

A vida já confirmou que a destruição da Reforma Agrária contribui decisivamente para a estagnação económica do Alentejo, sobretudo no campo da agricultura, e para o aumento do desemprego e o êxodo da sua população. E é em resultado da sua política, desastrosa para o País e sobretudo para o Alentejo, que o Governo PPD/PSD se encontra cada vez mais isolado, como o testemunham os últimos resultados eleitorais, no distrito de Évora, quer para o Parlamento Europeu, quer para os órgãos autárquicos, onde o PPD não teve a presidência de qualquer Câmara Municipal.

O PCP apoia a luta dos trabalhadores da Reforma Agrária na luta contra o latifúndio, o flagelo do desemprego e sobretudo na luta pelo desenvolvimento económico, social e cultural ao serviço dos trabalhadores e das populações, conclui a Distrital de Évora.

Dirigente do PCP em Paris

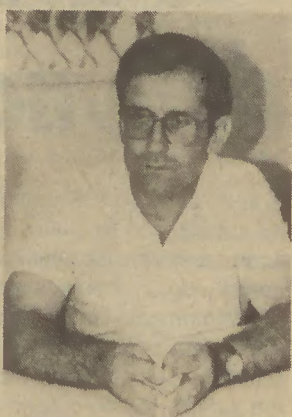
Por iniciativa do Sector da Emigração do PCP esteve recentemente em Paris o camarada José Soeiro, membro da Comissão Política do Comité Central. Durante a sua presença na capital francesa o dirigente comunista participou num conjunto de iniciativas com elementos da comunidade portuguesa.

Além de encontros e entrevistas para estações radiofónicas e jornais que intervêm junto da nossa comunidade e em que foram abordados aspectos da situação internacional, nacional e da campanha em curso contra o PCP, José Soeiro teve ainda encontros com dirigentes de associações portuguesa em Paris e visitou as instalações de duas delas — a ACOP e a APA.

Da intensa programação da visita efectuada por aquele membro da Comissão Política do Partido são de salientar um convívio na APA que reuniu mais de três dezenas de participantes e uma sessão de esclarecimento na APA-Espanha em que estiveram presentes perto de uma centena de camaradas e amigos.

Como nos refere José Soeiro, «a abertura das iniciativas a todos os interessados, comunistas ou não, e o debate livre, franco e aberto entre os participantes puseram uma vez mais em evidência o estilo de trabalho profundamente livre e democrático que marcou a vida e a intervenção do PCP na sociedade».

Como teria oportunidade de afirmar na sessão a que já aludimos, «as nossas iniciativas estão abertas a todos os que, com honestidade e independentemente das opiniões diferentes ou opostas que possam ter, queiram discutir connosco os problemas dos trabalhadores, do nosso povo e do nosso país. Como o testemunha este nosso debate, a nossa prática (...) deita por terra toda a campanha de mentiras e calúnias que visam



José Soeiro

apresentar o PCP como um partido fechado, sectário, antidemocrático, onde não há liberdade de pensamento e de expressão».

Depois de frisar que não estava ali com respostas acabadas para todas as preocupações, dúvidas e interrogações que, certamente, a complexidade da situação actual não deixa de levantar, José Soeiro abordaria algumas questões da actualidade internacional e nacional, e da actividade do PCP.



PSD com Cavaco: 27 UCP's/Cooperativas destruídas. Secretariado da Comissão Distrital de Évora do PCP faz o ponto da situação

PCP

Os comunistas comentam a situação no distrito

SETÚBAL: efeitos do cavaquismo à vista...

«A melhoria verificada em alguns indicadores de crescimento económico continua a não se traduzir, nomeadamente nos 9 concelhos da península de Setúbal, numa efectiva melhoria das condições de vida da população, antes tem servido os objectivos propagandísticos do Governo» — salienta a Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP. Aquele organismo esteve recentemente reunido em plenário, no Seixal, tendo analisado a situação política e o desenvolvimento da actividade partidária, nos concelhos sadinos.

Na apreciação da situação política, a DORS salienta a evidente redução da base de apoio social e eleitoral do Governo e do PSD, a acentuação das contradições dentro do PSD e das forças de direita em geral e, consequentemente, o seu enfraquecimento e isolamento político e social.

Para esta situação, — referem os comunistas — contribui fundamentalmente a política que tem sido levada a cabo pelo Governo do PSD, a qual, apesar da recente remodelação governamental, se mantém inalterável nos seus aspectos mais característicos. Continua a diminuição do peso da massa salarial na distribuição do rendimento nacional. A DORS pormenoriza:

«O Governo insiste, em 1990, na manutenção de "tectos" salariais recorrendo a previsões de inflação falseadas à partida, à semelhança daquilo que aconteceu nos últimos anos.

«Alarga-se a precarização do emprego, o desemprego persiste e surgem de novo, ainda que pontualmente, situações de salários em atraso.

Acentua-se a ofensiva contra as empresas nacionalizadas, designadamente Setenave, Quimigal, Siderurgia e RN, com o objectivo de favorecer o capital privado, o

maior importância, como se comprova nos processos reivindicativos em curso em numerosas empresas do distrito — sublinha a DORS, que acrescenta:

Numa situação de ofensiva do Governo contra os direitos adquiridos pelos trabalhadores, é vital a luta pela sua defesa e o seu efectivo exercício.

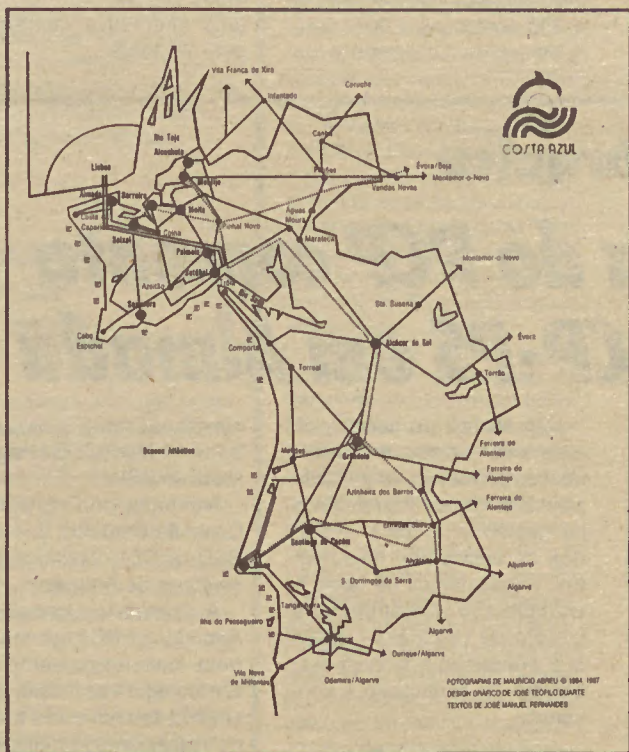
A DORS salienta algumas das mais recentes lutas dos trabalhadores no distrito, nomeadamente dos ferroviários, da Inapa, Setubauto e Siderurgia, saúda a sua combatividade e determinação e exorta a intensificação da luta em torno dos problemas concretos.

Noutras áreas, essenciais para a qualidade de vida das

que conduzirá ao desemprego de milhares de trabalhadores.»

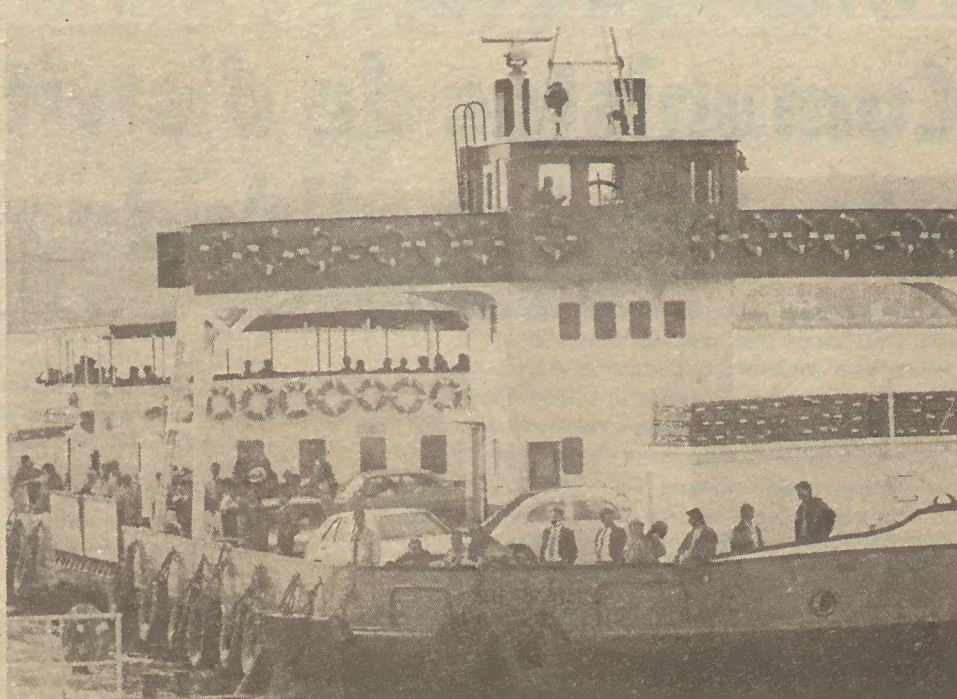
Lutas dos trabalhadores e problemas sociais

A luta dos trabalhadores, nomeadamente em torno da contratação colectiva e, tam-



bém, das reivindicações ao nível de empresa, assume

populações, a incapacidade e a falta de vontade do Gover-



Na área dos transportes e vias de comunicação o distrito de Setúbal está a ser seriamente afectado por uma política de atrasos e indefinições, como sublinha a DORS do PCP

Os milhões da CEE e a «transparência»...

A par da não resolução destes graves problemas, campela a indefinição e a falta de transparência nos processos para a aplicação dos milhões de contos dos fundos comunitários, com a marginalização forçada das estruturas representativas das populações e das autarquias locais, da intervenção activa nesses processos, comentam os comunistas.

• No sector do ensino — degradação do parque escolar, com muitos estabelecimentos em situação de ruptura;

• Na acção social — redução do Plano de Emergência para o distrito de Setúbal, com consequências graves para as crianças carenciadas, sem que tenha havido qualquer reforço nas verbas atribuídas a estruturas distritais, designadamente Centro Regional de Segurança Social e autarquias locais;

• No sector de transportes e vias de comunicação — atrasos na definição de soluções para a Ponte 25 de Abril, para a nova ponte sobre o Tejo e o encerramento do ramal ferroviário Ermidas-Sines, são entre outras, situações que prejudicam gravemente a vida das populações e dos trabalhadores do distrito.

PS na marginalização da CDU

A DORS analisou o processo de instalação dos novos órgãos autárquicos, no que respeita à concretização do objectivo do PCP e dos seus aliados na CDU e na coligação «Desenvolver Setúbal», que consiste em procurar o entendimento com todos os eleitos interessados no progresso das suas terras, em particular com os eleitos do PS.

Havendo de facto passos positivos e importantes a este nível em muitas autarquias do distrito de Setúbal, a DORS não pode deixar de lamentar que, num conjunto significativo de casos, o PS não tenha correspondido às propostas do PCP e, em algumas situações onde obteve a maioria, ou em que a CDU obteve a maioria relativa, tenha marginalizado totalmente a CDU de uma intervenção autárquica que lhe cabe por mérito do trabalho competente que realiza e pela expressão eleitoral que as populações lhe conferem.

Preparar o Congresso

A DORS apreciou alguns aspectos do desenvolvimento do trabalho partidário, nomeadamente a entrega de cartões 90-91, as comemorações do aniversário do Partido, a campanha distrital de fundos para o Centro de Trabalho da DORS e a campanha para a compra dos terrenos da Festa do «Avante!», na Quinta da Atalaia, Seixal.

No quadro da Resolução do Comité Central de 24 de Janeiro de 1990, sobre o XIII Congresso (extraordinário), a DORS exorta todos os comunistas e organizações do Partido no distrito de Setúbal a que intervenham e contribuam, no plano individual e no plano colectivo, no sentido de imprimir desde já, uma grande actividade à preparação do Congresso, para que ele corresponda da melhor forma, à vontade e objectivos do grande colectivo que somos, reforçando a unidade do Partido.

Dia 18, em Lisboa

Encontro sobre trabalho autárquico

A realização, no próximo dia 18 (um domingo), de um Encontro do Partido sobre o trabalho autárquico na cidade de Lisboa consta do conjunto de

decisões tomadas pelo Comité Local do PCP (CLL), reunido há dias no Centro Vitória, na capital.

«Iniciar, de imediato, a dis-

cussão em toda a organização de novas medidas de estruturação e direcção, de forma a melhorar a ligação do Partido e dos eleitos municipais e de freguesia às populações», é outra das decisões tomadas pelo CLL e divulgadas aos jornalistas.

A reunião daquele organismo do PCP inseriu-se já na preparação do XIII Congresso (Extraordinário), tendo sido abordados também aspectos relacionados com o processo de instalação dos órgãos autárquicos da capital. Esta reunião de trabalho do Comité Local destinou-se ainda a «tomar medidas de direcção e organização com vista ao reforço da acção do Partido na cidade, à luz da nova realidade surgida com a vitória da Coligação Por

Lisboa», nas eleições autárquicas de 17 de Dezembro passado.

No âmbito das actividades preparatórias do XIII Congresso (Ext.), o CLL decidiu realizar, a partir de agora, «amplas assembleias de debate em todas as freguesias e empresas da organização local de Lisboa» e «apelar à participação e intervenção dos militantes em torno da ordem de trabalhos do Congresso».

Ao congratular-se com o modo como decorreu a instalação dos órgãos autárquicos, o CLL do PCP salienta em particular a distribuição de pelouros na CML a forças políticas de oposição. Os comunistas chamam a atenção para o facto de que esta disponibilidade resulta de um

acordo entre o PS e o PCP, com cedência de áreas múltiplas de actuação.

Entretanto, o CLL procedeu à eleição de um secretariado de direcção para o grupo de eleitos do PCP na Assembleia Municipal de Lisboa, constituído por João Amaral, José Tavares, Helena Bastos, Graça Mexia, Modesto Navarro, Jaime Relvas (presidente da JF da Ameixoeira), Orlando Pauleta (presidente da JF dos Prazeres) e José Godinho (presidente da JF de Alcântara).

Foi nomeado como líder do grupo do PCP na AML o camarada João Amaral, deputado na Assembleia da República, membro do Comité Central do Partido. José Tavares é o elemento suplente deste cargo.



Comité Local de Lisboa tomou decisões

Plenário da DORP

Comunistas do distrito do Porto atentos à realidade regional

«A grave situação e os enormes prejuízos causados pelo mau tempo quer para os trabalhadores e pescadores do distrito quer para as populações ribeirinhas, exigindo do Governo central apoios e medidas de carácter excepcional que minorem as consequências das sucessivas intempéries que têm fustigado a região», é tema destacado no comunicado de Imprensa sobre a recente reunião plenária da DORP do PCP. Esta Direcção Regional esteve reunida no passado dia 3 na Cidade Invicta para «analisar a actual situação política e social e a luta dos trabalhadores». Foram também debatidas questões ligadas ao reforço do Partido e à preparação do XIII Congresso (Ext.)

A DORP do PCP salienta a intensificação da acção e luta da classe operária e dos trabalhadores da região do Porto, em dezenas de empresas e importantes sectores profissionais, por aumentos salariais, pela contratação colectiva, pela defesa de direitos e regalias e pela redução de horário de trabalho semanal (ver pág. da AR).

«Os resultados das recentes eleições para as Comissões de Trabalhadores (CTs) demonstram também o empenhamento dos trabalhadores em reforçar as suas estruturas unitárias, «considera a DORP, que, mais adiante, chama a atenção para o «acelerado aumento dos preços de bens, produtos e serviços essenciais, com especial destaque para os produtos alimentares, nomeadamente os hortícolas, para os transportes e para as tarifas da energia eléctrica, criando uma situação insustentável aos trabalhadores e à maioria da população que está na origem da viva e justa indignação e protesto popular».

Instalação dos órgãos autárquicos

A DORP do PCP apreciou o processo de instalação dos órgãos autárquicos no distrito.

Camaradas Falecidos

Francisco Castro

Membro do Partido desde 74, faleceu recentemente o nosso camarada **Francisco António Castro**, de 72 anos, reformado. Pertencia à organização de Alfama, na capital.

José António Paiva

Peniche está mais pobre. Faleceu o Zé Paiva, democrata, homem firme, sempre pronto para ajudar. Foi membro eleito da freguesia da Ajuda, militante muito dedicado ao seu Partido — o PCP, e um elemento destacado na direcção concelhia e distrital do movimento dos reformados. O seu funeral, que reuniu penicheiros de todos os quadrantes políticos, constituiu uma sentida manifestação de pesar.

Guilherme Afonso

Membro da organização de reformados de Alhandra, faleceu recentemente o militante comunista **Guilherme Sousa Afonso**, de 78 anos.

**

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar.

de **Rio Mau** e em numerosas outras freguesias de presidência PS ou PSD, como por exemplo **Ramalhe, Paranhos e Sé** (Porto), **Arcozelo e Valadares** (Gaia), **Valbom e Fânzeres** (Gondomar), refere a DORP.

Os comunistas portugueses reafirmam que os eleitos do PCP nas autarquias do distrito prosseguirão neste novo quadro a mesma política de sempre, dando em todas as condições o seu empenhado contributo para a resolução dos problemas das populações e para o desenvolvimento da região, sem preconceitos partidários ou ideológicos e na base de um amplo diálogo com as populações e com todos os eleitos.

Debates na preparação do Congresso

A DORP do PCP analisou alguns aspectos do desenvol-

vimento da actividade partidária no distrito, com vista a reforçar a influência política e ideológica do PCP e a dinamizar os trabalhos preparatórios do XIII Congresso (Extraordinário) do Partido.

Para além da programação de um vasto conjunto de reuniões de organismos e organizações e de Assembleias plenárias para o debate nas Teses para o Congresso e da eleição dos delegados, está prevista a realização de debates sobre alguns problemas mais candentes da actualidade internacional e nacional e a promoção de uma sessão pública por ocasião da próxima comemoração do aniversário do Partido.

A DORP apela a todos os militantes do Partido para que participem na discussão e preparação do XIII Congresso (extraordinário). Em seguida sublinha o êxito da campanha de fundos do Natal/1989 e Eleitoral, que permitiu recolher mais de 17 mil e 300 contos para fazer face a despesas correntes e da

campanha eleitoral e discutiu o lançamento no distrito da campanha dos 150 mil contos para a compra dos terrenos da Festa do «Avante!» cujo objectivo regional é atingir os 20 mil contos.

No quadro da importância que atribui ao reforço da JCP e do trabalho do Partido para e com a juventude, a DORP saúda a reabertura da sede da JCP, depois dos melhoramentos aí realizados, criando assim melhores condições de trabalho e de convívio, indispensáveis ao desenvolvimento da actividade dos jovens comunistas.

Finalmente, a DORP do PCP sublinha a importância que assume nas actuais condições a dinamização de toda a actividade partidária, a defesa da unidade do Partido, uma maior divulgação do seu Programa e dos seus princípios fundamentais, e o papel insubstituível do PCP para uma alternativa democrática para Portugal.

«Responder às novas situações»

Alentejo reestrutura trabalho de direcção

«Parte significativa das responsabilidades da Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) passará para as Comissões Distritais do PCP de Beja, Évora e Portalegre, procurando-se que os quadros mais experientes tenham uma maior aproximação às estruturas intermédias e de base» — revelou à Comunicação Social aquela Direcção Regional do PCP.

Com efeito teve lugar recentemente na cidade do Templo de Diana um encontro da DORA com profissionais da Informação onde foram abordadas as importantes decisões tomadas «com vista à reestruturação do trabalho de direcção, organização e quadros e à dinamização da intervenção política e

● **Bernardina Sebastião** - operária
● **António Murteira** - engenheiro técnico agrícola
● **Diamantino Dias** - operário metalúrgico
● **José Moreira Rita** - operário agrícola
● **João José Pinheiro** - operário



ideológica no plano regional, distrital e concelhio, de forma a potenciar o trabalho e a responder às novas situações».

Novo organismo executivo

Nesta conferência de Imprensa participaram, em representação da DORA do PCP, **Bernardina Sebastião, António Murteira e Diamantino Dias**, membros do Comité Central.

Entre as medidas tomadas ressalta a decisão de criar — e já entrou em funcionamento — uma **Comissão Executiva** da Direcção Regional, em substituição do Secretariado e do Executivo.

A nova Comissão Executiva é constituída por 11 elementos eleitos:

● **Abílio Fernandes** - economista
● **António Vitoria** - empregado
● **João Fernando** - operário agrícola
● **Eulália Miranda** - operária têxtil
● **Francisco Caixinha** - operário agrícola
● **Fernando Carmosino** - empregado

Distritais com mais responsabilidades

Como foi revelado aos jornalistas, a maioria dos organismos regionais juntos da Direcção Regional, de várias áreas e frentes de trabalho, deixarão de existir, passando as Comissões Distritais do PCP a assumir essas responsabilidades.

Preparar melhor o Partido

A Direcção Regional do Alentejo do PCP expressou aos órgãos da Comunicação Social e por seu intermédio à opinião pública portuguesa a sua confiança em que as Comissões Distritais e Concelhias, as outras organizações e organismos, todos os militantes do Partido no Alentejo, mais uma vez darão o seu precioso contributo para vencer dificuldades e preparar o Partido para esta nova fase, debatendo e concretizando as medidas que se impo-

nam no plano da direcção, organização e quadros. E não só: «Preparando o XIII Congresso (Extraordinário); intervindo e dinamizando a luta da classe operária, de todos os trabalhadores, dos agricultores, das populações, em defesa dos seus interesses de classe, por uma alternativa democrática, pelo progresso e justiça social, pela unidade das forças democráticas, pelo desenvolvimento económico e social do Alentejo.»

Nesse sentido, Portalegre, Évora e Beja devem criar os organismos distritais de trabalho para as principais frentes e áreas, tais como:

● **Autarquias, Assembleia da República, Desenvolvimento Regional e CEE;**
● **Trabalho Sindical, laboral, reformados e deficientes;**
● **Agricultura;**
● **Juventude;**
● **Cultura, recreio e desporto;**
● **Educação, ensino e saúde;**
● **Mulheres;**
● **Comunicação Social, informação e propaganda;**
● **Organização e fundos.**

A profunda reestruturação em curso coloca também as Comissões Distritais a necessidade de analisarem com rigor o seu trabalho e de introduzirem as alterações estruturais, de métodos e estilo de maneira a poderem responder às novas responsabilidades políticas, ideológicas e de direcção.

Aprofundar o debate e o estudo

No segundo semestre deste ano irá realizar-se a Assembleia da Organização Regional, confirmando-se também, para já, as Assembleias das Organizações Distritais de Évora e Beja.

A DORA do PCP valorizou o trabalho, métodos e estilos que a prática comprovou e a significativa actividade política desenvolvida, designadamente nas duas batalhas eleitorais, nas quais o PCP e os seus aliados na CDU foram a força vencedora no Alentejo.

A DORA considera a existência de uma situação no trabalho de direcção, organização, quadros, informação e propaganda e financeira preocupante em diversos aspectos e, portanto, sublinha a necessidade de se continuarem a aprofundar, através do debate e do estudo, as causas objectivas e subjectivas das dificuldades, assim como as medidas capazes de as ultrapassar, de dinamizar a actividade partidária, política e ideológica, de aprofundar a renovação e o funcionamento interno democrático das organizações.

Álvaro Cunhal com o Sector da Saúde

Inserir o debate no trabalho colectivo

Na passada sexta-feira teve lugar no Centro de Trabalho Vitória um beberete-convívio dos militantes do Sector da Saúde da ORL para entrega dos cartões 1990-91. Álvaro Cunhal, convidado a participar na iniciativa, fez uma breve intervenção sobre alguns aspectos que considerou importantes da actual situação política, após a qual se seguiu uma parte de perguntas e respostas que tornaram o encontro fortemente participado.

Álvaro Cunhal começou por referir a preparação do próximo congresso extraordinário, convocado, como sublinhou, por razões que se prendem não só com a alteração do quadro institucional português decorrente da revisão da Constituição, e que deu margem legal para a aceleração do processo restauracionista do capitalismo monopolista em Portugal, mas sobretudo, com acontecimentos internacionais de importância mundial, designadamente os processos tumultuosos verificados numa série de países socialistas.

Ainda como razões da necessidade deste congresso, Álvaro Cunhal apontou o crescente isolamento do Governo, devido às movimentações sociais de grandes sectores, que excedem largamente aqueles que tradicionalmente intervinham na luta contra a política da direita, o que retira de uma maneira acentuada a sua base de apoio social, política e eleitoral, como aliás ficou patente nas eleições para o Parlamento Europeu e de uma forma mais clara nas eleições autárquicas.

O Governo aparece enfraquecido, e no que respeita às forças democráticas são avançados esquemas, já com organização concreta das eleições autárquicas, de aproximação, de convergência e de unidade. Não é um factor menor, acrescentou, entrarmos em 1990 e o Partido Comunista Português apresentar depois das eleições autárquicas acordos com praticamente todos os partidos democráticos. Esta linha de actuação dá perspectivas reais, ainda que com um caminho muito dificultoso, de conseguirmos juntamente com outros democratas reforçar, ampliar e intensificar a oposição à direita e abriremos a perspectiva de uma alternativa democrática.

Incentivar o debate

A necessidade de o Partido dar resposta a todos estes problemas fez com que se tomasse a decisão de realizar um congresso, por forma a permitir o

debate e a definir com rigor as linhas de orientação.

Por outro lado, o secretário-geral frisou que as situações são de tal gravidade e de tal importância que não podemos de nenhuma forma censurar ou criticar ou ter uma posição negativa em relação a qualquer camarada nosso que face a estes acontecimentos tenha uma opinião diferente. Toda a reflexão é de admitir embora exija que no partido ela se faça em colectivo.

colar rótulos só porque foi expressa uma opinião diferente. Contudo, ressaltou que é igualmente de evitar a situação invulgar em que aqueles que contestam princípios fundamentais do nosso Partido não admitem, por outro lado, uma posição crítica de outros camaradas, tentando fazer vingar as suas ideias fora do Partido, através de um trabalho fraccionário.

Interrogado sobre a necessidade de após as eleições autárquicas o Partido dever ter tomado a iniciativa de criar espaços mais amplos e aprofundar em termos de debate as linhas de acção frutuosas desenvolvidas nas eleições autárquicas, nas coligações e acordos com as várias forças e partidos democráticos, Álvaro Cunhal referiu que já muitos

mente um suplemento aberto aos militantes, que a par das cartas do leitor, cuja publicação já foi iniciada, incluirá artigos assinados e promoverá mesas redondas sobre questões importantes.

A situação internacional, em particular nos países socialistas foi ainda focada por um camarada presente, que apontou a falta de liberdades políticas como uma causa da actual crise. Álvaro Cunhal, destacou a este propósito que no projecto de socialismo dos comunistas portugueses a questão da liberdade não só está consagrada no programa do XII Congresso, como tinha já sido aprovada nove anos antes do 25 de Abril, no VI Congresso do Partido, quando se traçaram as grandes linhas para o futuro democrático de Portugal e para a construção de



Aspecto geral do beberete-convívio do Sector da Saúde, realizado na passada sexta-feira e que contou com a participação de Álvaro Cunhal

Todos os militantes devem dar a sua contribuição crítica e criativa em relação a todas as questões nacionais e internacionais, devendo, contudo, integrá-la no trabalho colectivo para sair desta situação com mais capacidade de intervenção, tanto no plano nacional como no grande movimento de libertação dos povos e dos trabalhadores, em que sempre o PCP inseriu a sua actividade.

Já na fase de perguntas e respostas, o secretário-geral do PCP teve oportunidade de reforçar a ideia de que se deve evitar

camaradas se pronunciarem neste sentido, reconhecendo ter sido uma eficiência. No entanto, abordando a questão do INES, disse não se tratar simplesmente de criar um espaço aberto de discussão mas de uma tentativa de criar um pólo de atracção em confronto com o Partido e de animar um grupo ou de grupos manifestamente fraccionários.

Acerca do desenvolvimento do debate preparatório do congresso, o dirigente comunista realçou o papel do «Avante!» que passará a publicar breve-

uma sociedade nova, admitindo-se nomeadamente o pluripartidarismo. O secretário-geral manifestou a convicção de que nas teses do próximo congresso, esta preocupação será obrigatoriamente reflectida em termos afirmativos, correspondente não apenas ao reforço da democracia política mas também aos mecanismos institucionalizados a nível do Estado, ao nível do Partido e ao nível da sociedade para que não se produzam certos fenómenos de índole antidemocrática na sociedade que defendemos.

Encontro de emigrantes comunistas

Quadros do PCP emigrantes em seis países da Europa reuniram-se em plenário no fim-de-semana no Luxemburgo. Estudaram e debateram, no âmbito da sua militância partidária, as questões políticas e sociais que no período em curso mobilizam as atenções dos cidadãos, e definiram prioridades políticas imediatas e encaram a realização do XIII Congresso (extraordinário) do PCP como uma iniciativa importante para a vida do seu partido, e oportunidade óptima para articula-

ções que visa corrigir uma situação de injustiça de que são alvo os trabalhadores emigrantes que, por receberem uma pensão do estrangeiro, obtêm da Caixa Nacional de Pensões uma pensão muito inferior ao mínimo nacional;

2. Um projecto-lei sobre o Conselho das Comunidades Portuguesas que visa dar vida e representatividade a este órgão.

3. O retomar do projecto de Carta dos Direitos dos Emigrantes.

1. Um projecto sobre pen-

4. A insistência no Parlamento Europeu das propostas que visam a imediata e livre circulação e a suspensão das restrições à deslocação no seio da comunidade.

5. Defender no dia-a-dia os interesses dos emigrantes portugueses e ganhá-los para o campo político democrático, continua a ser uma das vertentes principais da actividade dos membros do PCP residentes nos países da Europa capitalista.

Trabalhadores

Agravam-se sem resposta os conflitos sociais

Sindicatos e trabalhadores de grandes empresas com processos de greve que se prolongam (CP, SN; possivelmente na Covina e na Rodoviária Nacional; Serviços de Viação, Minas da Panasqueira e EDP — ver Em Foco neste número — e nos CTT onde a situação denuncia novas formas de luta) e em grandes sectores como a Administração Local, os médicos, metalúrgicos, enfermeiros e professores fazem sentir diariamente ao Governo a incapacidade de resposta que tem acompanhado há muitos meses os diversos conflitos, desestabilizando a situação social, perante reivindicações de carácter salarial mínimo às quais, quase sistematicamente, os órgãos executivos e os conselhos de gerência da sua confiança respondem com a degradação das posições negociais e das próprias empresas, como é o caso flagrante da CP.

A essa situação de intransigência face às reclamações salariais o Governo e os seus representantes juntam posições pouco abertas quanto aos horários de trabalho, à definição justa das carreiras, à salvaguarda dos (possíveis) postos de trabalho, evitando sempre que possível negociações directas com os principais interessados e optando

sempre, como no caso da febre privatizadora, pelas soluções mais fáceis, com prejuízo das posições sindicais e dos próprios interesses do país.

Recorde-se que na CP, o plenário de dirigentes e delegados sindicais ainda há dias decidia «apolar a luta dos utentes, desenvolvendo contra a degradação da quali-

dade do serviço prestado pela empresa e contra o incompreensível arrastamento por parte do CG (conselho de gerência) do conflito laboral existente na CP».

Esta tomada de posição é sintomática dos custos da greve e das greves que o Governo minimiza no campo social, sendo difícil de descontinuar o interesse político que pode retirar de greves prolongadas que atingem seriamente grande parte da população.

Discriminação na Rodoviária

Reunido em 31 de Janeiro findo, o plenário de sindicatos da Festru (Federação dos Rodoviários) verificava que o Governo se recusava a aplicar à Rodoviária o aumento intercalar de salários que atribuiu a «outras empresas de transportes».

Depois de lembrar que na RN são aplicados os mais

baixos salários do sector, o plenário da Festru sublinhava a prevista privatização da empresa. A verificar-se essa intenção, já por mais de uma vez anunciada, as consequências «seriam muito graves para os trabalhadores e os utentes». Haveria, designadamente, «a perda de importantes direitos e garantias», a «perda de postos de trabalho», salários ainda mais baixos, a anulação de carreiras, «mais insegurança rodoviária e possivelmente a perda do passe social».

Entretanto, os trabalhadores e os sindicatos da Rodoviária Nacional continuam a exigir um aumento salarial intercalar, que tenha em conta a perda do poder de compra em 1988 e 1989.

Ainda acerca das privatizações, ou ameaças nesse sentido, reuniram-se no passado dia 1 em Lisboa representantes da CGTP, de Uniões Sindicais, Federações e comissões regionais e sectoriais de CTs (comissões de trabalhadores).

Segundo informações divulgadas no mesmo dia, sobretudo quanto à respectiva lei-quadro, que está em discussão na Assembleia da República, aqueles dirigentes sindicais e membros de CTs verificam que o Governo se limita a recusar «liminamente as propostas positivas da oposição» e as das organizações representativas dos trabalhadores, demonstrando desse modo «a posição fechada e totalitária do PSD».

Dado o que se passa nesse campo, e como hoje, quinta-feira, dia 8, haverá a votação final daquela lei-quadro, os dirigentes sindicais reunidos em Lisboa no passado dia 1 decidiram «convocar uma concentração de activistas do sector empresarial do Estado» para o mesmo dia, em frente à Assembleia da República.

Processo de contestação e de luta desenvolvem-se ainda na Covina (segundo os trabalhadores, trata-se de mais uma empresa rentável a vender ao capital estrangei-

Para a CGTP, reunida no sábado em Lisboa (Conselho Nacional), «o Governo não promove uma política de diálogo nos conflitos que se verificam nas empresas públicas, com vista a encontrar soluções justas e aceitáveis, e não assume, por intermédio do Ministério do Emprego, as responsabilidades que a este estão legalmente cometidas na mediação dos conflitos laborais, através do processo de conciliação entre as partes intervenientes. É o que se passa relativamente ao conflito existente na CP, em que a Federação dos Sindicatos Ferroviários requereu a intervenção do Ministério do Emprego, há cerca de 3 meses, sem que este tivesse promovido qualquer iniciativa». O Conselho Nacional da CGTP-IN solidariza-se com a luta dos trabalhadores e dos sindicatos.

ro), por parte da Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, sectores onde houve uma quebra média de 2,1 por cento nos salários contratuais reais em 1989, na Administração Local, onde o respectivo Sindicato (STAL) convocou para 9 de Março uma concentração nacional, na Administração Central, onde os tesoureiros de vários pontos do País (cinco distritos da zona Centro) solicitam a integração na respectiva carreira de «todos os profissionais a prestar serviço nessa área há vários anos consecutivos», na Nobre & Silva, que não paga salários a tempo e horas, na Auto Mecânica Leirense (despedimentos por encerramento), entre os reformados do «Diário Popular», na Públicos (encerramento-lock out), nos metalúrgicos e subsectores (jornada anunciada

para hoje), na Direcção-Geral de Viação (greves durante todo este mês), nos médicos (contestam projecto de alteração das carreiras), várias empresas do distrito de Coimbra, como a Rifer, Triunfo, etc., nas estações de serviço, parques de estacionamento, postos de abastecimento de combustíveis e de assistência a pneumáticos, onde os sindicatos (Fepces) apresentaram uma proposta de revisão contratual a que a Anarec (associação patronal) «volta a não responder numa atitude de clara chantagem com os salários dos trabalhadores do sector», como afirmou a Fepces recentemente e, entre outros locais de trabalho, a Fapajal fábrica de papel participada pela Portucel, onde no passado dia 5 os trabalhadores entraram em greve de um dia por reivindicações salariais.

CGTP

Comissão de Mulheres reúne pela primeira vez

A Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN, recentemente criada, reuniu-se pela primeira vez, sexta-feira passada, em Lisboa, para eleger o respectivo secretariado. Debatendo e aprovando o plano de actividades para 1990, a Comissão propôs soluções e dinamizará a acção reivindicativa, com vista à igualdade de oportunidades e de tratamento, no sentido de incrementar a participação feminina a todos os níveis da estrutura sindical, incluindo os órgãos dirigentes. A comemoração do próximo 8 de Março mereceu também atenção.

● A União dos Sindicatos de Lisboa prosseguiu com as suas jornadas (2 do corrente), desta vez sobre «a saúde e o trabalho, o meio ambiente e o trabalho».

● A União dos Sindicatos de Coimbra aprovou uma agenda com numerosas iniciativas.

● A direcção da CGTP foi recebida pelo ministro do Comércio e Turismo e, em reunião

separada, pelo ministro do Emprego e Segurança Social.

● O conselho nacional e o plenário da Fepces marcaram o seu 4º Congresso para 18 e 19 de Maio próximo.

● A Fenprof foi recebida pela Comissão de Educação da Assembleia da República, com a qual debateu a segurança social dos docentes do ensino particular e cooperativo.

● O Sindicato dos Professores da Zona Centro (sede em Coimbra) reuniu-se em Aveiro com os professores do 1º ciclo do ensino básico e educadores de infância contratados, cuja «situação é calamitosa».

● A União dos Sindicatos de Portalegre promove hoje um seminário sobre o reforço da organização nos locais de trabalho.

● O conselho nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, reunido para um balanço da actividade, chegou a numerosas conclusões importantes, incluindo

«o aumento da precarização do emprego» no sector.

● A Fenprof, perante a definição governamental do estatuto dos professores, afirma que o Conselho de Ministros «perdeu a oportunidade de resolver questões fundamentais da situação profissional dos docentes e do funcionamento do sistema educativo».

● A CGTP, perante a Alta Autoridade para a Comunicação Social, afirma que o Governo não garante «os princípios de insenção, rigor e pluralismo a que uma informação democrática deve obedecer».

● A CGTP, analisando o balanço da campanha nacional de sindicalização, conclui pela oportunidade do seu lançamento e refere, nomeadamente, que no último trimestre do ano passado houve 8369 sindicalizações.

● A CGTP congratula-se com as medidas anunciadas pelo Governo da África do Sul e «exige que sejam concretizadas».

Vale do Ave Atrasos e despedimentos

Uma delegação de trabalhadores da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, recebida recentemente na Assembleia da República, afirmou em público que a situação que se vive hoje no Vale do Ave pode vir a ser «tão grave como a que atravessou o distrito de Setúbal».

Quinta-feira passada, os delegados daquela empresa manifestaram aos deputados (excepto do CDS, indisponíveis nesse dia) a sua preocupação por «o processo de viabilização da empresa preconizar a redução em 50

por cento dos gastos com a massa salarial».

Uma viabilização deste tipo «implicaria o despedimento de metade dos 800 trabalhadores da Fábrica».

Salários em atraso

Continuava por pagar em 1 do corrente o 13.º mês de 1989 aos trabalhadores da mesma unidade fabril, preponderante naquela zona do Norte.

Além disso, a empresa ainda não actualizara na mesma

data (há uma semana) «as tabelas salariais, de acordo com o contrato colectivo (CCT), que entrou em vigor em Outubro de 1989».

É todo o sector fabril que está afectado na zona. Segundo a delegação da Fábrica de Santo Tirso disse aos deputados a situação social e económica do Vale do Ave pode vir a ser tão grave como a que atravessou o distrito de Setúbal, lê-se num comunicado que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis distribuiu à Imprensa em 1 do corrente.

Costa Freire compra o Santa Cruz?

O assunto é apresentado pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul. Com sede em Lisboa, esta organização afirma numa nota da passada sexta-feira que, entre os possíveis concorrentes à compra do Hospital de Santa Cruz (a privatizar), estaria «o tristemente célebre eng. Costa Freire, ex-secretário de Estado da Administração da Saúde».

Depois de se referir a «insistentes rumores ultimamente surgidos sobre a venda do Hospital e a sua consequente privatização», o Sindicato dos Médicos da Zona Sul manifesta «as mais profundas apreensões».

Para a direcção sindical trata-se de «uma unidade

hospitalar que possui dos melhores indicadores de produtividade e onde se têm desenvolvido diversas técnicas de ponta».

Em causa mais um serviço público de saúde

O Hospital de Santa Cruz, sublinha o Sindicato, é mais uma unidade do serviço público que é posta em causa na saúde. A consumar-se essa «iniciativa do Ministério», «ficarão comprometidos os postos de trabalho dos médicos dessa unidade hospitalar», acrescentam os dirigentes sindicais do SMZS.

O mesmo tem sucedido,

Lisboa sob o lema «Os Quadros num quadro de mudança».

Eleições nos EFFAS

Iniciaram-se ontem e terminam hoje as primeiras eleições para o recém-criado Sindicato dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. Os responsáveis chamam a atenção para o «grande acontecimento» que estas eleições constituem para os trabalhadores do sector.

aliás, noutras empresas públicas submetidas a processos de privatização.

O Ministério da Saúde tem uma palavra a dizer. Destaca o Sindicato que cabe a esse sector do Governo «esclarecer publicamente o que eventualmente esteja em preparação para o Hospital de Santa Cruz».

Concluem os dirigentes sindicais dos médicos da Zona Sul que, «se forem verdadeiros os rumores já referidos, fica mais uma vez a nu que o comportamento político do Ministério da Saúde não sofreu qualquer alteração e que mantém como objectivo obsessivo a desarticulação e desmantelamento dos serviços públicos de saúde».

Poder Local

Autarquias do Distrito do Porto

Os «sins» e os «nãos» do PS

Uma posição centralista, antidialogante e sectarista do PS em alguns concelhos do distrito do Porto onde obteve maiorias, se bem que num ou noutro — casos do Porto e Gondomar — tenha sido possível realizar acordos, tem marcado a distribuição de responsabilidades e cargos na instalação dos órgãos autárquicos eleitos em Dezembro, segundo considera a CDU.

Em Gaia e Valongo, onde o PS detém maiorias absolutas, não foram atribuídos quaisquer pelouros à CDU e aos restantes vereadores de outras forças políticas. No primeiro caso a posição da CDU, tornada pública em conferência de imprensa, vinca o facto de o PS ter obtido seis em onze vereadores não poder justificar a sua «monopolização dos pelouros, como não justifica nem lhe dá direito de prejudicar a gestão do município». Uma situação que é a primeira vez que sucede desde o 25 de Abril, tendo em conta que a CDU ou as forças que a integram sempre assumiram pelouros em mandatos anteriores, quer de maioria PSD quer PS. Em relação a estes dois municípios é ainda de salientar o excelente trabalho anterior desenvolvido pela CDU nos pelouros que estavam à sua responsabilidade — Ambiente e Jardins, em Gaia, e Higiene e Limpeza, em Valongo, que nem por isso removeu o PS das suas posições sectárias. Ainda em Valongo, na freguesia de Ermesinde, merece referência a actuação ilegal do Partido Socialista que, ignorando uma proposta aprovada na Assembleia de Freguesia (que previa a distribuição equitativa dos cargos na Junta), anunciou, sem a consultar, que seria na base do método de «Hondt» que a mes-

ma ficaria composta. Do facto a CDU apresentou queixa para que seja reposta a legalidade.

Em Matosinhos, onde a CDU assumiu a responsabilidade do Pelouro de Saúde e Salubridade, que engloba questões como o Hospital, Centros de Saúde, Cemitérios e Mercados, também não foi possível qualquer negociação com o Partido Socialista que, apesar de experiências de trabalho excepcionais com a participação de eleitos da CDU em Juntas de Freguesia como a de S. Mamede, Custóias e Perafita, no mandato anterior, com o pretexto de ter maioria absoluta em todos os órgãos ficou a «governar sozinho» todas as Juntas.

Um outro caso revela também o espírito dos socialistas em certas autarquias: em Rio Mau, no Concelho de Penafiel, onde a CDU ganhou por maioria relativa, o PS «ofereceu» os dois lugares disponíveis na Junta ao PSD, com o objectivo de isolar o presidente da Junta CDU. Assim a Junta presidida pela CDU tem maioria PSD, pela mão do Partido Socialista...

Os acordos são possíveis

Entretanto no Porto e em Gondomar foi possível firmar acordos para os órgãos mu-

nicipais e em algumas freguesias.

Um vereador a tempo inteiro, com a responsabilidade dos pelouros dos Transportes, Oficinas, Armazéns Gerais e Afilamentos, Divisão de Higiene Urbana, Mercados e Inspecção Sanitária, Parques Infantis e Ringues Polidesportivos e actividades daí decorrentes, nomeadamente as juvenis, bem como aquando da recomposição dos órgãos sociais do Mercado Abastecedor do Porto a garantia de que será o vereador da CDU indicado para o Conselho de Administração, envidando a Câmara todos os esforços para que assuma a Presidência nesse órgão, foram alguns dos termos do acordo que implicou ainda que a composição da Mesa da Assembleia Municipal do Porto, onde o PSD tem a maioria,

aprovada na passada segunda-feira, ficasse sob a Presidência do PS, sendo o 1.º Secretário do mesmo partido e o 2.º Secretário da CDU. No que respeita às Juntas de Freguesia da Cidade do Porto, embora não tenham todas tomado posse, prevê-se, fruto de acordos com o PS e também com eleitos do PSD, que a CDU tenha uma maior participação que no mandato anterior, assumindo responsabilidades de gestão na maioria das Juntas.

Em Gondomar, foi firmado um acordo com o PS para os órgãos municipais que prevê a delegação total de competências aos dois vereadores da CDU nos seguintes pelouros: Limpeza Urbana, Higiene Pública, Ambiente, Jardins e Zonas Verdes, a tempo inteiro; Saúde Pública, Protecção Civil, Feiras, Mercados e



A colaboração democrática na gestão autárquica só pode beneficiar as populações

Trânsito, a meio tempo. Além do 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal e de dois elementos no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, o PS compromete-se ainda a ele-

ger um Presidente da Junta da CDU como representante da Assembleia Municipal na Assembleia Distrital e a garantir a ida do vereador da CDU para o Conselho de Administração da LIPOR.

Loures

CDU e PS colaboram na instalação autárquica

Como vem acontecendo um pouco por todo o País, também já se concluiu o processo de instalação dos órgãos autárquicos do concelho de Loures, onde ganhou relevo a posição assumida pelo PS que, pela voz do seu vereador Roque Lino, assumiu uma postura de oposição construtiva, confirmando a existência de contactos entre o PS e a CDU (com maioria relativa no concelho) visando o estabelecimento de acordos relativos ao funcionamento futuro do executivo eleito. Esta posição contrasta com a assumida pelo PSD, que se refugiou no estatuto de oposição para recusar qualquer cooperação na gestão autárquica do concelho.

Os órgãos autárquicos agora empossados passam a ser constituídos, na Assembleia Municipal, por 31 representantes da CDU-Coligação Democrática Unitária, 16 representantes do PS — Partido Socialista, e 11 representantes do PSD — Partido Social Democrata, e, na Câmara Municipal, 5 eleitos da CDU, 3 eleitos do PS, e 3 eleitos do PSD.

No acto formal de posse

foram produzidas intervenções pelas três forças políticas representadas nos órgãos municipais, e pelos presidentes da Câmara Municipal reeleito e presidente da Assembleia Municipal cessante, o qual conferiu posse aos novos eleitos.

O vereador Pacheco Pereira, do PSD, definiu como prioridades de intervenção do seu partido durante o próximo mandato, a criação de mecanismos que garantam o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, a definição de medidas de reordenamento urbano e de contenção da degradação ambiental, a recuperação e legalização dos bairros clandestinos. Pacheco Pereira assumiu o estatuto de oposição ao Executivo saído das eleições, afirmando que «o PSD não atingiu no concelho de Loures os objectivos que se propunha».

O vereador Roque Lino, do PS, reconheceu os resultados eleitorais, sublinhando que o Partido Socialista viabilizará o Executivo Municipal eleito, assumindo uma postura de oposição construtiva. Roque Lino confirmou a existência de contactos entre o PS e a CDU que visam o estabelecimento de acordos relativos ao funcionamento futuro do Executivo eleito, afirmando que estes contactos revelam que «as pessoas sensatas sabem conversar».

O vereador Demétrio Alves, da CDU, considerou como factor de primeira importância a inequívoca expressão de confiança do eleitorado do concelho no trabalho desenvolvido pela Coligação Democrática Unitária ao longo dos últimos 10 anos, conferindo a esta força política nova maioria absoluta na Assembleia Municipal e maioria relativa na Câmara Municipal.

Demétrio Alves exprimiu à população do concelho, «a garantia de que não enjeitaremos as responsabilidades que de novo nos entenderam confiar», acrescentando ser «legítimo concluir que não seria democraticamente correcto se, à luz de potenciais análises e conjecturas pós-eleitorais, e sob pressão de qualquer situação, mesmo que objectiva, viéssemos a declinar, ainda que parcialmente, as referidas responsabilidades, por via da cedência de competências determinantes a outras forças políticas». Isso seria invezar nos gabinetes aquilo que a população exprimiu nas urnas, acrescentou.

Nesta oportunidade, o presidente da Câmara Municipal de Loures afirmou o seu total empenhamento no sentido de «tudo fazer para que sejam criadas condições para se assegurar o prosseguimento do nosso trabalho», acrescentando que «pautaremos a nossa actividade, como tem sido a nossa prática, pela defesa intransigente dos interesses globais da população».

O presidente da Câmara Municipal de Loures afirmou ainda serem muitos e complexos os problemas que estão na ordem do dia e que será necessário enfrentar. Mas o programa eleitoral que suportou a sua candidatura «é para cumprir», afirmou, acrescentando que «teremos na devida contra aquilo que outras forças partidárias tenham defendido, e que se traduza em benefício das populações. Contudo, não se pode pensar em termos da sua realização integral, sem uma Administração Central que estimule e respeite o Poder Local e assuma com frontalidade as suas obrigações próprias».

Diz a CDU de Amares

Caldelas deve ser vila

Em recente reunião a Comissão Coordenadora da CDU — Coligação Democrática Unitária de Amares analisou, entre outras questões, as declarações do presidente da Câmara Municipal sobre a proposta apresentada pela CDU de elevação de Caldelas à categoria de vila — que considerou «demagógica». A CDU de Amares, ao mesmo tempo que rejeita estas afirmações do presidente da Câmara, reitera a sua proposta e «reafirma o seu empenhamento para que aquela estância terminal obtenha o estatuto de vila, pelo que irá intervir junto dos partidos que integram esta Coligação para que apresentem na Assembleia da República o respectivo projecto de lei». E conclui, ainda a propósito desta questão: «ao avançar com esta proposta a CDU está convicta de responder ao justo anseio da população de Caldelas».

A Comissão Coordenadora da CDU de Amares analisou também as notícias vindas a público sobre a possível alteração de local da estação rodoviária de Braga (Central de Camionagem) para junto do hiper-mercado Feira Nova.

«A ser verdade tal notícia, a CDU considera que os utentes de Amares, em especial os trabalhadores, que se deslocam diariamente para Braga e utilizam aquela estação rodoviária serão gravemente

prejudicados, pelo que lança o alerta à Câmara Municipal e ao Governador Civil para que intervenham junto do Governo no sentido de impedir a mudança do local», conclui a nota da CDU de Amares.

Coimbra

Encontro-convívio realça entendimento

Realizou-se recentemente em Coimbra um encontro-convívio de eleitos da CDU nas autarquias do Distrito de Coimbra, onde se concluiu que «o Poder Local democrático deve continuar a ser a "aposta-forte" da CDU para resolver os problemas das populações e que deve ser aprofundado o enraizamento do trabalho dos eleitos na participação popular a todos os níveis do trabalho autárquico».

A urgência de uma maior descentralização de competências e de recursos financeiros para as autarquias em

geral e, muito em especial, dos municípios para as freguesias, foi outra das conclusões do encontro, que exigiu a consagração do regime de permanência para eleitos das Juntas de Freguesia.

A maior aproximação entre eleitos das várias forças democráticas, designadamente entre eleitos socialistas e eleitos da CDU, foi reconhecido pelo encontro como um aspecto muito positivo da situação política no Distrito, que deve ser estimulado em torno de acções e posições concretas de defesa dos interesses das populações e

combate à política centralista e autoritária do Governo do PSD.

Finalmente o encontro traçou algumas grandes linhas de orientação para o reforço da intervenção da CDU nos planos da informação à população, da coordenação distrital de apoio aos eleitos, da manutenção e alargamento das coordenadoras concelhias da CDU e de dinamização da AECOD — Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas, que organiza a recolha e aplicação das compensações dos eleitos pelo exercício dos seus cargos.

Nacional

Contra ensino elitista e degradado JCP responsabiliza Ministério

«A política de elitização do Ensino Superior desenvolvida pelo Governo PSD/Cavaco Silva veio mais uma vez ser confirmada com a recente publicação de um conjunto de medidas na área do apoio social para os estudantes do Ensino Superior», acusa a Direcção da JCP em recente nota onde se acusa também o Governo de não ouvir ninguém, nas questões do Ensino.

O Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP considera o conjunto de medidas de apoio social constantes do protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e o Conselho de Reitores sobre Acção Social para o ano lectivo 89/90 como «escandalosamente insuficientes e lesivas para um vasto número de estudantes do Ensino Superior, em especial os economicamente mais desfavorecidos». Estes estudantes «continuam a ser alvo de uma política de clara agressão à possibilidade de progressão dos seus cursos através dos montantes das bolsas que lhes é atribuído, fixado por este diploma. A bolsa permanece como um mísero complemento aos rendimentos mensais e continua sem existir uma política de atribuição de bolsas condignas».

Este protocolo, para além de apresentar um conjunto de medidas de apoio social para este ano lectivo manifestamente insuficientes, «levanta uma série de questões que se poderão colocar com maior acuidade quando a Autonomia Universitária se encontrar em pleno funcionamento e que exigirão dos es-

tudantes uma resposta firme, como se verificou com o voto maciço de reprovação do diploma pelos estudantes representados no Conselho de Acção Social do Ensino Superior», recorda a JCP, que prossegue:

«Assiste-se, por outro lado, a uma tentativa de agressão a direitos conquistados pelos estudantes no quadro dos Serviços Sociais», pelo que o Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP se pronuncia «claramente não só contra o aumento verificado no preço das refeições das cantinas e residências universitárias (bastante superior à taxa de inflação) como também contra os objectivos expostos no diploma no sentido de aproximar gradualmente os preços destes serviços ao seu custo real».

A JCP também se solidariza com a luta desenvolvida pelos estudantes do Ensino Superior em geral, e em particular com a luta dos estudantes da Universidade do Porto, contra os atrasos de pagamento das suas bolsas «e exige que sejam rapidamente resolvidas tais situações».

«Entradas» más... e saídas tardias

A entrada em vigor, este ano, da nova Lei de Acesso ao Ensino Superior (que mereceu vivo protesto por parte dos estudantes do ensino secundário) «não veio resolver o problema de fundo: a manutenção do "numerus clausus". Continuamos a assistir à frustração de milhares de jovens em prosseguir os seus estudos (dos 51 000 candidatos ao ensino superior entram cerca de 21 000). O argumento usado pelo Governo — sublinha a JCP — e em especial pelo Ministro da Educação, de que não existe capacidade por parte das escolas do ensino superior em acolher estes milhares de jovens, contradiz as afirmações deste Governo quando diz ser o ensino a sua área privilegiada de actuação. Mas os factos estão à vista, e a sua política real e a prática nada têm a ver com a oratória».

Assistiu-se também «à saída tardia dos resultados de candidatura que nos colocam graves apreensões quanto ao ano escolar dos alunos do 1.º ano» — diz a JCP: «É um ano fortemente comprometido para estes estudantes e ultrapassar todos estes problemas decorrentes de só agora se iniciarem as aulas, temos consciência disso, será muito difícil».

E o comunicado conclui:

«Apelamos aos órgãos de gestão de cada escola em conjunto com os estudantes e às direcções de asso-

ciações de estudantes do ensino superior para que se tomem medidas no plano pedagógico no sentido de minorar os efeitos e o comprometimento escolar resultantes do início tardio deste ano lectivo. Ao Ministério da Educação, principal responsável desta situação, exigimos que tome medidas para que se ultrapassem os problemas decorrentes deste início tardio do ano escolar para os alunos do 1.º ano».

Coimbra

A Direcção Distrital do Secundário da Juventude Comunista Portuguesa de Coimbra analisou e discutiu a actividade da organização no 1.º período lectivo e o Encontro Nacional do Secundário da JCP, decidindo tornar públicas as seguintes conclusões:

1. «Embora não atingindo o limite das suas possibilidades, a organização do Secundário de Coimbra desenvolveu um trabalho positivo relativamente às eleições autárquicas e à dignificação do associativismo juvenil. Neste último caso registou-se um incremento das listas independentes e unitárias em benefício da despartidarização do movimento associativo, pela qual temos lutado. Contudo é necessário salientar a nítida intenção, por parte de outras juventudes partidárias, de manipular as eleições nas escolas, transformando-as em vitórias partidárias.

«A JCP reafirma a sua posição e apela à unidade de

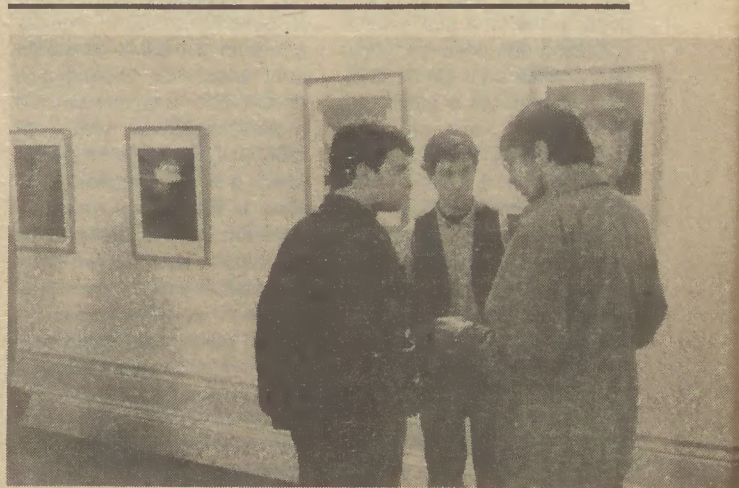
todos os estudantes na defesa dos seus verdadeiros interesses e objectivos.

«Merece ainda destaque especial o acesso ao ensino superior, que deixou 30 mil candidatos fora das escolas, e que provocou o significativo atraso do primeiro semestre de aulas, comprometendo deste modo o aproveitamento dos estudantes no presente ano lectivo.

2. «No âmbito da preparação do Encontro Nacional do Secundário a Direcção decidiu elaborar um estudo aprofundado da realidade do Dis-

trito no que respeita às condições de ensino e ao movimento associativo. No encontro, a realizar em Lisboa, no dia 8 de Abril, serão abordados temas relacionados com a JCP e com o ensino em Portugal.

3. «Nesta reunião abordaram-se ainda problemas da situação política internacional, nomeadamente nos países socialistas. Decidiu-se realizar um debate alargado, em data a anunciar, tendo em vista a melhor compreensão das profundas alterações ocorridas nesses países».



Pormenor da sala de exposições da nova sede (ou sede renovada, para sermos mais exactos) da JCP do Porto

JCP do Porto reabre sede

Um espaço aberto e renovado, dos jovens comunistas, para todos os jovens, para convívio mas também para trabalhar melhor na defesa dos anseios da juventude, assim foi definida a «nova» sede da JCP no Porto, reinaugurada, após obras profundas, durante um animado convívio que durou até às tantas, na passada sexta-feira.

«Nova» porque irreconhecível, com as pinturas e outras beneficiações realizadas durante meses de trabalho, com o apoio e as contribuições de militantes e amigos da JCP e do Partido. Logo à entrada, a grande sala onde irá funcionar a breve prazo a Secção de Informação e Propaganda. No andar principal, a Sala de Exposições, (no momento com uma mostra de serigrafias de vários artistas do Porto), onde, fez questão de referir Luís Cadete Leite, da Direcção Nacional do Ensino Superior da JCP, irá ser possível expor permanentemente trabalhos, nomeadamente de jovens, em colaboração com camaradas das Belas Artes. Depois a sala de convívio e um bar, que se pretende um ponto de encontro dos jovens do Porto, para lazer mas também para debate dos seus problemas. No primeiro andar, a sala de reuniões e um belo auditório com capacidade para mais de cem pessoas. Por último, os gabinetes de trabalho, em fase ainda de acabamentos, quase prontos a receber a enorme vontade e as novas perspectivas de trabalho abertas para os jovens comunistas.

Carlos Rabaçal, veio também «dar um abraço à malta do Porto» e, lembrando as dificuldades e o desencanto que as péssimas condições em que antes se encontrava a sede provocavam nos jovens comunistas, considerou «aquela bela sede» como natural motivo de entusiasmo neste ano tão importante para a JCP. Palavras ainda de felicitações foram as de Edgar Correia, da DORP e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Depois foi a festa e o convívio, não sem que antes mais de uma centena de jovens e não jovens (foram também muitos os militantes do Partido e alguns conhecidos democratas, como o Dr. Raul de Castro e o Dr. Ferreira Alves, da Intervenção Democrática, e Sousa Pereira, do PRD, que quiseram estar com a JCP neste momento importante) não deixassem de correr de fio a pavio os cantos da casa. Na Avenida da Boavista, 601 — é lá o ponto de encontro para a Juventude.

dro, da Direcção da Organização do Secundário, que salientaram a importância dos meios de que agora dispõem para repensar a organização e reforçar o movimento juvenil e estudantil no Porto. Manuel Gouveia, do Secretariado Nacional da JCP, reforçou a ideia — a confiança de que aquele espaço contribuirá para «uma JCP mais interveniente».

«Se é certo que o Governo não é responsável pelos temporais, é responsável por não tomar medidas eficazes e em tempo útil que, apoiando quem trabalha na terra, pudesse ainda recuperar pelo menos parcialmente o presente ano agrícola».

FENCA denuncia Prejuízos agrícolas não têm apoios que cheguem

«As medidas anunciadas pelo Governo para fazer face aos prejuízos na agricultura decorrentes dos temporais são claramente insuficientes», denuncia um comunicado da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA), que prossegue:

«Correspondendo só muito parcialmente às reivindicações das cooperativas e dos agricultores, as medidas decididas pelo Conselho de Ministros não prevêm uma linha de crédito bonificada para permitir às explorações enfrentar o próximo ano agrícola. Os apoios a fundo per-

dido não abrangem os enormes prejuízos sofridos nas searas de Outono-Inverno, no olival e noutras culturas, limitando-se às forragens. A mo-ratória, que é só de um ano, não abrange os encargos assumidos em factores de produção e investimento que estão perdidos... Não há nenhu-

ma medida que isente as explorações agrícolas do IRC no presente ano. Não se vislumbram medidas que levem à recuperação urgente dos caminhos que ficaram deteriorados com as chuvas. Os serviços regionais do Ministério da Agricultura estão inoperacionais e não prestam qualquer apoio técnico aos produtores nem fornecem quaisquer indicações de opções de culturas alternativas».

Assim, «urge que o Governo e o MAP revejam as limitadas medidas que tomaram e que saiam da situação de quase total inoperacionalidade em que se encontram. É necessário que nenhuma cooperativa ou outra qualquer exploração seja marginalizada no acesso às medidas de apoio, como aconteceu em anos anteriores». E concluiu-se:

«Se é certo que o Governo não é responsável pelos temporais, é responsável por não tomar medidas eficazes e em tempo útil que, apoiando quem trabalha na terra, pudesse ainda recuperar pelo menos parcialmente o presente ano agrícola».

Debate do MDM sobre «leis de família»

O Movimento Democrático das Mulheres (MDM) promoveu anteontem um debate sobre três leis fundamentais aprovadas em 1984 — a da Protecção da Maternidade-Paternidade, a da Educação Sexual e Planeamento Familiar e a da exclusão da ilicitude em alguns casos de Interrupção Voluntária da Gravidez — que decorreu na sua sede central em Lisboa, participando nele a dra. Luísa Amorim, membro do Secretariado Nacional do MDM e deputada do Grupo Parlamentar do PCP, o dr. Norberto Casimiro da Direcção Nacional da Associação do Planeamento para a Famí-

lia e o dr. Carlos Silva Santos, médico de Saúde Pública.

Este debate — que abordaremos mais detalhadamente no próximo número — «insere-se num conjunto de iniciativas que o MDM irá promover junto dos órgãos de Poder Central e na opinião pública, que visam a denúncia da situação existente e da urgência de cumprimento integral destas leis, passados que são já seis anos sobre a sua aprovação e a verificada demissão do Estado na sua aplicação efectiva, criando graves injustiças e discriminações às mulheres».

Internacional

Vitória comemora
4 de Fevereiro

Queda de Mavinga compromete futuro da UNITA

As comemorações do aniversário do 4 de Fevereiro, data do início do levantamento armado contra o colonialismo em Angola, conheceram este ano um panorama diferente em Luanda. Por um lado, as notícias sobre as vitórias obtidas pelas FAPLA sobre as tropas da Unita na ofensiva na zona de Mavinga; por outro, o anúncio de uma vasta amnistia contida em três diplomas e que abrange delitos de ordem política e facilita a reintegração de ex-elementos ligados aos grupos de Savimbi.

Embora só na terça-feira a notícia tenha sido oficialmente confirmada, a conquista da estratégica localidade de Mavinga, que deixa aberto o caminho para a Jamba, era já dada como certa. A ofensiva desencadeada pelas FAPLA na região mais ao Sul no Cuan-do-Cubango obtinha assim uma vitória de grande importância que os termos do comunicado do Estado-Maior vêm confirmar.

As forças da Unita não só sofreram pesadas baixas e

perderam grandes quantidades de material de guerra (incluindo equipamento pesado como viaturas), como fundamentalmente perderam o controlo de uma área que põe severamente em causa as possibilidades de poderem continuar a defender o «santuário» de Jonas Savimbi na Jamba.

Que a situação é grave indica-o não apenas a precipitada partida que interrompeu a visita a Lisboa do dirigente da Unita como também o facto de se começarem a verificar defec-

ções importantes, como é o caso da retirada para o Botswana do ex-chefe do Estado Maior, general Demóstenes Amos Chilinguita acompanhado por uma centena de soldados.

O aeroporto

As autoridades de Luanda estarão a tomar medidas para tornar rapidamente operacional o aeroporto de Mavinga, seriamente danificado pelos combates, que causaram 55 mortos nas FAPLA e 543 nas tropas da Unita.

O aeródromo de Mavinga era da maior importância para a organização de Savimbi, sendo através dele canalizado muito do apoio logístico sul-africano. Conquistada a povoação, igualmente para as FAPLA a utilização do campo

permitirá o abastecimento aéreo que resolva o complexo problema da extensão das linhas de reabastecimento que já foram responsáveis pela impossibilidade de conservar a povoação quando da anterior ofensiva que não conseguiu resistir a um contra-ataque da Unita apoiada por forças sul-africanas do «Batalhão Búfalo».

A eventualidade da perda da Jamba assume particular gravidade para a Unita que não só sofreria uma derrota de imprevisíveis consequências sob o ponto de vista militar, mas que essencialmente perderia um trunfo decisivo sob o ponto de vista político: a alegação de se encontrar instalada no próprio território angolano, embora ninguém ignore que tal situação se deve exclusivamente ao apoio sul-africano e norte-americano.

José Eduardo dos Santos: Angola e a situação nos países socialistas da Europa

No início da passada semana realizou-se em Luanda uma assembleia que reuniu dirigentes do MPLA-PT, militantes de base e quadros do aparelho de estado. A reunião foi dirigida pelo presidente José Eduardo dos Santos que abriu os trabalhos com uma larga exposição sobre a situação internacional e o posicionamento do MPLA-PT do qual publicamos alguns extractos mais significativos.

(...)
«Nós temos estado a acompanhar simultaneamente com interesse e com alguma preocupação as profundas reformas actualmente em curso na comunidade socialista. Com interesse, porque é importante que tenhamos em conta as experiências de outros povos que seguem a mesma orientação política e ideológica que o nosso, e que tiveram já a oportunidade de defrontar na prática uma série de problemas e dificuldades que podemos evitar se os conhecermos adoptando as soluções pertinentes. Com alguma preocupação porque se reconhece, como já tive ocasião de o afir-

mar, que as actuais condições políticas, económicas e sociais, que se verificam nos países do Leste da Europa não são algo de inerente aos princípios socialistas, mas são sim consequência lógica da sua inadequada aplicação à realidade concreta desses países. No entanto, certos processos e métodos empregues para resolver o problema interno dos dirigentes que falharam não grangearam a nossa simpatia.

(...)
«É do conhecimento de todos os Camaradas que nós, na República Popular de Angola, já na 1ª Conferência Nacional do Partido, realizada em fins de 1985, fizemos uma profunda

análise crítica da nossa situação económica, social e político-militar, que constitui um indispensável momento de reflexão da nossa marcha para o socialismo. Nessa reunião «constatámos que nesta etapa da vida nacional só o Partido dispõe de estruturas, da vontade e da capacidade, apesar de elas ainda não serem as ideais, para levar a bom termo o projecto de transformação radical da sociedade herdada do período colonial, em benefício das massas trabalhadoras mais exploradas durante esse período dramático da nossa história».

(...)

De acordo com a nossa experiência histórica, estávamos conscientes que a contra-revolução armada estabelecia o campo como seu ponto de partida e de que eram os camponeses a vítima e o alvo preferencial dos seus ataques terroristas. Isso permitiu que defendêssemos a dinamização de facto da actividade revolucionária nas áreas rurais.

Na prática isso nem sempre aconteceu, o que explica muitas das dificuldades que ainda hoje sentimos na materialização das nossas prioridades económicas, que têm a sua base fundamental na agricultura.

«A proclamação da UNACA (União Nacional dos Camponeses) inscreve-se assim nos esforços para se prestar uma atenção especial ao desenvolvimento das organizações camponesas e à sua reclassificação, permitindo assim que os interesses dessa classe maioritária no nosso País sejam representados numa organização própria e eficaz, que colmata uma importante lacuna no quadro político e socioeconómico da República Popular de Angola.

«Do 2º Congresso, realizado em fins de 1985, datam por sua vez os grandes princípios orientadores e das reformas económicas actualmente em curso, que tiveram no Progra-

ma de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) a sua expressão prática, visando a criação das condições para o início da estabilização e recuperação económica, através de uma correcta política de alianças entre o sector estatal e o privado, da revisão do sistema de direcção e gestão da economia, e do saneamento das contas do País.

(...)

«Como é evidente, as reformas no domínio económico traziam em si implícita a necessidade de correspondentes reformas políticas com vista a ampliar a democracia e a aumentar a participação dos cidadãos na vida política, cujos conteúdos principais foram já por mim expressos na mensagem de Ano Novo.

«A ampliação da democracia, que é característica principal do ano em curso, é a condição que vai garantir a consolidação da unidade nacional e acelerar a reconstrução económica e social do País, na qual todos os angolanos, sem discriminação, são chamados a intervir de forma consciente, organizada e de acordo com a lei.

«Porém, e este é um aspecto que tem estado a ser relegado para um plano secundário, tanto no seio dos Partidos que detinham o poder político na Europa de Leste, como naqueles que são oposição em grande parte dos países ocidentais, o MPLA-Partido do Trabalho não necessita de se negar a si próprio como Partido para se renovar ou para se abrir à participação de outras camadas sociais.

«Bem pelo contrário, a sua força está precisamente na capacidade de manter a sua profunda solidariedade para com os explorados de todo o Mundo e para com a luta contra as injustiças sociais onde quer que elas tenham lugar, num projecto de transformação democrática e socialista da sociedade.»

(...)

Situação dramática no Líbano

274 mortos e 1132 feridos era, na segunda-feira, o saldo de seis dias consecutivos de violentos combates entre as tropas do general Michel Aoun e as milícias cristãs das Forças Libanesas. Este recrudescimento dos combates está a criar uma situação dramática na região envolvida nos confrontos, sobretudo na zona entre Beirute Oriental e Dbaiyé, considerada um feudo dos falangistas. Nos hospitais há falta de oxigénio e de sangue para transfusões, não há pão nem praticamente água mineral. As ruas foram minadas pelas forças em confronto e existem peças de artilharia instaladas entre prédios de habitação. A população foi apanhada desprevenida pelo início da guerra, cujo cessar-fogo, recorde-se, foi decretado sete vezes, e muitos pais ignoram a sorte dos seus filhos que se encontravam na escola quando estalou a nova onda de violência.

A fase actual da guerra deve-se à decisão do general Aoun de desarmar as milícias para assumir o controlo absoluto do chamado país cristão, como represália às Forças Libanesas que, contra a vontade do general golpista, não rejeitaram abertamente o acordo parlamentar libanês de Taef.

As forças controladas por Aoun não conseguiram, até ao momento conquistar nenhuma das instalações estratégicas do braço armado das forças cristãs tradicionais, mas não se regista, de ambos os lados, tendência para o abrandamento dos combates. Por outro lado, parecem remotas as possibilidades de intervenção das brigadas do exército fiéis ao poder legítimo do presidente Elias Hraouri ou das forças militares sírias estacionadas no Líbano.

Congresso Extraordinário do PC Búlgaro

Terminou no passado sábado o Congresso Extraordinário do PC Partido Comunista Búlgaro, que decorreu em Sófia e elegeu por unanimidade Alexander Lilov para o cargo de presidente do Partido.

Após 19 horas de intensos debates, o Congresso elegeu um Conselho Supremo, que substitui o antigo Comité Central, no qual, pela primeira vez, os movimentos alternativos estão representados.

Para a composição deste conselho não foi eleito o primeiro-ministro, Georgi Atanassov, que, juntamente com 22 membros do seu governo, demitiu-se alegando pressões económicas e laborais.

No plano político e económico, o Congresso aprovou uma declaração abolindo os princípios do centralismo democrático e de economia planificada.

Atentado contra a paz

Um atentado perpetrado no domingo contra um autocarro de turismo israelita que circulava em território egípcio provocou 10 mortos e 16 feridos.

Esta acção terrorista, reivindicada já por duas organizações, a *Jihad* e a «Organização fundamentalista islâmica, surge num momento em que está em preparação uma reunião em Genebra entre os chefes das diplomacias do Egipto, de Israel e dos Estados Unidos para organizar a aplicação do chamado plano Baker que conduza a um diálogo israelo-palestiniano. Tanto círculos palestinos como israelitas qualificaram o atentado como um acto contra as possibilidades de paz e uma tentativa de perturbar as relações entre Israel e o Egipto.

A OLP denunciou entretanto este crime, afirmando através do seu embaixador no Cairo, que «está totalmente vinculada à declaração de hostilidade ao terrorismo feita em 1985, apesar dos mortos e feridos palestinos que tombam nos territórios árabes ocupados». Houve, porém, quem tentasse explorar situação como foi o caso de Ariel Saron, chefe de fila da extrema-direita israelita, que atacou o Egipto dizendo que «é preciso reconsiderar as vias escolhidas e encontrar um novo caminho para a paz. Para tal, acrescentou, ser «necessário quebrar o triângulo Israel-Egipto-OLP».

Novo presidente na Costa Rica

Rafael Angel Calderón, do Partido Social Cristão, venceu as eleições presidenciais do passado domingo na Costa Rica. O novo presidente, segundo o correspondente local do «Diário de Notícias», «não esconde a sua pouca simpatia pelos sandinistas» e «mantém estreitas relações com o novo Governo do Panamá, imposto pelos norte-americanos depois da invasão de Dezembro passado, com Vinício Cerezo, da Guatemala, também democrata-cristão, e com o novo presidente das Honduras, Rafael Callejas».

Plenário do CC do PT da Albânia

A agência albanesa ATA anunciou domingo uma série de medidas económicas e políticas que o Comité Central do Partido do Trabalho aprovou no seu plenário de 22 e 23 de Janeiro. A agência, citada anteontem pela imprensa portuguesa, informou que as decisões contemplam, nomeadamente, a possibilidade de mais que um candidato comunista concorrer às eleições parlamentares, a limitação da duração máxima dos mandatos em alguns cargos públicos, a concessão de *independência relativa* às empresas estatais, maior aproximação dos salários à produção.

Saudação do PCP

O CC do PCP enviou ao CC do MPLA-Partido do Trabalho a seguinte mensagem:

Em nome dos comunistas portugueses transmitimo-vos, e por vosso intermédio a todos os membros do MPLA-Partido do Trabalho e ao povo angolano, as mais calorosas e fraternais saudações por motivo das celebrações das históricas jornadas do 4 de Fevereiro.

No actual momento o MPLA-Partido do Trabalho e o governo angolano estão empenhados em complexas e difíceis batalhas no terreno político, diplomático e militar de decisiva importância para o futuro da República Popular de Angola. As forças do imperialismo e da reacção internacional, servindo-se da UNITA insistem na sua política de ingerência e agressão e, em violação flagrante dos acordos de Nova Iorque e de Gbadolite, procuram impor ao povo angolano soluções contrárias aos seus interesses, e à política de paz e harmonização nacional do governo da RPA. A recente operação de promoção política de Savimbi, que o nosso Partido denunciou, mostra que também por Portugal passam os fios da conspiração contra Angola.

Face a uma tal situação queremos confirmar-vos, queridos camaradas, a nossa solidariedade activa e de princípio para com a vossa luta, em defesa da soberania nacional, pela paz, pelo progresso social, pelo socialismo, e expressar a nossa vontade de prosseguir e reforçar as relações de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos, no interesse dos nossos dois povos e países.

Internacional

África do Sul

Alegria e prudência

Seguindo-se à natural alegria pela vitória que constituíram as anunciadas medidas do governo sul-africano, divulgadas por De Klerk na passada sexta-feira — legalização do ANC e do Partido Comunista da África do Sul, libertação de Mandela, levantamento de restrições a movimentos anti-*apartheid* — as reacções tornam-se agora mais reservadas. E é o próprio ANC quem estabelece as condições em que aceitará negociar com o poder, ao mesmo tempo que

Mandela mostra, através de declarações tornadas públicas por sua mulher, que persistem obstáculos à sua anunciada libertação.

O Congresso Nacional Africano, ANC, agora legalizado, foi proibido desde 1960, e o PC da África do Sul ilegalizado desde 1950. Hoje, o ANC considera que não foram cumpridas as condições que acha necessárias para a abertura de negociações com o governo — levantamento do estado de

emergência, retirada das tropas dos bairros negros, libertação de todos os presos políticos. Por seu lado, Mandela, na prisão há quase trinta anos, fez saber por Winnie que os obstáculos à sua imediata libertação ainda não foram levantados.

Entretanto, do outro lado da barreira, os opositores à política de «abertura» de De Klerk, ela própria consequência da longa e firme luta popular e das forças progressistas e anti-*apartheid* do país, mostraram imediata-

mente que não se dispõem a ceder facilmente. Os primeiros sinais das forças da extrema-direita não se fizeram esperar e, logo no domingo, brancos assassinaram um negro em Klerksdorp, ao mesmo tempo que, em Pretória, a embaixada britânica era alvo de um atentado.

Enquanto se aguarda o preenchimento das condições exigidas pelo ANC (a luta armada prosseguirá até que tais condições existam, segundo a de-

claração feita em Lusaka pelo porta-voz do Congresso), as primeiras declarações de alguns dirigentes progressistas, que revelaram algum optimismo, cederam o lugar à prudência.

As manifestações que festejaram nas ruas da África do Sul as anunciadas medidas de De Klerk, vitórias de uma luta persistente que tantas vidas tem deixado pelo caminho, mostram também a determinação popular em obter mais vitórias.

No próprio dia em que foram conhecidas as anunciadas medidas de legalização do ANC, o Secretariado do PCP enviou ao Congresso Nacional Africano o seguinte telegrama:

Comunistas portugueses saúdam calorosamente grande vitória ANC povo sul-africano votos grandes êxitos luta completo desmantelamento *apartheid*.

O Secretariado do PCP
2/2/90

Ao mesmo tempo, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgava a seguinte nota:

O anúncio pelo presidente da África do Sul da próxima legalização do Congresso Nacional Africano (ANC), do Partido Comunista Sul-Africano e de outros partidos e movimentos que lutam contra o regime do *apartheid*, do fim da censura e da libertação incondicional de Nelson Mandela, constitui motivo de grande alegria para os comunistas e todos os democratas que, ao longo dos anos, têm manifestado a sua solidariedade concreta com as forças anti-*apartheid* e é o corolário de uma tenaz, heróica e exemplar luta de um povo pela conquista da sua liberdade e dignidade humana.

No momento em que a luta pelo completo desmantelamento do criminoso regime do *apartheid* acaba de alcançar tão importante vitória, o PCP saúda e felicita o Congresso Nacional Africano, força dirigente da luta do povo sul-africano pela sua libertação. Saúda e felicita também o Partido Comunista Sul-Africano, assim como as diversas forças e movimentos democráticos que alargaram e diversificaram a frente de luta comum contra o regime sul-africano. Saúda e felicita ainda os povos da África Austral e os Estados da Linha da Frente, cuja resistência à política agressiva e expansionista dos racistas de Pretória constituiu um apoio significativo para a luta dos patriotas sul-africanos e que, legitimamente esperam que o fim do *apartheid* virá possibilitar finalmente a paz e a construção do progresso numa região que de há muito constitui, devido à interferência política e militar da África do Sul e do imperialismo norte-americano, um dos mais graves focos de tensão internacional.

A vitória agora alcançada pelo povo da África do Sul insere-se na luta geral dos povos da África Austral pela sua libertação, vem na sequência da vitória alcançada pela SWAPO nas eleições da Namíbia (cuja independência será finalmente proclamada no próximo mês de Março) e terá repercussões positivas na luta do povo angolano

contra a acção criminosa da UNITA e pela concretização da política de paz e harmonização nacional do governo da RPA.

Gerações sucessivas de sul-africanos, negros e brancos, de todas as idades e condições — mas com especial destaque para os jovens — têm travado uma luta desigual contra um Estado poderoso e apoiado pela mais impiedosa e sofisticada máquina de repressão política; viram assassinados, em protestos e manifestações, milhares dos seus companheiros; viram morrer nas prisões muitos patriotas combativos e respeitados, enquanto outros, como Nelson Mandela, se transformavam nos prisioneiros políticos há mais tempo encarcerados.

No momento em que o regime do *apartheid* sofre uma nova e grande derrota é oportuno sublinhar que a história recente do povo sul-africano é um testemunho vivo de que nunca são em vão os sacrifícios impostos pela luta e que, um processo complexo e acidentado, o mundo continua a avançar pelo caminho da liberdade, da democracia, do progresso social e do socialismo.

2/2/90

O Gabinete de imprensa
do Partido Comunista Português

Comité Central do PCUS
antecipa XXVIII Congresso

Rodeada de grande expectativa e objecto de um largo conjunto de operações de envolvimento, a reunião do Comité Central do PCUS inicialmente prevista para as passadas segunda e terça-feira decidiu prolongar os seus trabalhos por mais um dia.

Os pontos principais da determinante intervenção inicial de Mikhail Gorbachov são assim apresentados pela agência Novosti: *antecipação para Junho-Julho do XXVIII Congresso do Partido, abandono da posição dominante do PCUS por força da Constituição, possibilidade de criação de novos partidos, desenvolvimento do princípio contratual diferenciado na federação soviética e a criação do cargo de presidente plenipotenciário da URSS.*

Intensa especulação antecedeu a realização da reunião, tendo a imprensa ocidental repetidamente aventado a possibilidade do secretário-geral do PCUS apresentar a sua demissão. O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Guenadi Guerassimov, viria, na terça-feira, a desmentir categoricamente que tal questão tivesse sido sequer aflorada.

Os dois passos da intervenção de Gorbachov que entretanto chamaram mais a atenção foram os relativos à possibilidade da criação de novos partidos e ao abandono da consagração constitucional do papel dirigente do PCUS.

Em rigor, M. Gorbachov não se referiu ao artigo 6º da Constituição soviética que estabelece aquele princípio, mas os observadores apontam que a sua modificação decorre das palavras do secretário-geral: «O Partido - disse - tenciona

lutar pelo papel de partido dirigente, mas fá-lo-á estritamente no quadro do processo democrático, rejeitando todo o tipo de vantagem legal ou política». E acrescentou ainda:

«O Partido na sociedade renovada não pode exercer o seu papel de vanguarda se não for uma força reconhecida democraticamente, o que significa que a sua posição não deve ser imposta por intermédio de disposições constitucionais».

Prevenções

Gorbachov referiu igualmente, segundo a Novosti, que «a democratização da sociedade soviética é acompanhada pelo crescimento do pluralismo político» em que «surgem diversos organizadores e movimentos político-sociais» e que «este processo poderá levar a seu tempo à criação de outros partidos».

Segundo os jornais, Gorbachov,

durante uma reunião com mineiros dias antes da reunião do CC, ter-se-ia igualmente referido à perspectiva do pluripartidarismo, afirmando não constituir ela uma «panaceia universal» para os problemas da URSS.

Aliás, a intervenção do dirigente soviético incluiu, lado a lado com a condenação do «dogmatismo ideológico, dos estereótipos obsoletos na política interna e das atitudes antiquadas face ao processo revolucionário mundial e à evolução da humanidade em geral», sérias advertências quanto ao perigo do «aparecimento de elementos aventureiros que procurarão valer-se das dificuldades e especular com os problemas reais e o descontentamento dos trabalhadores». «São patentes - disse - sinais deste perigo, mesmo nos últimos dias», numa referência que os observadores consideraram dirigida à manifestação de domingo.

Gorbachov falaria também dos problemas étnicos, condenando, por um lado, o surgimento de sentimentos chauvinistas, e, por outro, referindo a necessidade de rever as bases das relações federais da federação soviética: «Trata-se - afirmou - da criação de condições jurídicas que possibilitem a existência de diferentes formas de relações federais. Somos a favor da diversidade e originalidade dos nossos as-

pectos nacionais na observância da integridade e unidade do Estado soviético».

Antecipação do Congresso

O secretário-geral do PCUS, em nome do Bureau Político, propôs ainda a antecipação para Junho-Julho próximos do XXVIII Congresso do Partido, cuja realização estava projectada para Outubro. As agências noticiosas não divulgaram as razões em concreto apresentadas para a proposta, limitando-se a Novosti a informar que, da decorrência da proposta, Gorbachov afirmou estar o PCUS em condições de «cumprir a missão de vanguarda política se tiver capacidade para uma renovação radical, para o funcionamento político sob as condições actuais e para cooperar com todas as forças pela *perestroika*».

A maioria dos observadores interpreta a proposta de antecipação como uma necessidade política de o PCUS dar resposta aos problemas que entretanto se têm vindo a avolumar e evitar um estado de incerteza que as forças que se lhe opõem têm vindo a aproveitar para conquistar posições. As incertezas quanto a questões como as do artigo 6º da Constituição, a resposta a dar aos problemas crescentes da nacionalidades, as modificações no quadro legal e económico ultrapassaram já o quadro das decisões

do anterior Congresso e há um evidente esforço de criar situações consumadas antes de um reajuste de orientação do Partido.

Neste quadro integra-se evidentemente a «jornada de luta» convocada por Boris Eltsine, Yuri Afanassiev e outros dirigentes para o dia 25 de Fevereiro, com o declarado objectivo de impor o aparecimento de uma estrutura tipo «mesa-redonda» (semelhante ao que ocorre na RDA) que formalize um «estatuto de oposição» de organizações até agora sem existência legal.

Visita de James Baker

Chegou entretanto ontem a Moscovo o secretário de Estado dos EUA, James Baker, que manterá conversações com Gorbachov e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Edouard Chevardnadze.

James Baker esteve em Praga onde se avistou com o presidente checoslovaco Vaclav Havel, e outros representantes da nova direcção do País.

Depois dos encontros em Moscovo, Baker deslocar-se-á a Otava, no Canadá, onde se realiza uma conferência entre representantes da NATO e do Pacto de Varsóvia com vista à análise da situação mundial e das várias propostas de desarmamento ultimamente formuladas pelo governo soviético e também, em resposta, pelo presidente Bush.

«Na madrugada de 4 de Fevereiro, grupos de patriotas angolanos armados lançaram um ataque conjunto às prisões de Luanda onde estão encerrados inúmeros lutadores pela independência do seu país. Apesar de repelidos pela polícia fascista portuguesa, os patriotas angolanos não retiraram sem combate.

Desde então não pararam as manifestações populares e choques nas ruas de Luanda e noutros pontos da colónia. A repressão das autoridades salazaristas é feroz: sucedem-se as prisões e assassinatos de patriotas que defendem heroicamente a causa da independência. Muitas dezenas de angolanos perderam já a vida no meio das maiores torturas. No campo de concentração de Dalatando amontoam-se centenas de africanos que os fascistas se preparam para assassinar friamente. O terror domina Angola.

Os combates de 4 de Fevereiro não são um acontecimento ocasional. Eles revelam o grau elevado que atingiu o povo de Angola pela sua independência. (...) Se os massacres de Scolo Bengo, de Cabinda e outros puderam ser ocultados à maioria da opinião pública nacional e internacional, o mesmo não acontece com a acção de 4 de Fevereiro: ela assinala o começo de uma fase decisiva na luta do povo de Angola pela sua independência.»

«O povo de Angola inicia a luta armada» - **Avante!**, VI série, nº 297, 1º quinzena de Fevereiro de 1961)

AVANTE! INDEPENDÊNCIA DE TODOS OS INTER-CONTINENTES

«Todos os anos centenas de angolanos, condenados por delitos comuns e até políticos, são desterrados para as colónias penais da Baía dos Tigres, de Cabinda e de S. Tomé. O objectivo deste sistema é fornecer mão-de-obra gratuita aos colonos: em Cabinda vão trabalhar no corte de madeiras da Companhia de Cabinda, em S. Tomé vão para as fazendas do cacau e na Baía dos Tigres vão trabalhar na pesca.

Vejamos o caso da colónia penal da Baía dos Tigres.

Cada vez que um dos grandes industriais da pesca na Baía dos Tigres necessita de pessoal, manda pedi-lo ao administrador de Moçamedes que interroga e julga sumariamente os angolanos que nessa altura se encontram na prisão, condenando-os desde logo a 4 anos de trabalhos forçados e enviando-os para a Baía dos Tigres. Deste modo, se o industrial requisita 20 trabalhadores e se em Moçamedes só há 20 homens na prisão, esses 20 homens são irremissivelmente condenados a 4 anos de trabalhos forçados, mesmo que o seu delito tenha sido só roubar um cigarro!

A Baía dos Tigres é um lugar terrível, - desértico, assolado pelo vento; a água é racionada e cada condenado não tem direito a mais de uma caneca de água por dia.

O regime de trabalho na pesca é de uma violência indescrevível; os homens praticamente vivem a bordo dos barcos, algumas vezes dormem neles embrulhados em mantas suportando o frio e o vento ciclónico. Quando o barco regressa à praia, os condenados ficam ainda até de madrugada a escalar o peixe.

Não há assistência sanitária. Para mil homens que ali se encontram há apenas um enfermeiro.

Os condenados são espancados e torturados com qualquer pretexto. É frequente ver-se no posto, em torno dum degredado, três cipaios a espancá-lo - de palmatória, chicote, moca. Alguns angolanos têm sido assassinados; o industrial Joaquim Grade, o maior da Baía dos Tigres, é acusado pelos negros de ter já matado quatro homens batendo-lhes com uma corrente.

Esta é a realidade da «integração racial». Em Angola como noutras colónias.»

«No inferno de Angola - A colónia penal da Baía dos Tigres» - **Avante!**, VI série, nº 324, Dezembro de 1962)

A POLÓNIA NA HORA DA MUDANÇA

Reportagem de Anabela Fino

A realização do XI Congresso do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), de 27 a 31 de Janeiro, em Varsóvia, constituiu naturalmente um motivo de interesse para os comunistas e para a opinião pública em geral. Tida desde há muito como um balão de ensaio no laboratório da cena política internacional, pela sua localização geográfica e conturbada história, a Polónia volta a ser o centro das atenções no momento histórico em que vivemos de profundas mudanças do equilíbrio de forças resultante da II Guerra Mundial. Uma oportunidade de visitar a Polónia, quando o POUP se tornou partido de oposição após 45 anos de Poder e quando se preparava para introduzir profundas alterações na sua própria existência como partido, representou naturalmente para o «Avante!», como jornal comunista que é, um momento privilegiado para colher

informações que melhor o habilitem a informar sobre a realidade da Polónia dos dias de hoje. É por demais evidente que uma curta visita, por maior esforço que se faça, é sempre insuficiente para a plena compreensão de fenómenos tão complexos como a situação social, económica e política de um país, tal como para o entendimento dos rumos que um partido decidiu tomar.

O que se colhe são sempre partes de um todo, experiências pessoais, opiniões parcelares. E não há objectividade que não se ressinta da influência do que mais impressionou o visitante, da sobrevalorização ou subvalorização de uns aspectos em detrimento de outros.

Vale bem a pena deixar tudo isto bem claro, para que os relatos que se seguem não sejam origem de mal-entendidos, quando o objectivo é contribuir para o esclarecimento. Parece

evidente, mas nunca é de mais sublinhar, que o apontar de problemas crescentes a nível social, as críticas às opções que se consideram inadequadas, não representam de modo algum uma condenação ou responsabilização dos valores democráticos, da liberdade, das liberdades. Por elas se bateram sempre os comunistas portugueses e continuarão a fazê-lo, com a coerência de que se prezam.

Tome-se por isso o trabalho que a seguir se apresenta sobre a Polónia - tal como o que na próxima semana se publicará sobre a República Democrática Alemã, ponto de passagem quase obrigatório para quem está ali tão perto, como um contributo - a que muitos outros terão necessariamente que se seguir - para uma melhor compreensão dos novos ventos que sopram a Leste e tantas esperanças, inquietações e perplexidades fazem nascer no ocidente.

O POUP cede lugar ao SdRP e a social-democracia ganha terreno

Nos Congressos nascem e morrem partidos

A Polónia conta, desde o passado dia 28 de Janeiro, com um novo partido - o Partido Social-Democrata da República da Polónia (SdRP).

Fruto de um parto difícil, o SdRP inicia a sua entrada na cena política com a sentença de morte do Partido Operário Unificado Polaco (POUP) responsável nas últimas décadas e até há bem pouco tempo pelos destinos da Polónia.

Estes os dois factos de maior relevo resultantes do que começou por ser o XI Congresso do POUP e acabou por se transformar no Congresso Constituinte do SdRP.

Um Congresso peculiar para cuja compreensão importa ter em conta tanto o passado do POUP enquanto partido de Estado, como os novos ventos que hoje sopram a leste reconhecidos que foram os erros cometidos, os desvios ideológicos, as profundas contradições entre a teoria e a prática, a exigir uma séria reflexão sobre as perspectivas que se colocam aos comunistas naquele país.

Afastado do poder, o POUP iniciou o que se poderia chamar a sua «travessia no deserto». No balanço de perdas e danos, sucessos e insucessos, ao partido colocava-se a tarefa de reflectir sobre as razões da incapacidade em dar respostas aos problemas políticos, económicos e sociais acumulados e encobertos ao longo dos anos, sobre a perda de credibilidade popular e encontrar no seu seio as forças necessárias para «fazer a agulha» e mudar de rumo.

E se não há dúvidas de que se assistiu na Polónia, nos últimos dias de Janeiro, a uma mudança radical de rumo do que foi o POUP, sobejam as dúvidas quanto ao caminho escolhido bem como sobre a sua aceitação ao nível das bases.

Logo no primeiro dia dos trabalhos do Congresso ficou patente a existência de profundas divergências entre os delegados:

- um grupo, liderado por Tadeusz Fiszbach, defendia abertamente a cisão do POUP, em favor da criação de um verdadeiro partido social-democrata em que não teriam lugar os ex-dirigentes e funcionários do POUP comprometidos com a sua política;

- um outro grupo, liderado por Aleksander Kwásniewski, defendia a formação de um novo partido, também de tendência social-democrata, mas em que teriam lugar todos os militantes do POUP que a ele quisessem aderir e cuja preocupação fundamental era a de evitar cisões e preservar a unidade do partido a todo o custo;

- finalmente, uma terceira facção, ligada ao movimento sindical, pronunciava-se a favor da transformação do POUP num partido trabalhista, ou dos trabalhadores, de tendência socialista.

Os cerca de 90 delegados apoiantes de Fiszbach abandonaram o Con-

gresso na noite de 27 de Janeiro, em protesto contra a tendência maioritária de Kwásniewski, que acusam de pretender «disfarçar» o POUP de social-democrata mas sem nada alterar de relevante na essência do partido.

Foi nesta fase dos debates que se registou a mudança de cenário na sala de congressos do Palácio da Cultura de Varsóvia. Os delegados ao XI Congresso do POUP pronunciaram-se a favor da suspensão dos trabalhos para dar início ao Congresso Constituinte do novo partido.

O POUP morreu. Viva a social-democracia?

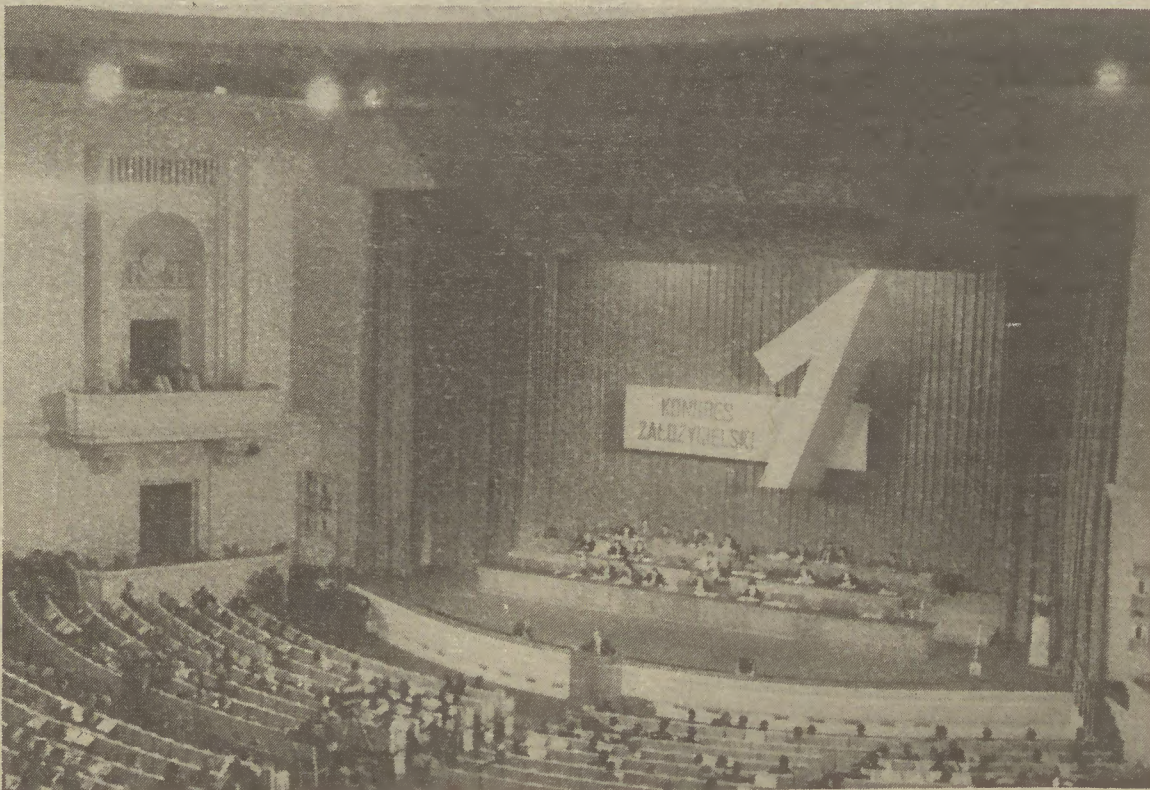
A maioria dos 1639 delegados ao XI Congresso do POUP (dos quais apenas, e surpreendentemente, por razões que não foi possível apurar, 118 operários) debateu durante todo o dia de 28 e parte da madrugada de 29 a formação do novo partido.

Os projectos de programa, declaração política, estatutos e outros documentos haviam estado já em discussão, segundo foi dito, ainda que não tenham sido divulgados dados sobre o número e participação em tais debates.

Trata-se, no Congresso, de decidir sobre as propostas de alteração entretanto apresentadas. O que esteve longe de ser pacífico.

Em primeiro lugar foram discutidos os estatutos, em seguida o programa e depois o nome do novo partido, bem como algumas resoluções sobre as questões económicas e sociais, a agricultura, política internacional, a ciência e a cultura.

mas é no apoio popular que a sua existência se justifica



POLÓNIA

Mudar de rumo, mas em que sentido?

A inexistência de traduções integrais destes documentos - por razões de ordem económica relacionadas com a questão do património do POUP que referimos em separado - impede de momento uma análise mais aprofundada dos mesmos. Mas os dados disponíveis, reforçados pelas posteriores declarações à imprensa dos novos dirigentes do novo partido, permitem desde já concluir que não têm grandes motivos para preocupações os que acusavam a tendência maioritária de Kwásniewski de apenas pretender *maskarar* o POUP de social-democrata.

Um exemplo esclarecedor

Um dos documentos mais controversos foi o programa do novo partido. E em particular o ponto que define o seu carácter político. A confusão na sala de congressos não podia ser maior. Votado o documento, delegados protestavam contra a omissão no texto definitivo de uma proposta que teria sido aceite enquanto outros clamavam que o texto tinha sido votado sem emendas. Houve acusações à mesa que presidia os debates de estar a manipular as decisões tomadas, acusações de provocação, palmas e apupos.

Em causa estava uma questão fundamental: a inclusão ou não no programa da garantia de que **o futuro da Polónia não será o capitalismo mas o socialismo democrático**.

Após acesa discussão, onde não faltaram intervenções defendendo que o programa deveria ser de facto social-democrata; que não fazia sentido referências ao capitalismo uma vez que o capitalismo não existe na Polónia; que o importante era encontrar uma formulação que salvaguardasse a unidade do partido; que sem referência explícita ao capitalismo não ficava definido o carácter do partido; etc., etc., etc., uma solução de compromisso foi encontrada - o programa não faz referências ao capitalismo e pronuncia-se pelo socialismo democrático.

Uma solução que no entanto não satisfaz todos os delegados. Um grupo de representantes dos trabalhadores tornou pública a sua decisão de não aderir ao novo partido por considerar que a formulação encontrada para definir o carácter do partido, pela sua falta de precisão, **torna difícil a muitos delegados encontrar o seu lugar no selo do novo partido**.

O programa do partido viria a ser aprovado por 1106 votos a favor, 60 votos contra e 82 abstenções.

Menos agitado foi o debate sobre o nome do partido. Três propostas estiveram em consideração: Partido Socialista, Partido Social-democrata, Partido dos Trabalhadores.

Nas poucas intervenções sobre o assunto ficou claro o peso das conotações negativas de socialismo com o estalinismo, a necessidade de uma distanciação em relação a todo o passado recente, não só ao nível da prática - o que é necessário e desejável - mas inclusivé dos nomes e, o que é mais preocupante, dos princípios.

A favor do nome Partido Socialista votaram 87 delegados; de Partido Social-democrata, 1090 e de Partido dos Trabalhadores, 113 delegados.

Os trabalhos do Congresso Constituinte foram interrompidos neste ponto e retomados os trabalhos do XI Congresso do POUP, para decidir o fim da sua actividade.

O POUP morreu. Nasceu o Partido Social-democrata da República da Polónia. ■

O Congresso constituinte do Partido Social-democrata da República da Polónia (SdRP) aprovou uma série de documentos que definem, em linhas gerais, as orientações que devem presidir, aos vários níveis, à sua actividade.

Assumindo-se como um partido social-democrata, rejeitando o centralismo democrático, afirmando reconhecer que o socialismo democrático inclui diversas doutrinas e motivações ideológicas, reservando ao marxismo o papel de um instrumento importante para a compreensão da realidade social, o SdRP apresenta-se como um partido reformador que, rompendo com os erros do passado do POUP, se propõe, num sistema pluralista, parlamentar, democrático, prosseguir a defesa dos ideais de justiça, liberdade, igualdade de direitos e oportunidades, solidariedade internacional.

A questão que se coloca, naturalmente, é a de saber como tais objectivos serão defendidos na prática, como se propõe o novo partido desenvolver a sua actividade, a que forças se pretende aliar tanto a nível interno como internacional. E também quais as soluções políticas, económicas e sociais que vai defender para a Polónia, à luz dos seus princípios programáticos.

As respostas não são fáceis, nem

sequer evidentes. Por um lado, as resoluções aprovadas, como é o caso da respeitante à política sócio-económica, vão bastante mais longe do que seria de esperar de um partido social-democrata como é entendido nas economias capitalistas ocidentais; por outro lado, as declarações dos principais dirigentes do SdRP, como o respectivo presidente Aleksander Kwasniewski e o secretário-geral,

Leszek Miller, retiram-lhes qualquer significado mais progressista.

Se a resolução sobre política sócio-económica rejeita as mudanças do sistema capazes de restaurar o capitalismo, o presidente do SdRP afirmou taxativamente que «capitalismo e socialismo são termos de museu» e que ambos os sistemas tendem a convergir cada vez mais.

Se a mesma resolução defende a possibilidade do «pleno emprego», a «abertura da economia ao capital estrangeiro mas sem pôr em causa a independência política e económica da Polónia», e rejeita «a venda da terra polaca ao estrangeiro» e a «política de crédito e de juros que arruína a produção agrícola e a indústria alimentar», os novos dirigentes pronunciam-se pelo «apoio crítico» ao actual governo, cuja política de submissão ao Fundo Monetário Internacional está a entregar a Polónia ao capital estrangeiro e a liquidar as principais conquistas sociais.

-Se a resolução sobre política inter-

nacional defende «a cooperação com as forças de esquerda no mundo», apoia a criação da «Casa Comum Europeia» e a «cooperação e integração na Internacional Socialista», é a adesão a esta última que a direcção do SdRP coloca como questão prioritária.

Contradições

O problema da confiança e da credibilidade no novo partido esteve na ordem do dia, como seria de esperar, já que de perda de credibilidade e de confiança do POUP se falou, e muito, embora apenas como uma constatação de facto e não como resultado de uma análise fundamentada.

O que significa, muito naturalmente, que ao novo partido se coloca a questão de se tornar merecedor do apoio das massas, a começar pelos militantes do POUP, que chegaram a ser contabilizados em dois milhões. Paralelamente, ao SdRP cabe a tarefa de reestruturar a organização deixada pelo POUP nas novas condições de partido de oposição, resolvendo problemas como o emprego de funcionários, funcionamento de empresas, organização da informação. A mudança de nome do Tribuna Ludu (órgão do Comité Central do POUP) em Tribuna do Congresso foi apenas um sinal da mudança que se avizinha mas que naturalmente não se ficará por aí.

No entanto, os dirigentes do SdRP anunciaram em conferência de imprensa que a tarefa prioritária do partido era a preparação para as eleições, valorizando o facto de ser um partido de oposição ao invés do POUP que tinha sido um partido do Poder, como se a oposição não fosse em grande medida ao poder do POUP, enquanto o porta-voz do Congresso subvalorizava a escassez de delegados operários e do poderoso movimento sindical afecto ao extinto partido, tratando como questão de somenos a base social de apoio do partido.

Contradições desta importância - a que importa acrescentar o facto de as críticas ao passado do POUP não terem sido acompanhadas de um debate e análise rigorosos da sua actividade em todas as suas vertentes - deixaram em aberto neste congresso uma importante questão: que partido é este que sucedeu ao POUP?

Uma resposta imediata arrisca, seja qual for, ser demasiado simplista.

Como afirmava um jornalista do Tribuna Ludu, será interessante esperar para ver como os militantes vão reagir ao SdRP e quantos, como ele próprio, pensarão que não é de um partido social-democrata que a Polónia precisa, mas de um verdadeiro partido comunista. ■



POLÓNIA

A questão dos bens do POUP

Extinguir o POUP ou pôr termo à sua actividade parece, à primeira vista, a mesma coisa. De facto não é. Em termos legais, a diferença entre as duas opções tem implicações de fundo sobre a questão da propriedade dos bens do partido. Um problema que ninguém, à data do Congresso, parecia ser capaz de resolver.

Se os delegados ao XI Congresso do POUP dissolvessem o partido sem ter sido tomada nenhuma decisão quanto à propriedade dos seus bens, de acordo com a legislação polaca estes reverteriam a favor do Estado. Mesmo sem uma tal decisão, esta questão está em aberto, discutindo-se actualmente no parlamento polaco a criação de uma lei que venha a reger, no futuro, o que respeita aos bens dos diferentes partidos.

O problema resulta da situação criada pelo POUP, que enquanto partido do Poder não teve em consideração a necessidade de definir os parâmetros do que eram os bens do partido e os bens do Estado. Em muitos casos, não existem registos de propriedade e não é hoje fácil de distinguir o que deve ser considerado como propriedade de um

e o que legitimamente pertence ao outro. E se é um facto que alguns bens foram criados à custa de dinheiros do Estado, não é menos verdade que outros resultam da própria actividade desenvolvida pelas estruturas partidárias do POUP, das cotizações dos seus militantes, da sua iniciativa.

Do ponto de vista legal o problema não é de fácil resolução. E se há quem, numa atitude de retaliação política, defenda a apropriação pura e simples dos bens do POUP pelo Estado, não falta quem defenda a necessidade de encontrar o justo equilíbrio numa matéria tão delicada que envolve o POUP mas também outras forças, movimentos e organizações políticas, económicas e sociais da Polónia.

Daqui resulta a necessidade de acautelar a questão da definição da

propriedade e da transmissão dos bens do POUP para o novo partido, para o que foi formada uma comissão de juristas encarregada de estudar o assunto.

De referir, a propósito, a posição prontamente tomada sobre esta matéria pelo líder do Solidariedade Lech Walesa, assim que foi conhecida a vitória da tendência de Aleksander Kwásniewski no Congresso Constituinte: os bens do POUP devem reverter todos para o Estado e ser postos ao serviço do povo polaco.

Uma atitude patriótica, dirão os menos atentos.

Uma atitude demagógica, dirão os mais avisados.

E isto porque o dirigente do Solidariedade, bem como os seus mais próximos colaboradores, não se coibiram de, antes do Congresso, expressar abertamente o seu apoio à tendência de Tadeus Fiszbach, sem dedicar particular atenção à questão dos bens do POUP. Afastada a possibilidade de Fiszbach conseguir uma maioria no Congresso, consumada a cisão do

POUP com o seu abandono dos trabalhos e a criação da União Social Democrata, logo a questão da propriedade voltou a preocupar Walesa que não se deteve sequer com o facto de o parlamento ter já uma comissão específica a estudar o assunto.

As consequências

Como é natural, esta questão da propriedade dos bens do POUP pesou na organização do Congresso, sendo mesmo apresentada como justifica-

ção para o facto de não terem sido feitos convites a nenhum partido estrangeiro, não haver tradução simultânea em nenhuma língua e a divulgação dos documentos se limitar (para além da versão polaca) a resumos de imprensa em inglês. Os organizadores do(s) Congresso(s) procuraram obviar as dificuldades resultantes da situação com encontros regulares com a imprensa estrangeira, onde se dispunha de tradução para inglês.

A questão dos fundos do novo partido, enquanto não for tomada uma decisão sobre os bens do POUP - e mesmo depois dela, uma vez que parece inevitável que grande parte desses bens reverta para o Estado - tem igualmente profundas repercussões na estrutura partidária, que assentando no essencial na estrutura do POUP deverá ser drasticamente reduzida. A identificação do POUP com o Estado, a nível estrutural, assumiu tais proporções que no momento do separar das águas se colocam sérias preocupações quanto ao futuro à grande maioria dos funcionários do partido, para quem a perspectiva imediata é o desemprego.

Vale ainda a pena referir que o novo partido SdRP, reivindicando-se embora como legítimo herdeiro do POUP, afirmou a sua disposição de debater com as tendências saídas do XI Congresso do POUP e que não aderiram ao SdRP - como é o caso da União Social Democrata de Fiszbach e do Movimento dos Trabalhadores - a definição e partilha dos bens do POUP. ■



Conte o que se passa no meu país

O aeroporto de Varsóvia chegou a um ponto de rutura. Não sei há quanto tempo dura esta situação, mas é por demais evidente que se impõem medidas urgentes nesta «porta de entrada e saída» no país. No final de Janeiro, o pandemónio era completo. E não fora a simpatia extraordinária de uma funcionária do mesmo, a lembrança da passagem por ali seria para guardar num canto escuro da memória para melhor passar ao esquecimento. Só que aquela mulher com quem falei um pouco quando chegou ao fim o seu cansativo dia de trabalho despediu-se de mim com um pedido: conte o que se passa no meu país.

Cheguei ao aeroporto às duas da tarde para uma última e infrutífera busca da bagagem que nunca chegou. Entrei nos armazéns dos perdidos e achados e de imediato cresceu em mim o desejo forte de que a *minha* bagagem nunca conhecesse tal destino. Amontoados numa espécie de gaiolas atravancadas com restos de caixas e caixotes de duvidosa utilidade, presente, passada e futura,

sacos e malas de toda a espécie e feito esperavam pelos legítimos proprietários.

Em grandes sacos de lona verde, despojos de bagagens presumivelmente rebentadas acumulavam-se num ar de abandono.

Na escassa iluminação, constatei, melhor seria dizer desejei, que a *minha* bagagem não estava ali.

Foi com alívio que voltei às partidas

internacionais. Entre burocracias de entradas e saída tinham-se feitos horas de tratar dos trâmites legais para a partida. Ou assim o julgava.

O quadro electrónico das informações estava mudo e quedo. Que é como quem diz apagado, desligado, fora de circulação, avariado.

Em sua substituição, descobri de seguida, havia um guiché de informações, minúsculo, onde uma simpática e sorridente funcionária repetia de minuto a minuto as informações disponíveis às largas dezenas de potenciais viajantes, escrevendo nos intervalos essas mesmas informações num papel que pacientemente afixava no vidro do seu guiché e onde conscienciosamente anotava as alterações de chegadas e partidas de que ia tendo conhecimento nas escapadelas que dava de tempos a tempos às tranças do improvisado gabinete.

Fez isso durante cinco horas seguidas, o tempo que passei no aeroporto à espera da voo para Berlim.

É evidente que ninguém pode ser acusado do mau tempo, do nevoeiro e das suas consequências. Mas é também evidente que não é isso que está em causa.

O que está em causa é que um aeroporto internacional não tenha uma sala de espera decente; o que está em causa é que a delegação do banco existente feche as suas portas - melhor será dizer janelas - a meio da tarde, deixando estrangeiros que obviamente já se libertaram dos zlotys inúteis em qualquer outra parte do mundo à mercê da voragem dos funcionários do bar, do restaurante, das bagagens, e que em caso algum têm troco para qualquer divisa.

O que está em causa é que voos sejam cancelados e os passageiros

sejam deixados à sua sorte, que o mesmo é dizer à mercê da voragem do hotel mais próximo, onde segundo aquela simpática funcionária do aeroporto *nunca* há quartos vagos e *sempre* se consegue arranjar um disponível a troco de uma conveniente oferta.

Dir-se-á, com razão, que se trata apenas de uma imagem parcelar, fragmentada, minúscula da Polónia. Que estes problemas não são novos. É possível. Mas, segundo aquela simpática funcionária de que não sei sequer o nome, este é também um pouco o retrato da Polónia, o espelho do que a grande escala se passa no país.

O relato vale por si. E na hora da partida fica a certeza de que este não é o caminho certo, sejam quais forem as causas próximas e passadas dos problemas, para o desenvolvimento. ■

POLÓNIA

Um país em transformação e a mão do FMI a fazer-se sentir

Chegar a Varsóvia não foi fácil, nem agradável. Um avião cancelado em Frankfurt; a bagagem que não chegou; um aeroporto mais ou menos caótico onde a esperança é a primeira coisa a morrer; um motorista de táxi sabido à espera do cliente estrangeiro cheio de pressa; tempo precioso a perder-se em formalidades ...

Foi a chegada a Varsóvia no último fim-de-semana de Janeiro, quando os dias são ainda por lá demasiado curtos e a noite se instala logo ao princípio da tarde. Da primeira viagem anterior guardava a memória dos lugares muitas vezes atravessados, de obras que pareciam estar ali há uma eternidade, um vazio incómodo em algumas lojas, o preço acessível de muitos produtos, vendedores ambulantes de onde em onde, a degradação eminente de velhos armazéns, a beleza da zona histórica, o prazer de um passeio sossegado ao fim do dia.

Não sei o que esperava deste regresso, a uma realidade que sabia diferente. Mas não tenho dúvidas em afirmar que muita coisa mudou e não para melhor.

A porta do hotel o enxame dos traficantes de divisas aumentou de forma notória, a mostrar que o mercado negro, antes também existente, está agora em franca expansão. Com a diferença de que se faz abertamente, sem o olhar cauteloso por cima do ombro. O mesmo se passa com a prostituição mais ou menos de luxo dentro e fora do hotel, onde nenhum porteiro zeloso (da moral ou da sua percentagem) impede agora a entrada.

O abastecimento de lojas e mercados aumentou de forma notória, os estabelecimentos com produtos importados florescem, as mercadorias de luxo acenam das montras tentações fortes.

Aumentaram também os vendedores ambulantes: passagens subterrâneas e passeios públicos enchem-se de manhã com todo o tipo de comércio, das cassetes piratas aos lenços de seda, das estatuetas de madeira aos alhos, dos rádio-gravadores aos ramos de flores, de tudo um pouco se

vende nas ruas de Varsóvia, a lembrar Praças de Espanha lisboetas imberbes mas promissoras.

Falar de aumentos traz sempre riscos de lembrar coisas tristes. E o preços nas montras têm agora tantos zeros que o estrangeiro não pode deixar de sentir arrepios na espinha se na cabeça tem um calculador e a consciência de que só com muitos milhares de zlotys será possível uma sobrevivência condigna.

Se já se desconfiava, fica-se então com a certeza de que o FMI já por ali anda a ditar as suas leis, de que não é possível mais do que sobreviver com o salário mínimo que ronda os 400.000 zlotys, que não é por amor à arte que os vendedores ambulantes povoam as ruas da cidade.

O preço das ajudas

Ouve-se falar a miúdo nas ajudas à Polónia. Que ajudas são essas e como são aplicadas é algo que permanece no domínio do desconhecido. E não é difícil encontrar em Varsóvia quem afirme abertamente que se estão a fazer fortunas à custa das ajudas ocidentais, enquanto a população empobrece a passos largos.

Uma certa camada da população, ainda com considerável poder de compra, manifesta a sua desconfiança no futuro investindo em bens valorizáveis. Uma bicha à porta de uma ourivesaria é um exemplo inequívoco disso; só mesmo um estrangeiro desprevenido poderá ficar perplexo ao deparar com tal situação.

Um jornalista conhecido, espécie de guia às novas realidades polacas, assegura que as assinaturas dos jornais têm estado a ser feitas por períodos de apenas três meses, devido à rápida desvalorização da moeda.



Pensa-se imediatamente em exa-gero. Mas um comunicado do departamento oficial de estatística, divulgado a 29 de Janeiro, vem mostrar como a situação económica continua a degradar-se a olhos vistos. Em 1989, diz o comunicado, a situação económica foi marcada por um «profundo desequilíbrio, elevada inflação e recessão económica». Em Dezembro, os preços dos bens de consumo e serviços aumentaram 640 por cento em comparação com Dezembro de 1988 e, no ano findo, «o custo de vida sofreu um aumento global de cerca de 254 por cento em relação a 1988».

Estes números ajudam a compreender melhor a caça ao estrangeiro, os negócios escuros, a economia paralela, o desinteresse de quem do trabalho mal retira o necessário à sobrevivência e traduz na desatenção aos clientes as frustrações do seu dia-dia.

As razões desta situação têm uma explicação demasiado fácil - os erros cometidos anteriormente pelo POUN. Por qualquer motivo, destas partidas de associações de ideias que a memória nos prega, lembrei-me do famigerado «gonçalvismo» de costas largas.

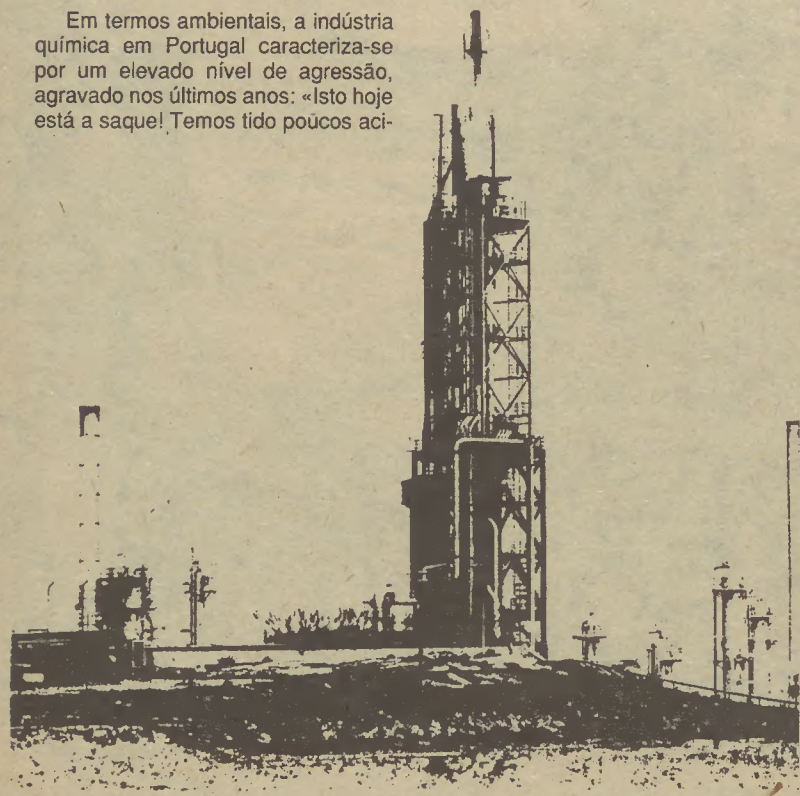
Como se as medidas do FMI, da política de mercado, da concorrência a abrir caminho no salve-se quem puder, precisasse de facto de bodes expiatórios para as medidas antipopulares em que os grandes campeões da liberdade e da democracia radicam os seus chorudos e privadíssimos lucros.

Numa esquina de Varsóvia, piscando os luminosos olhos aos transeuntes, um anúncio da MacDonalds louva as inenarráveis maravilhas dos hamburgers ... que chegam à Polónia em camiões frigoríficos prontos a saltar para a frigideira sem ter criado no caminho uma única indústria ou posto de trabalho para os polacos. ■

«A QUÍMICA PARA A SAÚDE E A VIDA»

A química para a saúde e a vida, progresso e emprego melhor é o lema do quinto Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal (FSTIQFP). João Tunes, dirigente sindical do sector, explica ao «Avante!» a razão de ser deste lema, para um Congresso que começa já amanhã, terminando em Santa Maria da Feira no próximo sábado: «a primeira parte do lema do nosso Congresso resulta da preocupação que manifestamos em relação à divisão internacional do sector, a revelar uma tendência, a nível da CEE, para que se instalem em Portugal as fábricas mais poluentes e perigosas.» Evitar que Portugal seja «o caixote do lixo químico da Europa» é um dos objectivos desta Federação, que defende uma aproximação real de Portugal à CEE, quer dos padrões laborais quer da qualidade de produção. Reestruturar com base num verdadeiro plano de desenvolvimento é o grande objectivo defendido pelos sindicatos para a química portuguesa.

Em termos ambientais, a indústria química em Portugal caracteriza-se por um elevado nível de agressão, agravado nos últimos anos: «isto hoje está a saque! Temos tido poucos aci-



dentes, felizmente. Mas os acidentes já ocorridos revelam o alto nível de perigosidade existente em muitas fábricas, como ilustram os casos ocorridos no Caima, em Constância, Estarreja, na Quimigal do Lavradio, na fábrica de explosivos SPEL».

A sorte impediu que qualquer desses acidentes tivesse consequências ainda mais graves, mas é o próprio João Tunes que nos diz não desejar a Federação «que o destino da população e dos próprios trabalhadores seja assegurado por mais ou menos sorte.»

O último Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas foi há três anos. Daí para cá muita coisa se modificou no sector, a começar no próprio número de postos de trabalho que foi reduzido em doze por cento.

Por outro lado o número de trabalhadores em situação de trabalho precário aumentou 50 por cento, sendo agora de quinze por cento do número total de pessoas a trabalhar no sector.

No entanto a realidade não é a mesma de subsector para subsector: o aumento na redução do número de postos de trabalho pesou mais no sector empresarial do estado (só na Quimigal, por exemplo, foram suprimidos cinco mil postos de trabalho). Em contrapartida, no subsector dos plásticos e farmacêuticos o número de empresas e de postos de trabalho aumentou.

No sector farmacêutico registou-se o facto de, no entanto, o número de trabalhadores ligados directamente à produção ter descido em mil e quinhentos postos de trabalho, enquanto, em contrapartida, o número de delegados de propaganda médica subiu precisamente em mil e quinhentos postos de trabalho.

As multinacionais

Diz-nos João Tunes que este fenómeno, como outros, «resulta da chegada ao nosso país, em grande número, das multinacionais do sector, que produzem no estrangeiro a maior parte dos seus produtos, trabalhando em Portugal apenas na comercialização».

Outro fenómeno a merecer preocupação dos congressistas do próximo fim-de-semana é a baixa taxa de sindicalização em todo o sector químico e farmacêutico, dos mais baixos a nível nacional: «o aumento do trabalho precário e a política desenvolvida pelas Sociedades Transnacionais (STN's) resultam numa taxa de sindicalização de sessenta e cinco por cento», enquanto a média nacional anda pelos 76, 77 por cento.

Várias causas estarão na origem deste efeito, uma delas é referida pelo nosso interlocutor, o aumento do número de trabalhadores com vínculo precário que «acabam por não ter meios para assumir uma opção sindical. Nas STN's a repressão e criação de obstáculos à realização de plenários, eleição de delegados sindicais, etc., dificultam todo este processo».

Neste momento, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica representa 72 por cento dos trabalhadores sindicalizados do sector, sendo, de longe, a maior força sindical do sector. «Perante todos estes dados novos, precisamos de adaptar a nossa acção sindical à nova realidade», diz João Tunes, referindo que a proposta ao Congresso de uma «renovação do Conselho Nacional, com mudanças

profundas dos seus membros e redução do seu número de efectivos» resulta também dessa necessidade, possibilitando que este organismo «funcione com maior operacionalidade».

Mas há medidas de fundo, propostas de reestruturação destas indústrias que os trabalhadores vão discutir amanhã e depois, que procuram encontrar as «virtualidades que temos», rejeitando «visões de fatalismo miserabilista»:

«Defendemos um modelo de desenvolvimento para o sector que tenha um suporte num quadro diferente do até agora registado no nosso país: o desenvolvimento do sector químico



deve suportar-se no aproveitamento total dos nossos recursos naturais e deve controlar a introdução do capital estrangeiro.»

Desenvolver para defender os trabalhadores

Desta forma, João Tunes afirma que irá surgir como questão essencial a discutir neste Congresso, o perspectivador do futuro do sector ao lado da própria acção sindical.

«Vamos assim discutir os resultados da evolução da integração portuguesa na CEE para o sector químico. O aumento impressionante do número de Sociedades Transnacionais (STN's) que se verifica. O processo de privatizações das grandes empresas do estado. A situação social resultante das mudanças qualitativas no futuro, já hoje previsíveis». Mudanças que para este dirigente sindical passam pela «diminuição do peso do operariado clássico, aumento do número de quadros técnicos e de mão-de-obra mais qualificada»; consequência da modernização e automatização de muitas produções.

A este propósito a FSTIQFP recorda que não foi feito «nenhum esforço

sério» de Formação Profissional que preparasse os trabalhadores para enfrentar estas mudanças; pelo contrário, João Tunes recorda que o que tem vindo a suceder, de forma sistemática, «é a supressão de postos de trabalho, mandando trabalhadores para a reforma, para a rescisão de contratos.»

«Com excepção para as grandes empresas do sector, a qualificação profissional da maioria dos trabalhadores portugueses é baixa na indústria química, muito por força da política dos empresários portugueses, que se recusam a investir na modernização e formação profissional, apostando antes na conservação de uma mão-de-

obra barata e em processos de fabrico antiquados. A intervenção sindical terá de compreender estas situações».

Voltar a luta para as empresas, intensificando no local de trabalho a luta reivindicativa, de acordo com a própria realidade da empresa em causa, essa é uma estratégia futura a ser agora discutida.

Internacionalizar a acção sindical

Mudanças na actuação sindical, que passam também por uma certa «internacionalização» da sua actividade: «Há que reflectir, por exemplo, sobre a intervenção das Sociedades Transnacionais.

Propomo-nos desenvolver contactos com os sindicatos europeus do sector, no sentido de conseguir linhas de intervenção comuns».

Linhas de intervenção comuns, porque há problemas comuns: «as regiões europeias do Mediterrâneo são desvalorizadas, já que a STN's colocam na periferia da Europa as indústrias mais poluentes e perigosas, indústrias que as normas em vigor nos seus países e na própria CEE sujeitam a uma fiscalização muito intensa, normas e fiscalização que no caso portu-

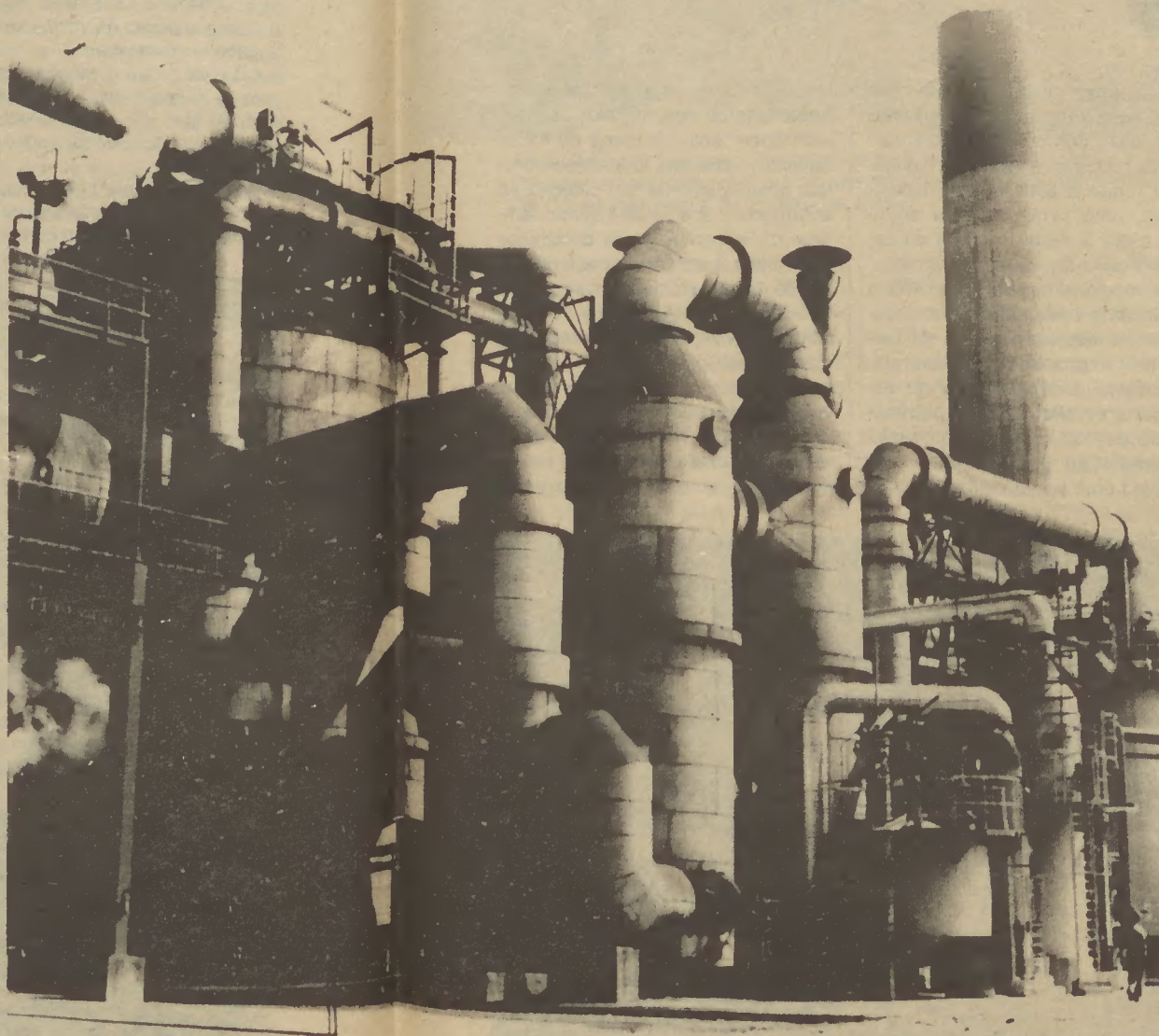
guês ou são mais permeáveis ou pura e simplesmente não se praticam.»

Mas não só a CEE poderá influenciar negativamente o futuro da indústria química em Portugal. A previsível abertura de países do Leste europeu, como a Hungria, Checoslováquia e RDA, à penetração das multinacionais preocupa os sindicalistas portugueses porque as «STN's aí beneficiariam de uma mão-de-obra a um tempo qualificada e barata, bem como de uma maior abundância de recursos naturais, e, devido às novas situações conhecidas de todos, ausência ou quase ausência de mecanismos de defesa dos trabalhadores, uma vez que muitos dos seus sindicatos deixaram de existir e não foram criados outros.»

Estão já aí à vista os efeitos imediatos da integração europeia no sector. Por um lado os trabalhadores pagam já a factura social dos efeitos dessa entrada na CEE, por outro o patronato português não soube resistir à investida das STN's, e muitas pequenas e médias empresas. Sobreretudo aquelas onde o atraso tecnológico era maior, acabaram por entrar em falência ou foram compradas pelo capital estrangeiro.

Este facto é acompanhado com a destruição do sector empresarial do estado, por acção do Governo e do PSD, mas que João Tunes diz acontecer «também por culpas próprias da

João Tunes da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal (FSTIQFP)



acção sindical, que não terá utilizado todos os meios ao seu alcance para a sua defesa, nomeadamente quando da Revisão Constitucional».

«As privatizações estão a ser feitas de tal forma que, no que se refere às grandes empresas, nem sequer os chamados grandes grupos multinacionais preocupam os sindicalistas portugueses porque a sua aquisição, acabando por ser as multinacionais estrangeiras, na prática, a conseguem-lo».

Por outro lado as privatizações têm vindo a ser feitas com base em sucessivos ataques aos trabalhadores e aos seus direitos. «Há dois anos existiriam ainda muitos trabalhadores do sector que não acreditariam que este processo viria a reflectir-se nos seus direitos; hoje isto é claro para todos nós. Veja-se o que se passou com a Petrogal e a Quimigal, onde tantos foram despedidos, onde muitos direitos adquiridos ao longo dos anos foram, pura e simplesmente, abolidos!».

Sector Estatal dinâmico

No entanto a Federação defende que, apesar da Revisão Constitucional, há condições para defender a indústria portuguesa, «nomeada-

mente fazendo um correcto aproveitamento dos fundos estruturais do PE-DIP, a permitir a sua reconversão, uma reconversão que seja tecnológica, de valorização profissional dos trabalhadores, de aproveitamento dos recursos naturais portugueses e da nossa situação geográfica, no fundo uma reconversão tendo como base um modelo de desenvolvimento para todo o sector, para uma competitividade de alto valor acrescentado e não baseada nos baixos salários.»

Quanto à defesa do sector empresarial do estado, esta Federação acha que continua a justificar-se a existência de um sector público que regule o modelo de desenvolvimento da indústria química e farmacêutica em Portugal, «nomeadamente para enfrentar os aspectos mais negativos da acção das STN's».

«Propomos pois a criação de um Instituto de Gestão e Participações do Estado no Sector Químico, Petrolífero e Indústrias Conexas, que numa fase imediata assegure que os capitais públicos garantam uma gestão de rentabilização e reestruturação do sector, assente em critérios de rentabilidade financeira, respondendo com a ofensiva à intervenção da CEE».

Para os trabalhadores da Química este Instituto deveria investir nos nossos recursos naturais, tendo a capacidade de intervir no próprio mercado estrangeiro, nomeadamente na CEE.

Avelino e o cloro

Nunca pensei, Avelino, escrever-te uma carta póstuma a esta distância de quase meia centena de anos desde o holocausto da tua vida jovem à introdução do fabrico electrolítico do cloro em Portugal.

Era uma época em que do alto dos torreões da fábrica nova ou, mais de perto ainda à borda do cais, onde se alinhavam os longos armazéns de sal a resumarem salmoira por todos os interstícios, viamos ondear Tejo acima as lombadas negras dos golfinhos (das toninhas, como lhes chamávamos) que aos bandos perseguiam, às vezes até para cima da Palhoça, nas franjas de Valada, o peixe miúdo - fatassas, savelinhos, azevias, linguadões, fanecas, sabogas, robalinhos e outros que abundavam pelos pesqueiros do rio e que aos cardumes fugiam das bocas vorazes escondendo-se nos fundos lodosos ou enfiando-se pelos esteiros de águas baixas onde os golfinhos não se atreviam a entrar.

Era também época em que a malta, armada de espeques, se metia nos fins de semana numa bateira e ia, na maré vaza, até aos ostrais do mar da Palha, tairocas nos pés para se defender das afiadas lâminas dos moluscos e trazia para casa umas boas abadas de ostras de que «limpávamos» logo ali as primeiras na tascas da ti Matilde à borda da linha.

Enfim, tempos em que palavras tais como «poluição», «maré negra», «ambiente», «ecologia» e outras do estilo não tinham ainda entrado em força no léxico da vida.

Hoje toda essa rica fauna piscícola, golfinhos incluídos, quase desapareceu do Tejo.

O motivo porque decidi escrever esta carta póstuma à distância de meio século baseia-se, Avelino, no «acidente» que há dias quase degenerando em tragédia, alarmou as gentes de Constância a linda vila branca ribeirinha do Tejo, na confluência do Zézere, onde se diz que o Camões passou uns tempos a poetar: uma fuga de três toneladas de cloro na trasfega de um camião-tanque para a «Caima-Pulp» - a fábrica inglesa de celulose da região, uma da série das celulósicas que dão pelos nomes de Portucel, CELBI, Soporcel e mais algumas espalhadas por outras regiões do país.

Ovi depois na TV um técnico referir os efeitos do cloro: irritação das vias respiratórias, pneumonias, efeitos letais nos casos extremos...

É verdade. Tudo isso é verdade, vimo-lo e sentimo-lo, uns mais outros menos.

É verdade. «Efeitos letais... Tu que o digas, Avelino, tu que já cá não estás para o dizer. Mas estão outras testemunhas talvez ainda vivas como eu que fomos protagonistas dessa introdução do fabrico do cloro pela via electrolítica em Portugal.

Eu, ainda assim, em condições mais defensáveis. Mal detectava nas vendas o odor enjoativo do cloro ia logo fechar todas as janelas da Mecânica, expostas mesmo de frente para a nova unidade da electrolise, onde se fabricava o cloro e tu labutavas, Avelino, até ao dia que uma dessas fugas letais te ceifou a vida.

Durava pouco a emanção do gás quando atingia a Mecânica. Devido à tal rápida volatilização depressa se diluía nos ares e quando já não havia dúvidas lá abria eu de novo todas as janelas.

A fase crucial foi a do arranque da fábrica nova, ainda quando não havia outra forma mais segura de detectar as fugas nas junções das tubulares e manilhas senão nos pulmões aspirando o gás. Mesmo o detector de amoníaco que ao contacto com o cloro adquiria uma cor rosácea às vezes falhava.

O primeiro acidente foi precisamente com os dois tripulantes de um camião cisterna que estacionou

frente a uma das tais junções mal vedada que deixava escapar o gás. Mas era um espectáculo normal ver a malta que trabalhava na electrolise vir até ao varadim exterior quase sufocados, quase a deitar pela boca fora as entranhas, debruçados sobre a grade de ferro do patamar.

Foi o acidente que pôs fim à tua vida jovem que fez com que terminasses de vez as emanções letais ao gás. Ninguém mais trabalhou na electrolise enquanto não se obteve segura garantia de que as «fugas» estavam definitivamente suprimidas e prevenidas.

O novo processo electrolítico era obtido pela decomposição da corrente através de grandes calhas cheias de mercúrio. Apetecia mergulhar nelas as mãos, sentir a insólita sensação da densidade fria do metal. E ainda me lembro do teu desespero, Avelino, quando uma vez te deste conta de que a tua singela aliança de casamento se tinha dissolvido nele.

O mercúrio te dissolveu o anel - o cloro te dissolveu a vida e a célula comunista clandestina da fábrica perdeu um valoroso camarada.

Mas se as emanções letais do cloro fabricado pela primeira vez em Portugal pela então novíssima via electrolítica foi estancada na época com a tua dolorosa agonia e morte na unidade fabril onde, jovens ambos, laborávamos, os perigos letais das emanções pelo uso industrial ampliado do cloro não diminuíram.

A realidade dos últimos dias vem lembrá-lo e pô-lo na ordem actual das nossas preocupações.

O acidente de Constância na última semana não teve consequências letais mas é um aviso. Portugal que alguns querem transformar numa «aldeia» da CEE, num fornecedor de mão-de-obra barata, em «pateo» europeu para a instalação de indústrias poluentes, necessita com urgência de uma verdadeira política ecológica de defesa do ambiente que o governo PSD/Cavaco Silva, pelos seus laços de classe com os grandes monopólios, é incapaz de implementar no País.

As Caima-Pulps, CELBI, Portucel, Soporcel e outras celulósicas devem ser exigidas rigorosas medidas de prevenção de graves acidentes ecológicos como o da passada semana.

Foi agora, depois e durante a «maré negra» de Porto Santo, a fuga de cloro em Constância. Mas as celulósicas, na maior das quais está interessado o ex-ministro Álvaro Barreto, praticam ainda outras agressões do ambiente, uma das mais graves a plantação indiscriminada de eucaliptos, de que aquele ex-ministro foi um interessado defensor e impulsionador na pasta da Agricultura. Sabe-se hoje melhor porquê.

Os milhões da CEE que o governo arrecada no «saco azul» para, principalmente, corromper a consciência dos eleitores e cidadãos, têm, na defesa do ambiente, um largo campo de utilidade. É preciso lutar para que tenham outro objectivo.

E vê tu, Avelino, como ao fim de quase meia centena de anos depois do holocausto da vida jovem do valoroso camarada que tu eras da célula clandestina do PCP da fábrica onde ambos labutávamos, uma outra fuga de cloro felizmente sem perda de vidas e também à borda do Tejo veio reacender neste teu companheiro e camarada a memória e uma viva saudade e dor por tudo o que tu eras e pela tragédia do teu fim.

■ Domingos Mealha

Os aumentos da electricidade e a privatização da EDP

○ Conselho de Gerência da EDP anunciou que a partir de 19 de Janeiro vigoram novos preços da electricidade, com aumentos que chegam a ultrapassar os 22 por cento. A propósito, falámos com dois membros da Comissão de Trabalhadores da empresa, para quem esta medida se integra na ofensiva do Governo contra a EDP com vista ao seu desmantelamento e privatização.

A Electricidade de Portugal EP, como se sabe, tem problemas sérios, nomeadamente um passivo de cerca de 1100 milhões de contos, o que representa um endividamento equivalente a 68 por cento do património da empresa. As responsabilidades por esta situação têm sido claramente apontadas pelos representantes dos trabalhadores, que também têm proposto soluções.

Ainda no recente Congresso da federação sindical do sector (FSTIEP), se recordava que «a situação económica e financeira da empresa começou a degradar-se com as medidas restritivas do Governo do *Bloco Central*, e continuadas pelo Governo PSD/Cavaco Silva». O relatório de actividades citava as medidas concretas: «O agravamento das taxas de juros e das diferenças cambiais; a continuação da desvalorização do escudo; a imposição do recurso ao crédito externo e

a acumulação dos débitos de clientes, particularmente das autarquias locais, de empresas públicas e de empresas do sector privado, conjugadas com gestões ruinosas, conduziram a EDP à situação em que se encontra».

Também no 2.º Congresso da FSTIEP foi reafirmado que «a defesa da EDP passa, antes de mais, pela sua reorganização, na perspectiva do aproveitamento das capacidades dos seus trabalhadores e da sua manutenção no sector empresarial do Estado».

Outra é, contudo, a orientação que tem prevalecido a nível do Governo e do Conselho de Gerência por ele nomeado. A resolução 15/89 do Conselho de Ministros aponta as linhas essenciais, de que sobressaem a «racionalização de recursos humanos» (falam, concretamente, na liquidação de 6 mil postos de trabalho até 1992) e a «reestruturação

Faça-se luz!

da EDP de modo a preparar, progressivamente, um novo modelo empresarial para a mesma, com o intuito da sua flexibilização, em articulação com a política de abertura do sector metalúrgico».

À custa do consumidor

Para Franco Antunes, os aumentos dos preços da electricidade inte-

gram-se nesta política e pretendem contribuir para uma «resolução apressada» dos problemas financeiros da empresa à custa do consumidor — que já está a pagar, actualmente, uma taxa de 8 por cento para cobrir a dívida herdada do ex-FAT (Fundo de Apoio Térmico).

As medidas concretas do CG e do Governo traduzem-se, nomeadamente, no **desinvestimento**, em particular na produção de energia, agravando a dependência do estrangeiro, na **alienação de património** ao desbarato, num esforço para **recuperação das dívidas**, «em princípio uma acção correcta e acei-

tável» para os representantes dos trabalhadores que, contudo, condenam firmemente «a forma de afrontamento como tem sido desenvolvida, nomeadamente em relação às autarquias». E aqui se inserem também os aumentos agora declarados das tarifas, bem como a anterior redução do prazo de cobrança para 10 dias e a instituição da multa de 250 escudos para pagamentos fora desse prazo.

«Tudo o que vão fazendo é sempre com dinheiro do consumidor» — constata Artur Malheiro, para quem este aumento é excessivo (maior que qualquer dos aumentos anun-

Central do Pego à venda?

Na EDP — acusam os representantes dos trabalhadores — prossegue uma política de resolução apressada da situação financeira da empresa, de forma a tê-la *limpinha* e pronta para... privatizar.

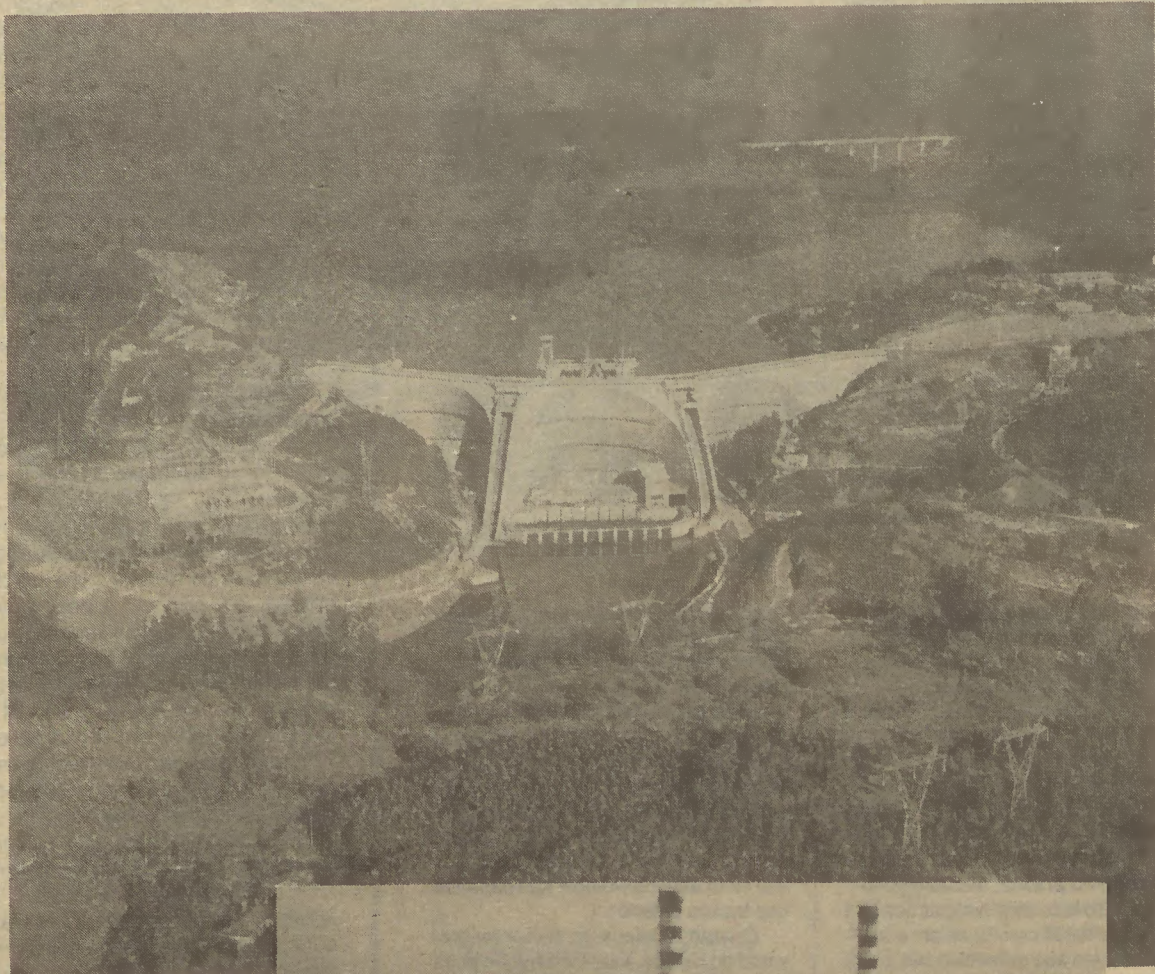
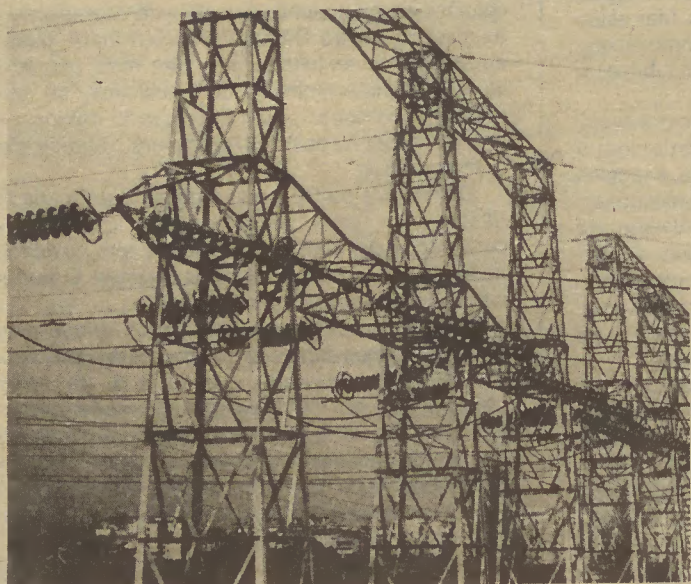
Já se fala — disseram ao «Avante!» Artur Malheiro e Franco Antunes — na venda da central termoeléctrica (a carvão) do Pego, no concelho de Abrantes, a qual está actualmente em construção e cujo primeiro grupo, de 300 MW, deverá entrar em funcionamento em 1993.

Interessados na aquisição da central — segundo os nossos entrevistados — estariam possivelmente grandes produtores e transportadores de carvão. O negócio seria, em traços gerais, assim: a EDP concluiria e vendia a central, comprando depois electricidade lá produzida e carvão.

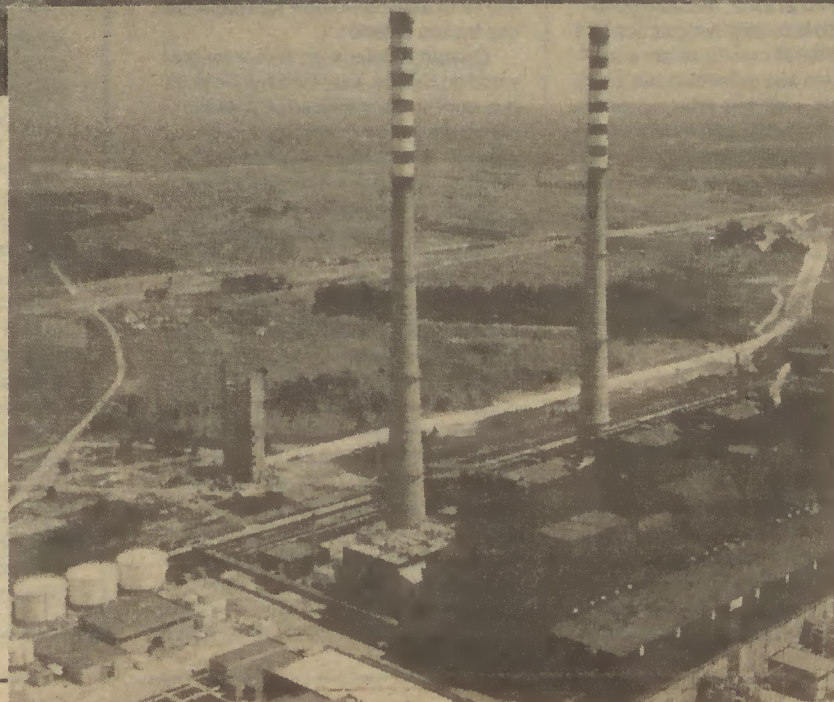
Aqueles membros da CT da EDP manifestaram-nos, quanto a este possível negócio, o receio de que «a contrapartida seja o exclusivo do fornecimento do carvão para essa central e, provavelmente, também para outras, como a de Sines». A EDP deixaria de produzir energia no Pego, para a comprar a um preço ainda desconhecido por kilowatt.

Também mudariam as condições de aquisição de carvão para as centrais portuguesas: com o exclusivo concedido aos compradores do Pego, acabava a importação deste combustível em várias origens e a EDP perdia as possibilidades de negociação das condições de aquisição de carvão.

A concretizar-se, este será, sem dúvida, um bom negócio. Mas não do ponto de vista dos interesses da EDP e do País. ■



Além dos resultados directos na produção de energia, os investimentos feitos pela EDP têm importantes reflexos no desenvolvimento regional





Artur Malheiro e Franco Antunes: os trabalhadores da EDP têm propostas para a resolução dos problemas da empresa e vão apresentá-las no dia 13 ao secretário de Estado da tutela

ciados pelo Governo já este ano, e nomeadamente no que toca a serviços de empresas em dificuldades financeiras semelhantes às da EDP). Além disso, a subida dos preços – juntando-se à má prestação de serviços, quer directamente, quer através de empreiteiros – «vai virar mais o consumidor contra a empresa pública, vai alimentar a ideia de que se isto fosse privado as coisas não se passariam assim» – acrescenta.

Lembramo-nos bem

Mas está bem presente – sobretudo entre os cerca de 22 mil trabalhadores da EDP – a diferença entre o que se passava antes e depois da constituição de uma empresa pública única para a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica no Continente. Havia, por exemplo, recorda Franco Antunes – que trabalhava nessa altura numa empresa de 3.ª categoria, das que pagavam menos aos trabalhadores e cobravam mais aos consumidores – uma diversidade de tarifas: com a EDP fez-se um tarifário único nacional. Em Trás-os-Montes, por exemplo, a tarifa era de 3\$50 por kw/h, en-

quanto em Lisboa era de 1\$00. Os ordenados, por sua vez, eram ali três vezes inferiores aos da capital. Em resultado de uma negociação que se prolongou por três anos, procedeu-se à uniformização salarial e dos direitos de todos os trabalhadores da EDP, fosse qual fosse a empresa em que trabalhavam antes da unificação. A EDP, como empresa pública que encara o fornecimento de energia como um serviço social, fez, por outro lado, uma série de obras que nunca poderiam ser executadas da mesma forma pelo capital privado, para quem funciona apenas na lógica do lucro. É o caso, como nos referiram na CT, do «larguíssimo investimento na electrificação» no Alentejo, em Trás-os-Montes, nas Beiras, na serra algarvia. É o caso dos investimentos de fins múltiplos, como as barragens no Douro, que foram feitas tendo em conta os projectos que apontam para a navegabilidade do rio, sem quaisquer compensação do Estado à empresa. «A EDP manter-se como empresa única é bom para o consumidor e bom para o trabalhador» – afirma Artur Malheiro, sublinhando que «a electricidade é um bem essencial e todo o cidadão deve ter acesso a ela». ■

Greve a 14 e 15 de Fevereiro

O plenário de sindicatos da FSTIEP decidiu na semana passada convocar para 14 e 15 de Fevereiro uma greve de 48 horas na EDP, com o objectivo de obrigar a gerência a romper o impasse criado nas negociações da revisão do AE para 1990 e alterar as suas posições de forma a permitir que os trabalhadores recuperem o poder de compra e melhorem as suas condições de vida – informa um comunicado da Federação. A convocação desta greve, apoiada também pelo sindicato da UGT, vem na sequência de uma decisão anterior do plenário nacional de delegados sindicais, que se pronunciara por esta forma de luta, caso o Conselho de Gerência não criasse condições para que as negociações da revisão do acordo de empresa para 1990 tivessem o conteúdo pretendido pelos trabalhadores e fossem concluídas rapidamente. Devido à posição firme dos trabalhadores e da comissão negociadora sindical, iniciaram-se a 10 de Janeiro as reuniões de negociação. Contudo – informa a FSTIEP –, nas duas últimas sessões o CG mantém inalterável a sua proposta de 12,6 por cento de aumentos salariais, claramente insuficientes. Num plenário de membros das estruturas representativas dos trabalhadores, efectuada a 11 de Janeiro por iniciativa da CT e das comissões intersindicais da CGTP e da UGT, foi manifestada a disposição de recorrer à greve para defender a EDP na sua actual dimensão. Neste plenário foi constituída uma comissão de defesa da EDP, amplamente representativa e que tem por objectivo estabelecer contactos com órgãos de soberania e alargar o debate dos problemas da empresa e das propostas para a sua solução a todos os locais de trabalho. ■

O que se paga e o que aumenta

A partir de 19 de Janeiro entraram em vigor novos preços da electricidade, que se vão reflectir nas contas que a EDP vai apresentar no fim deste mês, princípio de Março. Artur Malheiro e Franco Antunes esclareceram, a nosso pedido e com exemplos concretos, o que se paga e o que aumenta. O preço da energia eléctrica é composto por uma taxa de potência contratada, valor mensal e fixo (independentemente do consumo) a que muitas pessoas chamam «aluguer do contador», e por uma taxa de energia, cujo valor depende dos kilowatts/hora consumidos. Uma e outra aumentaram, desde 19 de Janeiro, como mostra o quadro I. Para um consumo doméstico médio de 100 kw/h por mês, o preço total (taxa de potência e taxa de energia) vai variar como mostra o quadro II (potências superiores a 13,2 kVA não são consideradas no exemplo, já que não dizem respeito, em geral, a consumo doméstico).

Tarifa dupla para consumidor ver

Tanto a taxa de potência, como a taxa de energia, variam ainda conforme o tipo de tarifa instalada: simples ou bi-horária; isto é, se mandar instalar um contador de dupla tarifa pagará um preço mais baixo pela electricidade consumida nas chamadas horas de vazio, um período nocturno de 7 horas diárias, alargado ao sábado e domingo. Para a tarifa bi-horária a taxa de potência e a taxa de energia (nas horas de vazio, pois nas horas de ponta o seu valor corresponde à tarifa simples) são as indicadas no quadro III. Para um consumo doméstico médio de 100 kw/h por mês, em que 50 kw/h sejam consumidos no horário nocturno, o preço total a pagar será conforme o quadro IV. Agora, que já sabe que vai pagar mais, faça as suas contas e veja se vale ou não a pena mandar instalar em sua casa um contador de dupla tarifa. Mas, mesmo que valha a pena – a taxa de potência é mais cara, é necessário mudar hábitos de consumo para passar para a noite uma série de gastos (cerca de 80 kw/h por mês) de forma a compensar a mudança –, tenha em conta uma coisa: não há contadores de dupla tarifa disponíveis para instalar, pelo que o seu pedido, como muitos outros, vai ficar a aguardar melhor oportunidade. «Há mais preocupação em incutir a ideia de que à noite a electricidade é mais barata, do que em fazer uma campanha forte para mudar os contadores» – constata os representantes dos trabalhadores da EDP. «É que depois, se muitas pessoas mudassem para a tarifa bi-horária, iam ver que, afinal e ao contrário do que o Governo e o Conselho de Gerência propagandeiam, o preço da electricidade aumentou mesmo, e mais do que a média.» ■

Quadro I

Aumentos dos preços referentes à taxa de potência e taxa de energia, em regime de tarifas simples.

Taxa de potência			
Potência instalada	1989	1990	Aumento
1.1	210.00	232.00	10.4%
3.3	657.00	726.00	10.5%
6.6	1351.00	1608.00	19.0%
9.9	2026.00	2432.00	20.0%
13.2	2701.00	3289.00	21.76%
16.5	3376.00	4085.00	21.0%
19.8%	4051.00	4943.00	22.0%
Taxa de energia			
	11.56	12.77	10.46%

Quadro II

Aumentos do preço da electricidade para consumidores domésticos (consumo médio mensal de 100 Kw/h) em regime de tarifa simples.

Potência instalada	1989	1990	Aumento
1.1	1366.00	1509.00	10.46%
3.3	1813.00	2003.00	10.47%
6.6	2507.00	2885.00	15.07%
9.9	3182.00	3709.00	16.56%
13.2	3857.00	4566.00	18.38%

Quadro III

Aumentos dos preços referentes à taxa de potência e taxa de energia, em regime de tarifa dupla (bi-horária).

Taxa de potência			
Potência instalada	1989	1990	Aumento
3.3	907.00	1069.00	17.86%
6.6	1601.00	1951.00	21.86%
9.9	2276.00	2775.00	21.92%
13.2	2951.00	3612.00	22.40%
16.5	3626.00	4428.00	21.78%
19.8	4301.00	5288.00	22.94%
Taxa de energia			
	8.67	7.50	-15.6%

Quadro IV

Aumentos do preço da electricidade para consumidores domésticos, em regime de tarifa dupla (consumo médio mensal de 100 Kw/h, dos quais 50 Kw/h correspondem a consumo em horas de vazio).

Potência instalada	1989	1990	Aumento
3.3	1918.50	2082.50	8.5%
6.6	2612.50	2964.50	13.4%
9.9	3287.50	3788.50	15.2%
13.2	3962.50	4625.50	16.7%

Campanha de Assinaturas

válida até 31 de Março

No quadro da preparação do XIII Congresso (Extraordinário), o «Avante!» lança a partir do próximo número uma campanha de assinaturas com preços especiais. Esta campanha corresponde a numerosas sugestões no sentido de dinamizar o serviço de assinaturas do «Avante!» com vista a compensar alterações na distribuição pela organização do Partido que se reflectem por vezes em atrasos significativos, nomeadamente em zonas mais afastadas.

É necessário sublinhar que, por força de uma legislação claramente discriminatória, o «Avante!», por ser órgão oficial do PCP, não tem acesso ao *porte pago*, isto é, o envio gratuito pelo correio, de que beneficiam todas as publicações periódicas à excepção dos órgãos partidários.

Não é assim economicamente possível oferecer aos nossos assinantes as significativas reduções de preço praticadas pela restante imprensa, uma vez que, ao preço de capa dos exemplares assinados (único custo nos restantes jornais), há, no caso do «Avante!», a necessidade de incluir os portes postais.

Contudo, a promoção que agora se inicia inclui preços especiais que serão válidos para as assinaturas feitas até ao final do mês de Março.

Além do preço especial, os leitores que façam a sua assinatura neste período receberão os bónus especiais que se anunciam.

Igualmente se prevê, no sentido de estimular o trabalho das organizações na angariação de novos assinantes, um bónus especial para os angariadores.

ASSINATURAS	6 meses (26 semanas)	2 000\$00
	12 meses (52 semanas)	3 800\$00

PRÉMIOS ESPECIAIS

A todas as assinaturas por 6 meses oferta de um livro da colecção «Resistência» à escolha do assinante

A todas as assinaturas por 12 meses oferta de dois livros da colecção «Resistência» à escolha do assinante

Aos angariadores que proponham 10 novos assinantes de 6 meses ou 5 novos assinantes de 12 meses oferta de 1.º volume do livro «História Universal»

Os boletins de assinatura começarão a ser publicados no próximo número do «Avante!»





Cartas do leitor

O Congresso e o «Avante!»

Considero que a sessão Cartas do Leitor não devia de ser uma concessão especial, em determinados momentos, mas sim uma secção permanente.

Se a própria redacção do «Avante!» considera que **«esta secção constituiu um significativo e apreciado contributo para o debate das propostas então apresentadas»** no XII Congresso, por que razão ela não deve de ser permanente e não só especial?

Discordo que a redacção do «Avante!» se reserve **«o direito de reduzir a correspondência que exceda aquelas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor...»**

No momento presente — e sempre! — essa limitação aplicada segundo critérios dum colectivo que tem responsabilidades na execução dum jornal que se destaca pela sua falta de dinamismo e pela ausência duma intervenção política-ideológica tão necessária, jornal em que é permanente a ausência de apoios a uma organização de base quase inexistente, essa limitação — dizíamos — não deve de existir.

Não devemos temer a crítica e, sempre que necessário, devemos responder até que a verdade se torne evidente.

Desse modo contribuímos para melhorar os nossos conhecimentos teóricos e não só.

De novo, no ponto 2, se volta a afirmar **«A selecção dos artigos caberá, naturalmente, à redacção»**.

Trata-se, na minha opinião, de mais uma decisão colectiva que só serve para impor uma orientação errada, por força do Centralismo Democrático que, diga-se de passagem, só é justo em condições de legalidade, quando as decisões são justas, por bem debatidas.

Trata-se, para mim, de mais um sintoma da estagnação do nosso Partido que, a continuar, acabará sem bases dignas desse nome.

O «Avante!» deveria fazer uma consulta prévia aos seus leitores, de modo claro e simples, inserindo, no próprio texto, um impresso para resposta.

E, a propósito: os militantes foram consultados para a compra da quinta para a festa do «Avante!»?

Não estaremos, desde há muito, a ser um pouco megalómanos com a festa do «Avante!», desviando centenas de militantes de tarefas mais urgentes, como, por exemplo, a assistência à organização, gastando cada vez mais dinheiro para manter essa realização — necessária, sem dúvida! — que poderia ser mais modesta?

Ernesto Rodrigues (S. Domingos de Rana)

Reforçar ou enfraquecer?

Nas «curvas apertadas» da luta revolucionária consequente, tem havido em todas as épocas os que «saltam do carro da revolução». Alguns para justificarem a sua fuga, burlam frases intelectualistas onde se evidencia a auto-suficiência, com grande carga de pedantismo.

Depois, descamba-se no numerar de erros, nas idades, no filosofar sobre Marx-Engles-Lénine, para se concluir que está tudo ultrapassado, menos eles, é claro.

A direita no poder e não só, aplaude e oferece RTP, RDP, jornais e comentadores... políticos para difundir as ideias «sãs» dessas gentes, pois, eles, direita, querem um Partido Comunista Português ainda mais forte, melhor apetrechado para lutar contra o capitalismo...

Naturalmente, que se pode compreender os motivos que levam alguns membros do Partido a abrandarem a sua militância: a dureza da actividade, problemas de emprego, assuntos familiares, etc., quando são apresentados os casos com frontalidade e honestidade, como tem acontecido.

No tempo da clandestinidade — fase muito dura — casos houve em que alguns militantes não prosseguiram nos «subterrâneos da liberdade». Porém, não usaram de subterfúgios, disseram a verdade, isto é, que não tinham forças para continuar a marcha, no entanto, mantiveram o respeito pelos seus camaradas, que no seu posto de combate, foram em frente sem olhar a sacrifícios por vezes grandes —, sabendo que a PIDE os espreitava, para prendê-los e torturá-los.

Deste modo, compreende-se as situações, não se aplaude, mas, aceitam-se.

O que não se aceita é a verborreia de alguns que, não em «curvas apertadas», mas, em plena auto-estrada, se apearam porque a luta endurece dia a dia, tornando mais difícil a caminhada, exigindo, cada vez mais, dedicação e esforço de cada membro do Partido.

Para camuflarem as suas verdadeiras intenções, atacam — porque, como diz o outro — a melhor defesa é o ataque.

Sem o mínimo respeito face a militantes que deram toda a sua vida à causa dos trabalhadores, do povo e da pátria, que, com firmeza revolucionária, ajudaram a solidificar o Partido, arengam professoralmente sobre o marxismo-leninismo, sobre a direcção do Partido e do seu secretário-geral.

Os anticomunistas de todos os matizes, agradecem.

Cabe perguntar: qual tem sido a sua actividade partidária? Onde estão e quais os seus contactos com organismos do Partido? A vossa actuação tem sido no sentido de reforçar ou de enfraquecer o Partido?

Claro que existem deficiências que, com a ajuda de todo o colectivo se eliminarão; claro que a situação nacional e internacional mudou. Mas, será que a direcção do Partido está parada? Será que todos são cegos e estúpidos? Ou será que os «iluminados» estão no segredo dos deuses?

Um partido, como o PCP, fortalece-se sempre mantendo a sua vigilância revolucionária em relação a fraccionismos (mesmo dissimulados de Institutos ou outros), desvios da linha do Partido aprovada em Congresso; cumprimento dos Estatutos e, olhando com tolerância, mas, fixamente, para filiados no Partido — **que são, mas, não são.**

Os ensinamentos recolhidos pela história do PCP, sobre os «indireitas» do Partido, refugiados no fraccionismo, trazem à memória essa bela etapa de luta que foi a Reorganização do PCP em 1940.

Toda essa equipa «caduca», como é dito pelos iluminados, foi a que soube estruturar o Partido nesses 34 anos de clandestinidade, surgindo no dia 25 de Abril, com a vitalidade que se reconhece.

No mês de Maio, vai realizar-se o Congresso (extraordinário), deve, a meu ver, aí colocarem-se os assuntos importantes para reforço do Partido; o que a maioria aprovar é justo que seja levado à prática. Os membros do Partido, que vejam recusadas as suas ideias ou propostas, devem aceitar a decisão votada pelos seus camaradas.

Se, inconformados enveredarem pelo caminho da «fófoca», a imagem que deixarão será, não do reforço do Partido; não da unidade, mas, sim, o seu — **Eu** — vencido face à democracia utilizada no Congresso.

Crítica e autocritica são elementos básicos do PCP. Utilizá-los com prontidão, evitam que situações se agravem. Mas, atenção, utilizar só a primeira e esquecer a segunda é negativo.

Salvador Amália (Setúbal)

O que interessa conhecer

Aproveitando a secção que o «Avante» colocou à disposição dos seus leitores, tomo a liberdade de sugerir o seguinte.

Que seja dado no órgão central do Partido Comunista Português o máximo relevo a todas as notícias respeitantes aos comunistas dos países em que os dirigentes dos respectivos Partidos Comunistas resolveram dissolvê-los; portanto da Hungria e da Polónia. Nomeadamente, aos comunistas do Partido Operário Socialista Húngaro, já em actividade oficial.

O que caracteriza a prática de todos os comunistas, e portanto, também a sua prática teórica ou simplesmente reflexiva, é considerarem, creio eu, que a existência, a realidade consciente tem precedência sobre a simples consciência reflexiva.

Por isso suponho que o mais seguro para os comunistas portugueses que queiram formar uma ideia correcta acerca dos fenómenos que se passam no Leste europeu, nomeadamente a «transformação» do Partido húngaro em partido socialista, e do Partido polaco em dois partidos sociais-democratas, é conhecerem o que pensam e o que fazem os comunistas, de facto, existentes nesses países.

Agora, que ficamos a saber que se consideram sociais-democratas aqueles a quem a imprensa burguesa atacou durante uma década como responsáveis pelos males da Polónia, temos todos, suponho eu, o maior interesse em conhecer também o que pensam da renovação

socialista aqueles comunistas que se encontram, e já se encontravam então, do outro lado da barricada. Na linha daquele operário que, já em 71, afirmava, segundo a imprensa burguesa de então: — «Camarada Gierk, o senhor fala de renovação, mas sabe o que é a renovação, são os que aqui se encontram (nos estaleiros Adolfo Warski), que são operários, comunistas, que são pela Polónia Popular».

É o que pensam esses comunistas acerca da renovação, e do que fazem por ela nos seus próprios países, que interessa sobretudo conhecer, fugindo assim ao idealismo.

E é o que eu penso acerca da solidariedade internacionalista para com eles, agora que o nosso Partido decidiu tomar posição sobre os acontecimentos no Leste.

Cordiais saudações comunistas
José Augusto Malheiro Branco Camacho (Almada)

Um espaço de debate

O plano de trabalho da Redacção do «A» parece-me ajustado e nitidamente melhor do que o traçado para o XII Congresso. O que não é justificado é o facto da rubrica ter sido «programadamente» interrompida. Tanto mais que é reconhecido que «já durante a preparação do XII Congresso se verificou um crescente interesse pelo A., que teve reflexos positivos na sua venda a partir de então». Porquê? Exactamente pela criação desta rubrica, que abriu um espaço de debate. Onde se conclui o erro «programado» da suspensão, e dele não ter sido corrigido. Daí a necessidade absoluta e a urgência SOS de institucionalizar estatutariamente — de forma a que não se fique ao sabor de programações avulso — a existência desta e outras formas de debate. Claro que sei que tal não depende da v/redacção.

Em geral queria sublinhar ainda o facto de terem sido 4 os seleccionados para esta 1.ª rubrica. Não foram, pelo menos todas, dirigidas ao A., algumas foram-no à Direcção do P. e havia certamente outras seleccionáveis, dentro de critérios mais abertos.

Ao cam. LC Correia pergunto: quais os cri-

térios a seguir para «isolar os elementos irrecuperáveis»? «Elementos»? Quem os classifica? «Irrecuperáveis» para quê e por quem? E o que é isso de «isolar»? Opiniões diferentes são sintomas de epidemia que exija quarentena? Ou «exilios» doutros tempos?

Ao C. «devidamente identificado» (detesto esta regra do jogo) pergunto: quem é que quer «transformar o mundo» e quem são os que «querem deixá-lo afundar-se no egoísmo, na mediocridade e na opressão»? Pelo que temos à frente do nariz estes qualificativos aplicam-se que nem luva, e em geral, aos regimes dos países socialistas, e muito em particular a alguns deles.

Ao cam. Alexandre Branco pergunto: Não é capaz de distinguir, p.e., um futebolista do homem cidadão que ele também é? E o INES do militante comunista Barros Moura? Tem o direito de discordar deste, mas não o têm ao meter tudo no mesmo saco e depois de tirar lagartos e vermes. Eu também não confundo as suas opiniões, de que naturalmente discordo com as da redacção do órgão onde teve o privilégio de perorar.

Por fim ao camarada e amigo Veloso: em Dez. de 87 a Resolução Política do XII Congresso estava assim tão «no fundamental absolutamente correcta»? E configurava assim tão «exemplarmente uma análise teórica (...) da realidade nacional e internacional»? Uma análise teórica não é um produto alimentar com meses de validade!

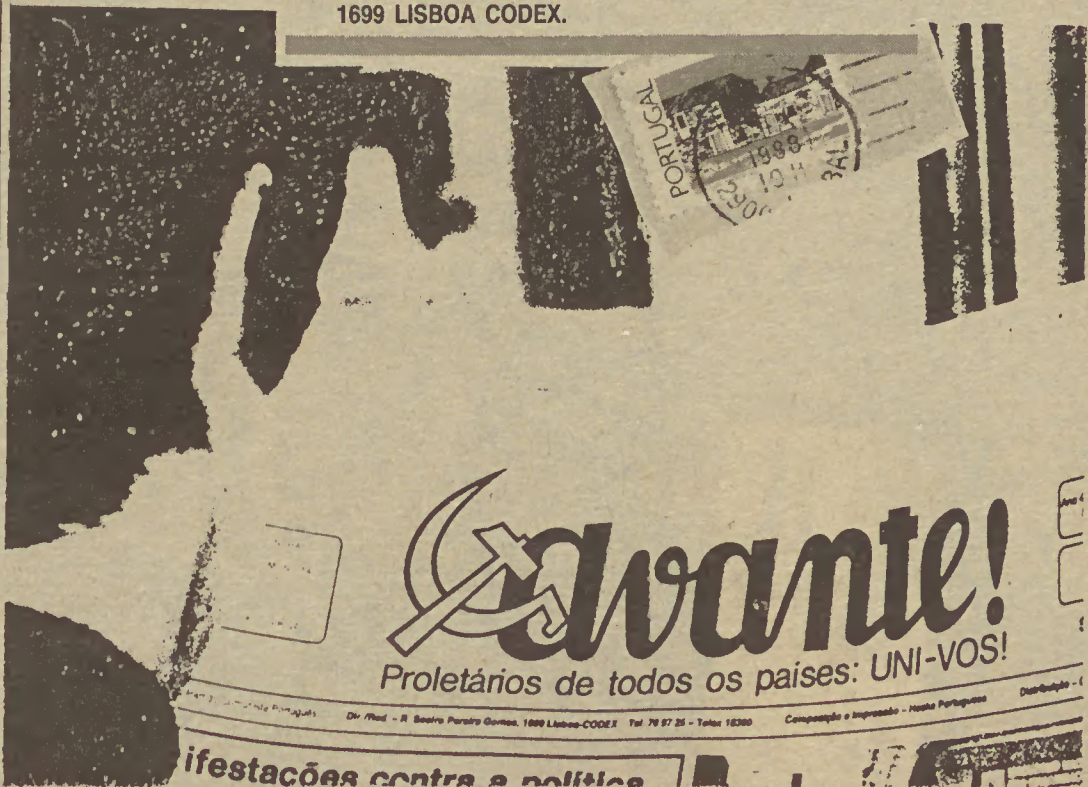
Por outro lado já naquela ocasião houve militantes que, com menos dados disponíveis, sugeriram outras «análises teóricas». E o que lhes aconteceu?

É tua opinião que o programa e os Estatutos não necessitam **qualquer alteração** (sublinhado teu). Os factos parecem indicar o contrário. Quando sugeres uma «rigorosa autocritica» (?) da Direcção do P. não te parece mais do que legítimo que o Congresso — órgão máximo e não uma simples «grande assembleia» (esta frase não é tua) — se debruce sobre a composição do CC que vai ser objecto de uma «rigorosa» crítica? (se mantens o «auto», o conselho será uma espécie de missa de absolvição dos pecados confessados). Não te parece que só assim todo o colectivo partidário se pode sentir «corresponsabilizado»?

Luís Santos (Loures)

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Perelra Gomes
1699 LISBOA CODEX.



Tão democratas

«(...) Para o Prof. Cavaco Silva, esta foi a melhor estratégia. Penso, mesmo, que o tempo escolhido foi um tempo bem escolhido. (...) Neste momento, a questão presidencial está resolvida: será Mário Soares que a poderá reabrir ou porque desiste de se recandidatar (o que não é provável) ou porque age de uma forma que desagrade ao eleitorado básico do PSD e, então, Cavaco Silva poderia vir a retirar um apoio que já deu neste momento, fundamentando essa retirada em razões aparentemente objectivas. (...) O que eu penso é que estes são sinais de que Cavaco Silva é, hoje em dia, um político profissional com qualidade inequívoca. (...) Esta opção rápida, sem mesmo consultar o partido (que, de certa forma, é colocado perante um facto consumado) é um sinal de que ele manda no PSD — isto é, as pessoas têm de aceitar a decisão dele (...)»

Destes extractos de comentários de José Miguel Júdice, entrevistado pelo Jornal das Nove da RTP-2 da passada segunda-feira acerca do apoio decidido por Cavaco Silva à recandidatura de Mário Soares, se extrai a curiosa conclusão de que Cavaco Silva actuou como um ganhador, nesta sua decisão, o que, segundo o encartadíssimo comentador, faz dele «um político profissional com qualidade inequívoca».

Um político profissional que,

quase a dois anos de distância, não encontra candidato próprio para a sua estratégia e se apoia em alguém enquadrado no campo adversário. Uma qualidade inequívoca que lidera sem consultar ninguém. Tão vencedores que estão, estes democratas...

Cavaco-Gonzalez — I

O encontro dos chefes de Governo dos dois países ibéricos, Cavaco Silva e Filipe Gonzalez, excitou vária Comunicação Social e conduziu a uma filosofia de títulos mais ou menos assentes na ideia de que Cavaco e Gonzalez acordaram em tudo. Já agora gostávamos de saber por que se esteve então tanto tempo a dormir...

Cavaco-Gonzalez — II

Segundo os porta-vozes da delegação portuguesa ao encontro entre Cavaco Silva e Filipe Gonzalez, os dois primeiro-ministros chegaram a acordo sobre a cooperação entre os dois países nos domínios da vigilância e combate à poluição marítima. Reconheçamos que, aqui, a cooperação promete, dada a experiência adquirida: os espanhóis poluem e a gente limpa. Depois é só vigiar.

Taxa «natural»

De vez em quando somos inundados por números estatísticos que demonstram

Pontos Cardeais

os prodígios económicos do Governo. São inestimáveis lições de economia que só têm o inconveniente de não terem correspondência naquilo que (não) se leva para a mesa ou com as cada vez mais magras condições de vida que enfrentamos, mas isso se calhar é porque somos, em geral, fracos em contas.

Desta vez a economia nacional «registou um forte crescimento em 1989, com o Produto Interno Bruto (PIB) a aumentar 5,5%, a Formação Bruta do Capital Fixo relativamente ao PIB a passar de 27,3% para mais de 28%, e etc., etc.

A piada está no que toca ao desemprego. De acordo com a «fonte oficiosa» citada pela Lusa, e que anunciou estes prodígios, este ritmo de crescimento é ainda mais notável se considerarmos que o desemprego diminuiu, situando-se nos 4,9%, indicador que nos aproxima da «taxa natural de desemprego».

A taxa artificial de desemprego deve abranger as dezenas de milhares de trabalhadores à hora, à tarefa ou à obra e que, por isso, deixam de estar «tecnicamente» desempregados...

Os melhores

A gente já sabe que os portugueses são os melhores do mundo. Em quase tudo. E, quando falham em alguma, logo arranjam uma compensação. Por exemplo, pobrezinhos, mas arranjadinhos. Ignorantes mas felizes. E quando perdem em golos, também já se sabe que ganham... moralmente.

Vem isto a propósito de termos visto, noutro dia, uma reportagem sobre a limpeza do crude, lá em Porto Santo. O repórter, comovido, sublinhava o facto de os populares limparem à «mão» aquele crude negro, nem sequer dispendo de vestimenta especial. Colocou a questão a um «responsável». O responsável não lhe respondeu. Isto é, respondeu que, de facto, não é, os portugueses eram admiráveis. Que isto nunca se veria assim num país estrangeiro. Esta abnegação, este espírito de sacrifício... E o repórter: «Mas porque é que eles não dispõem de fatos protectores?» O «responsável»: «De facto, é admirável. Isto que aqui vê não poderia acontecer em nenhum outro país»... E nós: «Pois não»...

Gazetilha

por Ignotus Sum

Siderurgia

Siderurgia? Bem, Cavaco quer passá-la e por aí há quem e quem dispostos a assaltá-la. Ingleses e franceses americanos, japoneses belgas — a esticarem o pescoço. Sete cães a um osso.

Com espanto tamanho a malta vê que para nós o ferro não dê ganho e para os outros dê...

Quem torna o governo paraplégico num sector tão estratégico?...

Jornal de Notícias

Cavaco privatiza. Realiza. Sem guarda-redes na baliza Capital mete golo e bisa e trisa.

Liberdade nas mãos do grande capital? Enfim, para anedota não está mal...

Crude

Ninguém viu — estranha atitude! — Ninguém reparou — e tanto! — Semanas levou o crude a chegar a Porto Santo...

Contra o país a amplitude dos perigos vai a crescer. Governo não viu o crude. Tudo o mais, como há-de ver?...

Afinal?...

Tem a RTP os seus correspondentes Nos Estados Unidos. Todos muito contentes. Problemas? Estão todos resolvidos...

Mas o meu correspondente especial diz-me, com emoção, que os americanos vivem no infernal terror da recessão.

O capitalismo, afinal, já não tem para tudo a solução?...

Troca e baldroca

Era gestor. Ministro agora é. Ministro que já foi, ora é gestor, sempre, seja onde for, com um gostinho, aí, de capilé..

Serei gestor, para ministro ser. Serás ministro e após gestor serás. Huurah! Toca a beber à saúde do rapaz!

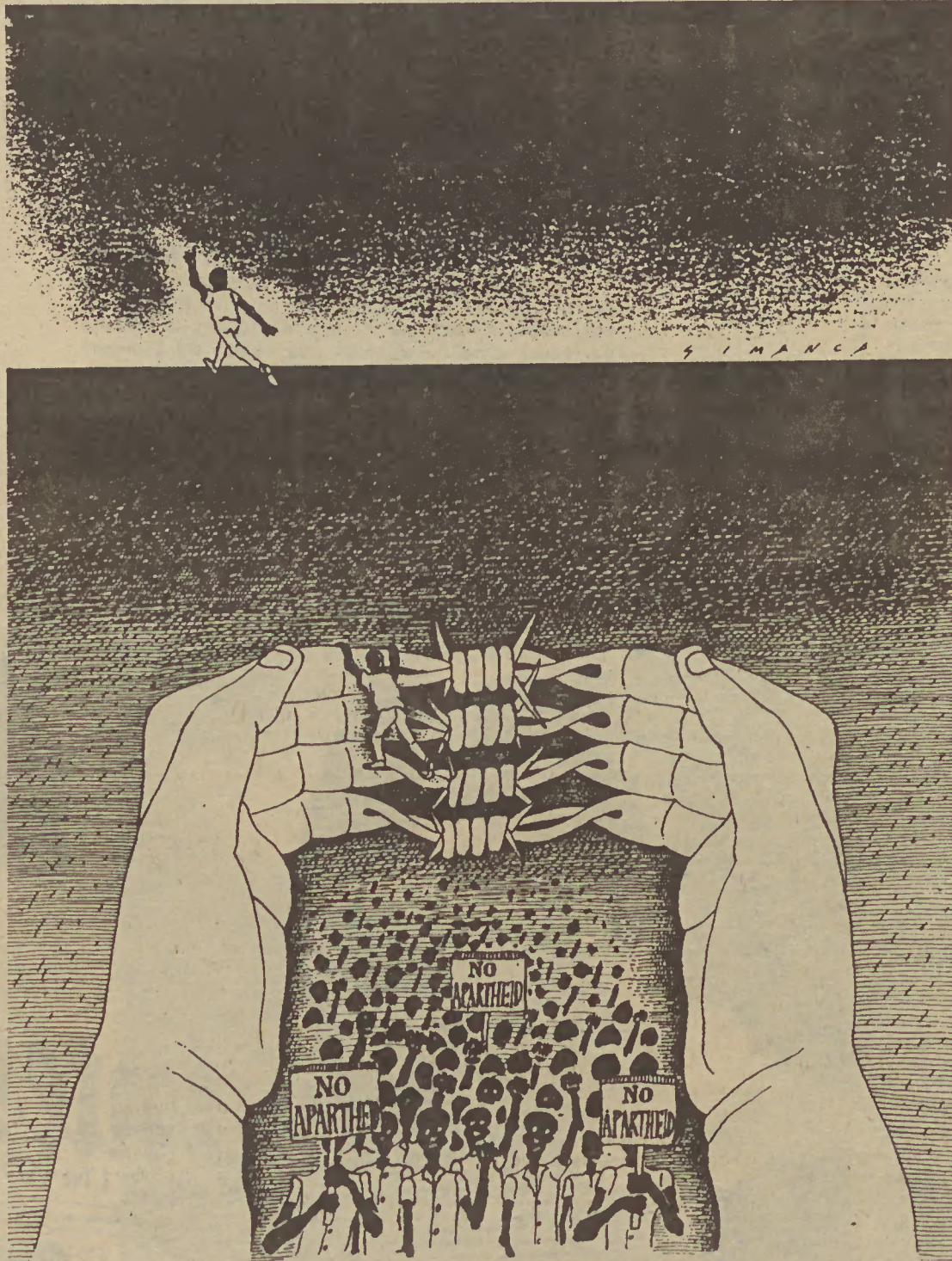
E vêm e vão farta mochila fila de cão ou cão de fila ministro ou gestor será rataplam taratata...

Pois!

O Cavaco avistou-se com Gonzalez a quem, supõe a gente, contou as amarguras e os males que o têm incomodado ultimamente.

Mostrou-os a TV, aos dois, assim às voltas com perguntas e respostas A Cavaco nós vimos, no jardim. Nós vimo-lo — de costas.

De costas, podem crer. Era assim que gostávamos de o ver...



Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 841

8 de Fevereiro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

150 mil Contos para o Terreno da festa

Avante com a Campanha

Campanha dos 150 mil contos para os terrenos da Festa do «Avante!»

- Carta-apelo da comissão coordenadora da campanha (agora em desdobrável), em divulgação por todo o País

- Grande confraternização no terreno da Festa a 7 de Abril

- Duas excursões à Quinta da Atalaia, promovidas na Marinha Grande, para o próximo dia 11

- No dia 15 comissão coordenadora nacional volta a reunir em Lisboa, no CT da Soeiro Pereira Gomes (10.30 h)

Quinta

* VILA FRANCA DE XIRA

Plenário da organização do Partido - às 21.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Daniel Branco.

* VALONGO

Reunião plenária de militantes da freguesia de **Campo** - no Centro de Trabalho, às 21.30.

* LISBOA

Plenário de militantes da **Administração do Porto de Lisboa** para debate da situação social e política e preparação do XIII Congresso - às 18.30 no Centro de Trabalho de Santos. Com o mesmo objectivo, plenário dos camaradas da **CP-Núcleo do Rossio** - às 13.00 no Centro de Trabalho do Chiado.

* FARO

Reunião geral de militantes para discussão da actual situação política - às 21.30, no Centro de Trabalho de Faro, com a participação do camarada Carlos Luis Figueira.

* AMADORA

Plenário de militantes da **Indústria Farmacéutica** - às 18.00, na Quinta de S. Miguel (Venda Nova), com a participação do camarada Vítor Castro.

Sexta

* LISBOA

O PCP e a nova situação na **África Austral** - debate com a participação de **Domingos Lopes e José Goulão**. A partir das 20.30 no Hotel Penta.

* MATOSINHOS

Reunião da **CDU de S. Mamede de Infesta** - no Salão da Nortecoop (R. Sousa Carvalho, 113), às 21.30.

* VILA NOVA DE GAIA

Reunião geral de quadros - no Centro de Trabalho, às 21.30.

* AMADORA

Plenário de militantes da freguesia da **Brandão** - às 21.30, com a participação do camarada Vítor Castro.

* ALHANDRA

Plenário da organização do Partido - no Centro de Trabalho, às 21.00, com a participação do camarada Henrique Sousa.

* ALVERCA

Plenário da organização - às 21.00, na Casa da Cultura e da Juventude, com a participação do camarada Carlos Abolm Inglês.

* PÓVOA DE VARZIM

Reunião de militantes - às 21.30, no Centro de Trabalho.

* AVEIRO

Plenário de militantes da organização concelhia sobre a situação política e o próximo Congresso do PCP - às 21.30, no Centro de Trabalho, com participação do camarada Sérgio Teixeira.

* VIALONGA

Plenário de militantes da freguesia, para discussão da situação política nacional e internacional na perspectiva da preparação do XIII Congresso - no Centro de Trabalho, às 21.30, com a participação do camarada Alberto Vila-verde Cabral.

Sábado

* LISBOA

Plenário distrital de quadros das células de empresa para discussão da intervenção das células de empresa na preparação do XIII Congresso. A partir das 10.30 no salão «Gulbenkian» da Voz do Operário.

Plenário de militantes da freguesia de **Marvila** - às 15.30, no Centro de Trabalho de Marvila, com a participação do camarada Joaquim Judas.

* MATOSINHOS

Reunião plenária dos militantes da freguesia de **Matosinhos** - às 15.00 no Centro de Trabalho.

Reunião plenária dos militantes da freguesia de **Custóias** - às 15.00 no Centro de Trabalho.

* PORTO

Plenário de militantes **Grandes Serviços**

- às 14.30, no Centro de Trabalho da Boavista, com a participação do camarada Edgar Correia.

Domingo

* FARO

Quais são os problemas que mais afectam a vida da mulher no **Algarve**? - plenário distrital de mulheres promovido pela DORAL, com a participação da camarada Luísa Araújo. A partir das 15.00 no Centro de Trabalho de Faro.

* MONTIJO

Reunião de militantes, com entrega dos novos cartões do Partido, na **Atalaia** - na Sociedade Atalaiense, a partir das 16.00.

* BARREIRO

Plenários de militantes para entrega dos

cartões 1990-91: da freguesia do **Barreiro**, às 15.00 nos «Penicheiros», e da freguesia de **Santo André**, às 15.00 no Centro de Trabalho local.

Segunda

* PORTO

Reunião plenária do sector da **Comunicação Social** - às 21.00, no Centro de Trabalho da Boavista

* BARREIRO

Conferência sobre a **Perestroika** com um publicista soviético - às 21.00, no anfiteatro do Centro de Trabalho do Barreiro.

Terça

* PORTO

Reunião plenária de professores do Ensino

Superior - às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

* LISBOA

Plenário dos camaradas dos ministérios da **Indústria e Energia** e do **Comércio** (Função Pública da ORL) - às 18.30 no Centro de Trabalho da Av. António Serpa

Quarta

* LISBOA

Plenário do sector da **Comunicação Social** da ORL - às 21.00, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Vítor Dias.

Plenário dos camaradas do Ministério das **Finanças** (F.P. da ORL) - às 19.00, no CT da Av. António Serpa

Iniciativa de Solidariedade

O PCP e a situação na África Austral Os últimos acontecimentos na África do Sul

com a participação de
Domingos Lopes e José Goulão

Sexta às 20.30
Hotel Penta

MDM

Plenário distrital de mulheres de Setúbal

- a situação actual das mulheres no distrito
- acções imediatas

Domingo das 10 às 18 horas
Sindicato dos Rodoviários de Setúbal

Lisboa

Plenário distrital de quadros das células de empresa

- as células de empresa na preparação do XIII Congresso
- a ligação do Partido às massas

Sábado a partir das 10 horas
Voz do Operário

TV O Programa

Quinta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez (inclui «Rua Sésamo»)
12.05 - Fera Radical (37º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Um Anjo na Terra (30º epis.)
14.15 - Palavras Cruzadas (117º e 118º epis.)
15.15 - Portugal De Nome Inteiro (3º epis.)
16.40 - Hospital Central (101º epis.)
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Rua Sésamo (69º epis.)
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Vale Tudo (45º epis.)



21.10 - Justiça Cega (5º e últ. epis.)
22.55 - 24 Horas
23.35 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas (402º epis.)
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Benji, o Príncipe Extraterrestre (6º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.45 - Meu Pé de Laranja Lima (31º epis.)
18.20 - Os Henderson (8º epis.)
19.30 - Clássicos da TV («O Homem Invisível», 19º e 20º epis.)
20.25 - Magazine Musical
21.00 - Jornal das Nove



21.30 - Emoções (3º epis.)
21.55 - Sinais do Tempo
22.55 - Quinta Dimensão (9º epis.)

Sexta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Gloss (33º epis.)
14.15 - Palavras Cruzadas
15.15 - Portugal De Nome Inteiro
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.20 - Rua Sésamo
18.50 - Chegar, Apostar e Vencer (concurso)
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vale Tudo
21.30 - Missão Impossível (20º epis.)
22.35 - Telemundo
23.00 - Chefe, Mas Pouco (28º epis.)
23.20 - 24 Horas
23.50 - Remate



00.10 - Pela Noite Dentro - «A Sombra do Passado», real. Irving Reis (EUA/1948, 90 min.)

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - 3, 2, 1 Contact (2º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo



17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.30 - Haja Música
19.30 - Clássicos da TV
20.20 - As Cidades e as Terras
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - D. Belja (21º epis.)
23.00 - Acerto de Contas
23.30 - Rotações

Sábado
RTP1

09.00 - Juventude e Família
12.00 - Sinfonietta (2º progr.)
13.00 - Notícias

13.10 - Oito e Basta (20º epis.)
14.00 - Parlamento
14.30 - Crime, Disse Ela (32º epis.)
15.15 - Sessão da Tarde - «Uma Escola Americana», real. Rod Amateau (EUA/1985, 105 min.)
17.20 - Vivamúsica
18.00 - Ricardina e Marta (20º epis.)
19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.15 - Boletim Meteorológico
21.30 - A Morgadilha dos Canaviais (5º e últ. epis.)
22.30 - Cliff Richard
23.30 - Cinema da Meia Noite - «A Última Sessão», real. Peter Bogdanovitch (EUA/1971, 113 min.)

RTP2

09.00 - Via Rápida
10.00 - O Jogo dos Disparates
10.45 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»
13.15 - Musical - Lou Reed
14.15 - Série
15.00 - Estádio
19.00 - Music Box Especial
19.50 - Encontro em Trieste (série, 1º epis.)
21.15 - Estádio/Edição da Noite

Domingo
RTP1

09.00 - Juventude e Família
10.05 - TV Rural
10.30 - 70x7
11.00 - Missa
12.00 - Juventude e Família
12.30 - O Mar e a Terra (10º progr.)
13.00 - Notícias
13.10 - Grandes Tormentos (3º epis.)
13.35 - Espaço 1999 (3º epis.)
14.25 - O Posto (3º epis.)
15.00 - Primeira Matinée - «A Terra dos Faraós», real. Howard Hawks (EUA/1955, 101 min.)
16.50 - Cidades do Património Mundial - Évora
17.20 - Concurso 1, 2, 3
19.00 - McGyver (20º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Querido John (18º epis.)



21.00 - Vencer em Manhattan (série, 2º epis.)
22.00 - Domingo Desportivo

RTP2

09.00 - Music Box Especial
09.55 - Troféu
13.00 - Caminhos
13.30 - Novos Horizontes
14.00 - Troféu
17.00 - Sobrevivência (22º epis.)
18.00 - Quem Sai aos Seus...
18.30 - Imagem e Imagens
18.40 - Um Solar Alfacinha (série, 1º epis.)
19.35 - Os Trintões (18º epis.)
20.25 - Artes e Letras - «Alexandre Trauner»
21.20 - Cineclube - Ciclo Luis Buñuel no México: «Susana» (México/1950, 87 min.)

Segunda
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez



12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - A Rota de Howard (30º epis.)
14.15 - Vila Faia (repetição - 1º e 2º epis.)
15.10 - O Mundo Animal (série, 1º epis.)
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Rua Sésamo
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.15 - Vale Tudo
21.10 - Clube dos Subscritores



21.35 - Casino Royal (4º epis.)
22.40 - Quase Adultos (4º epis.)
23.25 - 24 Horas
23.55 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Os Cinco (22º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.15 - Music Box - Via Rápida
19.10 - Desenhos Animados
19.30 - Clássicos da TV
20.25 - Cine Magazine
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemadois - «Tarot», real. Rudolf Thome (RFA, 115 min.)

Terça
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde

Filmes

«A Sombra do Passado» - 6ª, 00.10, RTP-1
«Uma Escola Americana» - sáb., 15.15, RTP-1
«Guerrilheiros do Inferno» - sáb., 23.30, RTP-1
«A Terra dos Faraós» - dom., 15.00, RTP-1
«Susana» - dom., 21.45, RTP-2
«Tarot» - 3ª, 21.30, RTP-2
«A Janela Indiscreta» - 4ª, 21.25, RTP-1

Música

Quinta
20.25, RTP-2: Magazine Musical

Sexta
18.20, RTP-2: Haja Música

Sábado
09.00, RTP-2: Via Rápida
12.00, RTP-1: Sinfonietta
13.15, RTP-2: Lou Reed
17.20, RTP-1: Vivamúsica
19.00, RTP-2: Music Box Especial
22.30, RTP-1: Cliff Richard

Terça
18.15, RTP-2: Via Rápida

Quarta
23.20, RTP-2: Som da Surpresa

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (23.35), 6ª (23.50), 2ª (23.55), 3ª (23.05), 4ª (23.50)
Rotações - RTP-2, 6ª, 23.30
Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.15
Troféu - RTP-2, dom., 09.55 e 15.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.00

13.30 - Dallas (71º epis.)
14.15 - Vila Faia
15.15 - O Mundo Animal (2º epis.)
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Rua Sésamo
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico



18.30 - Rua Sésamo
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vale Tudo
21.10 - Primeira Página
22.05 - Crónica do Crime (22º epis.)
23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (12º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.15 - Music Box - Via Rápida
19.10 - Desenhos Animados
19.30 - Clássicos da TV
20.25 - Cine Magazine
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemadois - «Tarot», real. Rudolf Thome (RFA, 115 min.)

Quarta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Fera Radical
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Colt em Acção (34º epis.)

14.15 - Vila Faia
15.15 - O Mundo Animal
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Rua Sésamo
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Vale Tudo
21.10 - Vamos Jogar no Totobola



21.25 - Lotação Esgotada - «A Janela Indiscreta», real. Alfred Hitchcock (EUA/1954, 100 min.)
23.20 - 24 Horas
23.50 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Os Campbells (19º epis.)
17.20 - Um Bilhete para o Mundo
17.50 - O Meu Pé de Laranja Lima
18.15 - O Homem na Terra (5º e últ. epis.)
19.30 - Clássicos da TV
20.20 - Lusitânia Expresso
21.00 - Jornal das Nove



21.30 - Histórias de Poterhouse (2º epis.)
22.30 - Século XX - «Coragem para Falhar» (3º epis.)
23.20 - Som da Surpresa

Teatro O Cartaz

LISBOA

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Margarida do Monte, de Marcelino Mesquita, adapt. e encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Comuna, Pr. de Espanha. Sala 1 - As 21.30 (fecha 4ª); dom. às 17.00. A Pécora, de Natália Correia, enc. João Mota. Café Teatro - Sáb. às 24.00. Festival da Otite, de Carlos Paulo.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. Les Bâtisseurs d'Empire, de Boris Vian, enc. Daniel Beauron (até 4/2)

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. O Regresso de Bucha e Estica, enc. Mário Viegas

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. Ai Cavaquinho, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Teatro da Cornucópia, Rua Tenente Raul Cascals, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Salada, enc. colectiva da Cornucópia

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21.00 e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. Severa,

de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner

Teatro da Politécnica, Rua da Escola Politécnica, 58. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. João e a Máscara, de António Patrício, enc. Mário Feliciano, interpr. Eunice Muñoz, João Grosso, Estrela Novais, entre outros.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Os Meninos à Roda da Mamã, enc. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16.00 e 21.30. Ora Bate... Batman so (re- vista)

PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Jardim das Cerejeiras, de Anton Tchekov, dramaturgia Carlos Porto, enc. Rogério de Carvalho.

Para crianças

LISBOA
Comuna, Praça de Espanha - Sala 2. 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16.00. A Pregação, de João Brites, pelo Grupo o Bando

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. O Sabor dos Sonhos, texto e enc. de Carlos Correia.

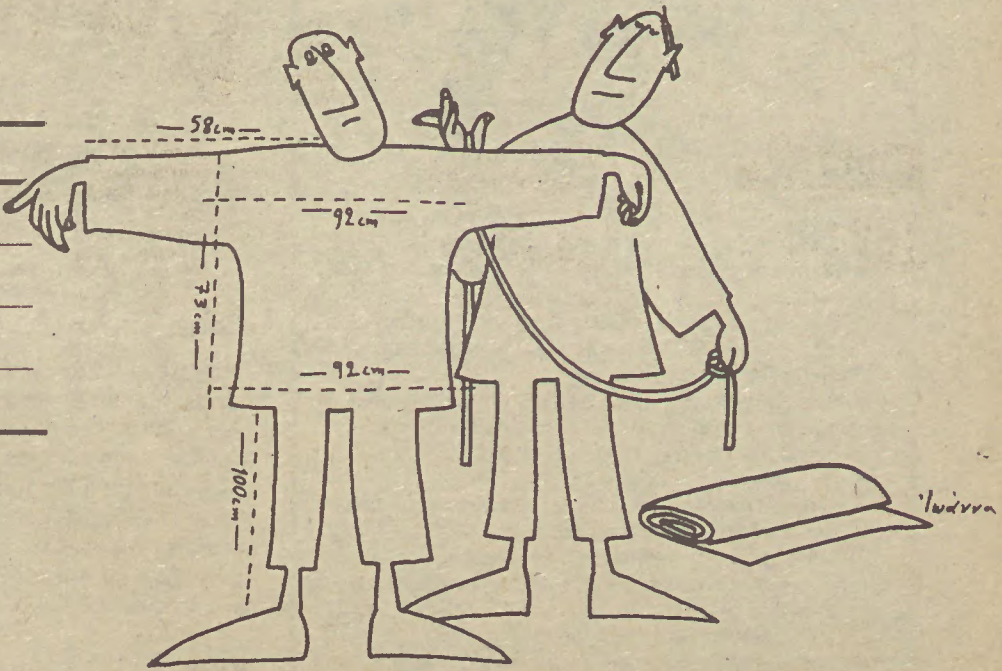
Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Chuva Negra	—	★★	★	★★
B	O Processo do Rel	★★★★	★★★★	—	★★★★
C	Regresso ao Futuro	—	★	—	★★
D	Sexo, Mentiras e Video	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A— Real. Ridley Scott **Alfa/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Berna** (15.00, 18.00, 21.30) **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Las Vegas/2** (15.30, 18.45, 21.45), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Mundial/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.30), **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Lisboa**
B— Real. João Mário Grilo **Forum Picoas/2** (14.00, 16.00, 18.00, 22.00) — **Lisboa**
C— Real. Robert Zemeckis **Amoreiras/8** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 00.15) — **Lisboa**.
D— Real. Steven Soderbergh — **Amoreiras/5** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — **Lisboa**



Os 80 anos de Martins Correia festejados com exposição no Estoril



LISBOA

Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 28 Março).
Ana Campos - Jóias. Museu Nacional do

Traje, Parque Monteiro-Mór, Paço do Lumiar. De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 26/2)

António Bretaño Pestana - Pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (de 2 a 24/2)

Artur Bual - Pintura. Galeria Santa Justa, Rua de Santa Justa, 93. 2ª. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 17/2)

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as joias da Coroa e obras de arte da valiosa colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Abril)

Colectiva de tapeçaria. Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

David Tremlett - Desenho. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 11/2)

Duarte Belo - Fotografia. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 22/3)

Gerhard Merz - Escultura. Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1. De 2ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 17/2)

Grça Moraes - Pintura e desenho. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 2/3)

Helena Mártires - Gravura. Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 19/2)

Inácio Matsinhe - Pintura. Sociedade Portuguesa de Autores, Av. Duque de Loulé, 31. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 16/2)

Jacqueline Kiang - Madeira gravada. Alliance Française, Rua Braamcamp, 13.1ª. De 2ª a 6ª das 10 às 19.30 (até 23/2)

José Drummond - Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a

dom. das 15 às 19.30 (até 25/2)

José Francisco Azevedo - Fotografia. Gal. Ether, R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 17/2)

Lança Semedo - «Veneza e Lisboa», pintura. Gal. Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 26/2)

Manuela Jardim - Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores de Lima, 8. De 2ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 24/2)

Nicolau Tudela - Pintura. Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 3ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20 (até 17/2)

Noronha da Costa - Pintura recente. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-A. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 8/2)

Pintura, escultura e fotografia contemporâneas da América do Sul (Uruguai, Argentina, Brasil, Chile). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17.

Pintura mexicana contemporânea. Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16.

Das 10 às 20 (até 23/2)
Romualdo - Galeria Novo Século, Rua do Século, 23. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 24/2)

Rosa Almeida - Desenhos a tinta da china. Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B. De 3ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 3/3)

Rui Viana - Pintura e desenho. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 12/2)

Salvador Dali - águas fortes e litografias. Galeria Atrium, Rua Capelo, 6. 1ª. De 2ª a sáb. das 15 às 19 (até 20/2)

Sérgio Eloy - Fotografia. SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. De 3ª a dom. Das 14 às 20 (até 11/2)

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

Xana - Pintura e escultura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19.

PORTO

Alberto Chissano - Escultura em madeira. Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1.

Baltazar Torres - Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 17/2)

Charters de Almeida - escultura. Galeria Nasoni, Rua Galeria Paris, 80. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30

Manfred Reiter - Desenho e aguarela. Galeria Labirinto, R. Nossa Sra. de Fátima, 334-1ª.

OUTRAS LOCALIDADES

Jules Heyndels - Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 9/2) - **ALMANSIL**

Regina Costa - Pintura. Junta de Freguesia de Cascais. De 2ª a sáb. das 9 às 18 (até 28/2) - **CASCAIS**

Kira - Pintura. Galeria Almadarte, Av. Gen.

Humberto Delgado, 3-B. Sáb. e dom. das 15 às 23 (até 2/3) - **COSTA DA CAPARICA**

Artes Plásticas Amadora/90 - colectiva. Sala D. João V. Diariamente das 15 às 23 - **DAMAIA**

Colectiva «Suporte Papel - Figurativo» (Armanda Passos, Ema Berta, Helena Lousinha, Isabel Sabino, Maria Gabriel, Paula Rego e Rosa Fazenda). Galeria Arcada (até 15/2) - **ESTORIL**

Martins Correia - Escultura, pintura, gravura, desenho, cerâmica (exposição de homenagem a Mestre Martins Correia, pelo seu 80º aniversário). Galeria de Arte do Casino Estoril, diariamente das 15 às 24 (até 28/2) - **ESTORIL**

Azulejos do Concelho de Loures (sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 - **LOURES**

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 - **QUELUZ**



Obras do pintor moçambicano Inácio Matsinhe na Sociedade Portuguesa de Autores

Exposições

...e ainda

Música, debates, etc.

Jazz na Gulbenkian

O trompetista **Eddie Henderson** lidera o quinteto que se apresenta no domingo na Sala Polivalente do CAM em dois concertos inseridos na comemoração dos 40 anos de existência do Hot Clube de Portugal, que actualmente decorre.

Além de Eddie Henderson, constituem o quinteto **Pedro Moreira** no saxofone, **Bernardo Sassetti** no piano, **Wayne Dockery** no contrabaixo e **Greg Bandy** na bateria.

Para estes concertos, que se realizam às 16 e às 21.30, os bilhetes custam 600\$00, com o habitual desconto de 50% para jovens até aos 18 anos.

Mais Música

O violoncelista **Mischa Maisky** é solista no dois concertos programados para hoje (às 21.30) e amanhã (às 18.30) no Grande Auditório Gulbenkian, também com a participação da **Orquestra Gulbenkian** e sob di-

recção do maestro **Alexander Gibson**.

O programa - igual para os dois concertos - é constituído pelas sinfonias nº 103 de Haydn e nº 3 de Mendelssohn.

Na mesma sala tem lugar na segunda-feira às 21.30 um recital de piano por **Elisabeth Leonskaya**, que interpretará obras de **Brahms** e **Chopin**.

No **Salão Nobre** do teatro Nacional de S. Carlos prossegue a série de concertos de câmara programados para este 1º semestre de 1990.

No sábado, às 12.30, é ali levado a efeito um concerto instrumental com obras de Hindemith, na terça-feira, às 21.30, um concerto vocal: obras de Gounod e Liszt interpretadas pelo tenor **Carlos Guilherme**, acompanhado ao piano por **João Paulo Santos**.

É ainda por iniciativa do Teatro Nacional de S. Carlos que se realiza na próxima quarta-feira na **Aula Magna** um concerto em que é solista **Tereza Berganza**. Apesar do «patrocínio da Fundação de Mecenato Cultural do TNSC», os preços dos bilhetes variam entre 1000\$00 e 5000\$00.

Tempo

Fim de Semana



Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.
Sábado, dia 10, céu geralmente pouco nublado e vento fraco ou moderado de Noroeste. Domingo, Para Sul, céu geralmente pouco nublado e vento fraco ou moderado de Norte.

aTV

O epicentro

Diz-se vulgarmente que a RTP vota às eleições um completo, sobranceiro desprezo. Não digo que não haja, nesta acusação, laivos de realidade. Mas não se deve generalizar.

Quando se trata de assuntos de âmbito nacional, a verdade é que a RTP lhe vota a maior atenção. Como pudemos verificar há dias.

Havia quatro listas concorrentes. Pareceu-me que a reportagem (aliás basto desenvolvida) favoreceu um candidato. Exactamente ao que viria a ganhar. Mas não dou aval ao meu subjectivismo.

Vem um candidato e diz que tudo fará «para que o epicentro se desloque para o norte».

Outro promete ganhar 1991, «ganhar a linha crescente que o partido já não tem», recuperar a «base social de apoio».

Vem o terceiro, aliás a terceira, e a mais ligada ao povo miúdo, garante ir «retirar o partido do marasmo em que caímos».

O quarto concorrente declara que não está ligado nem ao poder, nem ao aparelho central.

Antes, já víramos e ouvimos o subsecretário Liberato e o subsecretário (ou secretário? ou ministro? ou encarregado? ou capataz?) Bagão Felix descobrira que a «formação não pode estar dissociada do emprego».

Mas, com o digo, o interesse da informação da RTP não se fica só pelo governo. As eleições mereceram-lhe atenção especial, uma data de tempo.

Ah, esqueci-me de dizer que se tratava das eleições para a distrital do Porto do PSD.

Capitalismo: vale tudo

Existe uma experiência generalizada (digamos que institucionalizada) quanto ao comportamento dos comunistas.

A todos se perdoa tudo, aos comunistas nada se perdoa. Todos podem ser corruptos, gastadores, opulentos, ricos, depravados, malcriados, agressivos, repressivos, conflituosos, interesseiros. Nada disso um comunista pode ser. Burlas de milhões de contos nos Estados Unidos ou centenas de milhares de contos em Portugal? Pfff! Isso é mesmo assim, é natural, que se há-de fazer. Mas aqui d'El Rei se na URSS, alguém se abotoa com 140 mil contos! É logo motivo para rudes acusações no **Telejornal**...

Não protesto contra essa exigência. Não há maior elogio para para o ideal comunista, para a sua «superioridade moral». Alinho. Nenhuma complacência para quem faz da sua vida a negação do seu ideal.

Uma coisa é isso. Outra coisa é ignorar, ou perdoar, as ignominias a que a sociedade capitalista sujeita as pessoas. Dizer que o capitalismo é o substituto natural dos regimes socialistas em crise (como já ouvi na RTP) é uma cavalidade de todo o tamanho...

Passam na RTP duas peças que mostram bem os fundamentos podres da sociedade capitalista.

Uma, **Justiça Cega**, de origem inglesa (onde, «por acaso», são tratados de «comunais» os advogados que defendem os pobres, os negros, as vítimas dos grupos neo-nazis) outra de origem brasileira, a Telenovela **Vale tudo**.

O Brasil está no grupo dos países mais ricos do mundo - e simultaneamente no grupo dos países mais miseráveis. A riqueza de alguns milhares alimenta-se da miséria de muitos milhões.

A moldura do Brasil que nos é dada por **Vale tudo** é tanto mais significativa quanto é certo que não participam dela as populações mais miseráveis. Aqui não se desce senão até à pequena burguesia baixa - e ei-la que se debate na armadilha das mil carências para se livrar das quais **vale tudo**. O horizonte é o próximo minuto...

Que problemas resolve o capitalismo num dos países mais ricos do mundo? Aqueles que praticam o desporto do tiro aos comunistas não podiam descansar um pouco e denunciar a desumanidade de um sistema - do sistema, esse sim, sem futuro?

Grave - para quem?

Vimos alguns responsáveis tecer louvores e atenções a Jonas Savimbi. Ouvimos, a certa altura, um deputado do PSD a declarar que «Savimbi defende a democracia em Angola...»

Naquele **Telejornal** houve as notícias do afilhado da CIA. Com uma promessa: no Hotel Meridien, Savimbi ia fazer uma declaração importante, pelo que **Telejornal** ia dar a declaração em directo.

E o directo veio, aliás em deploráveis condições, as imagens distorcidas, as constantes interferências, não há dúvida, o Jonas não é simpático nem aos feixes hertzianos...

Lá estava ele. Lá estava, para fazer a tal declaração importante. A qual afinal, se resumia no seguinte: estamos à rasca, tenho de regressar a África...

Mais tarde, **telejornal** diria que era **grave** a situação em Angola. A RTP considerava a situação **grave**, a situação era igualmente considerada **grave** pela Casa Branca.

Mas esqueciam-se de dizer que, em Angola, a situação era **grave** para a UNITA... Ou não será assim?

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Candidato precisa-se

O crescente isolamento do Governo PSD é um facto político que embora não reconhecido expressamente pelo Primeiro-Ministro, evidencia-se nas suas posições e declarações públicas. No passado fim-de-semana veio a lume a notícia de que Cavaco Silva admite já a hipótese de o seu partido apoiar Mário Soares nas próximas eleições presidenciais, o que apenas revela fraqueza e incapacidade para apresentar um candidato próprio credível.

Como qualquer cidadão

O Presidente da República manifestou ontem «surpresa» pela declaração do Primeiro-Ministro e líder do PSD ao «Expresso» segundo a qual iria propor no próximo congresso que o seu partido não apresentasse candidatura presidencial caso Mário Soares se recandidatasse.

Cavaco Silva justifica esta posição invocando o «inegável» «apoio maioritário» do povo português «à forma como o dr. Mário Soares tem exercido a sua presidência» e a necessidade de, face ao «desafio da Europa de 1992», o PSD dever adoptar nesta matéria «uma postura ditada exclusivamente pelo interesse nacional».

«O Presidente foi tão surpreendido como qualquer outro cidadão pela declaração feita pelo Primeiro-Ministro ao semanário «Expresso» no sábado passado», disse ontem à agência Lusa o chefe da casa civil e porta-voz do Presidente da República, Alfredo Barroso.

Numa declaração formal à agência, para resolver assim os múltiplos comentários ontem solicitados pela imprensa a Belém, Alfredo Barroso disse que «como (o Presidente da República) tem afirmado repetidas vezes, não está a pensar numa eventual recandidatura e considera prematuro tomar uma decisão definitiva sobre essa questão».

Ao mesmo tempo que Belém se demarca assim do

Primeiro-Ministro, quer o PCP quer o PS consideram a declaração de Cavaco Silva ao «Expresso» um sintoma de debilidade.

Segundo o executivo da comissão política do PCP, que ontem esteve reunido, ela «é o reconhecimento do isolamento crescente e da incapacidade de apresentar um candidato próprio com possibilidade de êxito».

Para os comunistas, «este facto assume um particular significado político atendendo a que as eleições presidenciais sempre foram momentos de sérias e ambiciosas investigações da direita contra o regime democrático».

(«o diário», 6.02)

Condenação geral

O PS reagiu depressa à notícia de ter de compartilhar o seu candidato «natural e já anunciado». Todos os dirigentes socialistas que contactámos foram unânimes em considerar que a porta-aberta pelo primeiro-ministro representa «um sintoma de debilidade», incapacidade de apresentar candidato próprio (...)

«A posição que o primeiro-ministro agora anunciou só demonstra que o PSD não tem candidato capaz de ganhar as presidenciais, numa debilidade que já era conhecida, mas que mais uma vez se exprime», concluiu Manuel Alegre.

(«Diário de Lisboa», 5.02)

Mário Sottomayor Cardia, agora apenas «militante de base do PS», como fez questão de referir, refugiou-se numa constatação irónica. «O que é que o PSD havia de fazer para além disto», perguntou, acrescentando que «factos reais não se aceitam nem se recusam, verificam-se apenas...»

Ironia (que aliás lhe é habitual) foi também a arma usada por Nuno Brederode Santos, da Comissão Política do PS, para comentar as declarações de Cavaco:

«Um partido com a dimensão e as ambições do PSD que não tenha um candidato para o lugar de Deus, eu posso entender, porque o cargo não existe, ou está ocupado *ad-divinis*; agora que não tenha recursos, nem horizontes, nem possibilidades de disputar a presidência da própria República que governa, isso é que me parece difícil de justificar», disse.

«Acho que Cavaco Silva reconhece - embora depois de todo o povo português o ter percebido em duas eleições sucessivas - que o resultado de 1987 foi um bambúrio, e nada tem a ver com a realidade sociopolítica do Portugal de hoje, acrescentou.

Carlos Carvalhas, da Comissão Política do Comité Central do PCP também critica: «Parece-me significativo que o PSD e o cavaquismo, depois da derrota presidencial e do resultado das eleições para o Parlamento Europeu e autárquicas, chegue a 1990 sem candidato presidencial», disse ao DL.

«Este resultado não é alheio à política de arrogância, de negativismo e de desigualdades, que conduziram à redução da sua base de apoio e à perda significativa de credibilidade», afirmou ainda.

(...) Em qualquer caso, é inegável o preciosismo tático da promessa de Cavaco Silva: o seu gesto visa impedir, no momento próprio (isto é, após os maus resultados do PSD nas autárquicas) qualquer tentativa de emergência de Belém. E tem, sobretudo, o mérito de fazer das fraquezas forças, propondo a Soares um contrato leonino: a troca de uma candidatura inexistente pela garantia de uma presidência tipo Rei de Espanha.

Xadrez

CCXL - 8 de Fevereiro de 1990

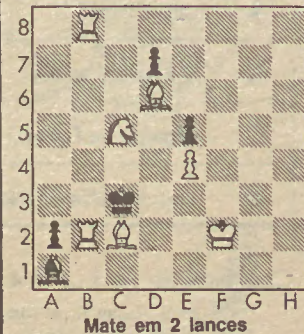
Proposição N.º 240/A

Por: H.F.L. Meyer

«V., Boy's Own Paper», Fev. 1879

Pr.: [5]: Ps.a2, d7, e5-Bal-Rc3

Br.: [7]: P64-Cc5-Bs.c2, d6-Ts.b2, b8-Rf2

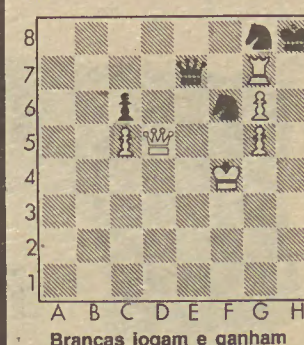


Proposição N.º 240/B

Por: D. Donovan - 1939

Pr.: [5]: P6-Cs.f6, g8-D67-Rh8

Br.: [6]: Ps.c5, g5, g6-Tg7-Dd5-Rf4



Soluções do N.º CCXL

N.º 240/A (H.F.L.M.): Chave:

1. Tc8!

1. ..., Rb2; 2. Cd3 ++

1. ..., Rd4; 2. Cb3 ++

1. ..., B:b2; 2. Cb3 ++

N.º 240/B (D.D.): 1. D:g8+,

C:g8; 2. T17 e as Pr. estão em

zugzwang; Cf6 (se: Df8; 2. T:f8);

3. g:f6, D:c5; 4. Th7+, Rg8; 5. f7+,

Rf8; 6. Th8+ e g.

A. de M.M.

Damas

CCXL - 8 de Fevereiro de 1990

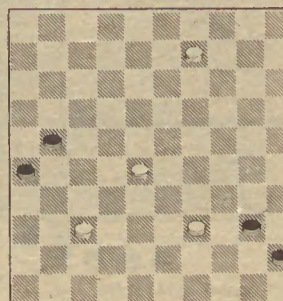
Proposição N.º 236

Por: Maquet - Paris, 1973

(Em jogo prático)

Pr.: [4]: 21-26-40-45

Br.: [4]: 9-28-37-39



Brancas jogam e ganham

Golpe N.º 240

Por: Patrick Soler

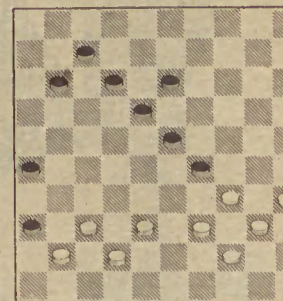
P. Soler tinha 13 anos, quando executou este Golpe no Institut de Beaulieu - Salles de Béarn

Pr.: [9]: 7-11-12-13-18-23-26-29-

-36

Br.: [9]: 34-35-37-38-39-40-41-43-

-44



Brancas jogam e ganham

Soluções no N.º CCXL

N.º 240 (M.): 9-4=D1, (45-50=D),

4-22 (50x33), 28x39 (40-45), 37-

-32!! (26-31) 22-36 (45-50=D), 33-

-27 (50-31), 36x16 +

Golpe N.º 240 (P. Soler): 35-

-30 (36x47=D), 37-31 (26x48=D),

30-25 (47x33), 39x6 (48x30),

25x1=D +

A. de M.M.

A vitória de «Por Lisboa»

• Neste número em separata, início de **ECONOMIA**

Pequeno curso

Experiências colhidas na ORLEI

Entrevista com **António Orcinha**

